ALEXANDRE VINÍCIUS MALMANN MEDEIROS

O FENÔMENO BULLYING: (IN)DEFINIÇÕES DO TERMO E SUAS POSSIBILIDADES

Linha de pesquisa:

Diferença Desigualdade e Cidadania

GOIÂNIA, 2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG

M488f

Medeiros, Alexandre Vinícius Malmann.
O fenômeno bullying [manuscrito]: (in)definições do termo e suas possibilidades / Alexandre Vinícius Malmann Medeiros. – 2012.
112 f. : il. color.

Orientador: Prof. Dr. Dijaci David de Oliveira.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, 2012.
Bibliografia.
Inclui lista de quadros.

1. Bullying – Definição. 2. Banalização. I. Título.

CDU:37.015.312:323.285

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **[X] Dissertação** **[ ] Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autora:	Alexandre Vinícius Malmann Medeiros				
E-mail:	alexandremalmann@gmail.com				
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? [**x**]Sim [] Não					
Vínculo empregatício do autor	Professor PEII-Educação Física SME-Goiânia-GO				
Agência de fomento:	---		Sigla:		
País:	Brasil	UF:GO		CNPJ:	
Título:	O Fenômeno Bullying: (In)Definições do termo e suas possibilidades				
Palavras-chave:	Bullying, banalização, definição				
Título em outra língua:	The phenomenon bullying: (in) definitions of terms and yours				
Palavras-chave em outra língua:	Bullying, trivialization, definition				
Área de concentração:	Diferença, desigualdade e cidadania				
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	17/08/2-12				
Programa de Pós-Graduação:	Sociologia				
Orientador (a):	Dijaci David de Oliveira				
E-mail:	dijaci@gmail.com				

3. Informações de acesso ao documento:

Liberação para disponibilização?[1] [X] total [ ] parcial

Em caso de disponibilização parcial, assinale as permissões:

[ ] Capítulos. Especifique: _____

[ ] Outras restrições: _____

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O Sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

_____ Data: 19/ 10 / 2012

Assinatura do (a) autor (a)

[1] Em caso de restrição, esta poderá ser mantida por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Todo resumo e metadados ficarão sempre disponibilizados.

ALEXANDRE VINÍCIUS MALMANN MEDEIROS

O FENÔMENO BULLYING: (IN)DEFINIÇÕES DO TERMO E SUAS POSSIBILIDADES

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS), Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade Federal de Goiás (UFG), como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia. Orientação do prof. Dr. Dijaci David de Oliveira

GOIÂNIA, 2012

ALEXANDRE VINÍCIUS MALMANN MEDEIROS

O FENOMENO BULLYING: (IN)DEFINIÇÕES DO TERMO E SUAS POSSIBILIDADES

BANCA EXAMINADORA

_____

Dr. Erlando da Silva Rêses
Universidade de Brasília

_____

Dra. Eliane Gonçalves
Universidade Federal de Goiás

_____

Dr. Dijaci David de Oliveira
Universidade Federal de Goiás

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe, Neide Aparecida A. e Silva, pelo incentivo e força durante todo o percurso deste árduo caminho.

À minha esposa, Karla Moreno, pelo apoio, carinho e incentivo.

Ao meu filho, Pedro Moreno, pelos momentos em que esteve no meu colo durante toda a preparação para o mestrado.

Aos alunos que participaram do Projeto Terra Sem Bullying, que me fizeram ver a docência com outros olhos e buscar um ambiente escolar mais seguro.

A todas as pessoas que se preocupam com o futuro de nossos alunos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me iluminado com sabedoria e permitido que eu pudesse realizar mais um sonho em minha vida.

À minha família, que em todos os momentos esteve presente e soube entender minhas ausências ou minhas preocupações.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Dijaci David de Oliveira, que soube conciliar minha liberdade de ideias a uma orientação firme, tranquila e eficaz durante a elaboração da dissertação.

Ao Prof. Dr. Danilo Rabelo e ao Prof. Dr. Revalino Freitas pelas contribuições durante a Qualificação.

Aos colegas de pós-graduação Marcos Reis e Michele Franco, por serem prestativos e ajudar em momentos complicados durante o processo de construção deste trabalho.

Aos meus alunos e alunas que me ensinam e motivam a cada sorriso, a cada conquista, a cada aula.

A lei de ouro do comportamento é a tolerância mútua,
já que nunca pensaremos todos da mesma maneira,
já que nunca veremos senão uma parte da verdade
e sob ângulos diversos.

Mahatma Gandhi

LISTA DE QUADROS

	Quadros	Pág.
Quadro 1:	Índices do fenômeno bullying e os diferentes resultados apresentados	36
Quadro 2:	Quadro de livros lançados no Brasil entre os anos de 2000 e 2010.	76

RESUMO

O fenômeno bullying começou a ser estudado e discutido em meados dos anos de 1980. Esses estudos indicam suas manifestações em escolas de todo o mundo, independente das diferenças socioculturais. Ao consultarmos as publicações disponíveis na *Scientific Eletronic Library* Online (SciELO), buscamos, nos artigos, indicações de livros de autores brasileiros ou traduções para a língua portuguesa, afim de observarmos nessa literatura: os aspectos que envolvem o uso do termo bullying, como é apresentado o conceito do fenômeno entre estes autores e o processo de banalização do fenômeno no Brasil. Observa-se que o uso do termo para ações comuns nas relações pessoais e de conflitos presente em diversos campos provoca problemas em sua identificação e admite uma onipresença do fenômeno, pois há uma tendência a se considerar bullying as agressões ocorridas para além dos muros da escola, como em casas, ruas, quartéis militares, presídios ou no local de trabalho. A partir destes dados buscamos iniciar uma reflexão nova entre os autores brasileiros, a fim de promover um aprofundamento da discussão a cerca do uso do termo bullying e de sua definição no Brasil, uma vez que se aponta um consenso para a manutenção do inglês em detrimento de uma busca por outro termo em português. Entendemos que o direcionamento do uso do conceito para conflitos existentes entre alunos e no ambiente escolar no Brasil, apresentado com suas próprias características que o diferencia de outras formas de violência na escola, seja uma alternativa para evitar sua banalização. É preciso delimitar as fronteiras desse fenômeno, conhecendo sua estrutura e tudo que circunda as consequências para os envolvidos e as políticas de combate. A especificação do que entendemos por bullying no Brasil, é condição *sine qua non* para o conhecimento, diagnóstico, prevenção, punição, tratamento e repreensão da banalização desse termo.

Palavras-chaves: Bullying, banalização, definição.

ABSTRACT

The bullying's phenomenon began to be studed and discussed among in the mid of 1980. These studies indicate their demonstrations in schools around the world, regardless of socio-cultural differences. We consulted the publications available in Scientific Eletronic Library Online (SciELO), were sought, in the articles, information books by brazilian authors or translations into portuguese in order to observe this literature: aspects that involve the use of the term bullying, as it appears the concept of the phenomenon among these authors and the process of trivializing the phenomenon in Brazil. It was observed that the use of the term to common stock in personal relationships and conflicts present in different fields causes problems in their identification and admitted an omnipresent phenomenon, because there is a tendency to consider bullying aggression occurred beyond the school walls, as in homes, streets, military barracks, prisons or the workplace. From these data we seek to start a new discussion among brazilian authors in order to promote further discussion about the use of the term bullying and its definition in Brazil, since it indicates a consensus for the maintenance of English at the expense of a search for another word in Portuguese. We believe that targeting the use of this concept conflicts between students and school environments in Brazil, presented with its own characteristics that differentiate it from other forms of violence at school is an alternative to avoid its trivialization. You must define the boundaries of this phenomenon, knowing its structure and everything that surrounds the consequences for those involved and policies to combat. The specification of what we mean by bullying in Brazil is *sine qua non* condition for knowledge, diagnosis, prevention, punishment, treatment and trivialization of the term of reproach.

Keywords: Bullying, trivialization, definition.

RÉSUMÉ

Le phénomène Bullying a commencé à être étudié et discuté au milieu des années 1980. On trouve leur manifestations dans les écoles du monde entier, indépendamment des différences socio-culturelles. Nous avons recherché les livres d'auteurs brésiliens ou des traductions portugaises liées au Bullying en consultant les publications disponibles dans *ScientificEletronicLibrary Online* (SciELO). Cette littérature présente plusieurs aspects notament l'explication du concept, et le processus de banalisation du phénomène au Brésil. On observe que l'utilisation du terme est tres large, il s'étend aux actions ordinaires dans les relations personnelles et les conflits. Cela pose le problème de l'identification, car il est admis que phénomène est omniprésent; car il ya une tendance à considérer comme Bullying l'agression au-delà des murs de l'école comme dans les maisons, les rues, les casernes militaires, les prisons ou le lieu de travail. A partir de ces données, nous cherchons à lancer une nouvelle discussion entre les auteurs brésiliens afin de promouvoir l'approfondissement de la discussion sur l'utilisation du terme Bullying et de sa définition au Brésil, car elle indique un consensus pour le maintien de l'anglais au détriment d'une recherche par un autre mot en portugais. Nous croyons que le ciblage de l'utilisation de ce concept pour les conflits entre les étudiants et le milieu scolaire au Brésil, présenté avec ses caractéristiques propres qui le différencient des autres formes de violence à l'école est une alternative pour éviter sa banalisation. Il faut que nous définissions les limites de ce phénomène, en sachant sa structure et tout ce qui entoure les conséquences pour ceux qui sont impliqués et des politiques pour le combat. La spécification de ce que nous comprenons par l'intimidation au Brésil, est une condition sine qua non de la connaissance, le diagnostic, la prévention, la punition, le traitement et la banalisation du terme de reproche.

Mots-clés: Bullying, la banalisation, la définition.

SUMÁRIO

PRÓLOGO 12

INTRODUÇÃO 18

1. O BULLYING E SUAS CARACTERÍSTICAS 22

1.1 Bullying: seus Personagens e suas Consequências 25

1.1.1 Os Agressores 25

1.1.2 As Vítimas 28

1.1.3 As Testemunhas 31

1.2 Índices do Fenômeno Bullying 33

2. AÇÕES E REAÇÕES 39

2.1 Modelos e Protocolos no Enfrentamento ao Bullying 41

2.2 Programas Antibullying no Mundo 42

2.3 Os Programas Antibullying no Brasil 47

2.4 Bullying: Conflitos com a Lei e Condenações 52

3. BULLYING E SEUS CONCEITOS 60

3.1 Ambiguidades e Desafios no Entendimento do Termo Bullying 60

3.1.1 O Ijime e o Exemplo do Japão nas Discussões Sobre o Bullying 63

3.2 Os Diferentes Conceitos Sobre o Bullying 66

3.3 O Termo Bullying no Brasil: Desafios e Possibilidades 75

3.4 As Redes Sociais e o Uso do Termo Bullying na Internet 86

3.4.1 De Vítima a Agressor: Quando um herói se torna vilão 93

3.5 O Fenômeno Bullying no Brasil: Um novo olhar 97

4. CONCLUSÕES 103

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 107

PRÓLOGO

Era mais um dia tranquilo na cidade do Rio de Janeiro, que vinha passando por um período de pacificação com a ocupação de algumas favelas, pela Polícia Militar. Mas este clima estava prestes a mudar, pois na Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, Zona Oeste, um homem batia à porta da sala 4 do segundo andar e as ações cometidas nos minutos seguintes transformaram a vida de várias famílias de alunos e professores desta instituição, que festejava seus 40 anos de existência.

Wellington era filho adotivo, o caçula de cinco irmãos. Sua mãe biológica sofria de problemas mentais e chegou a tentar se matar. Seus familiares e conhecidos o descreveram como um rapaz calado, tímido, introspectivo, que não se metia em problemas nem desrespeitava regras. Era uma pessoa que passava boa parte de seu tempo navegando na internet, se relacionando bem apenas com sua mãe adotiva.

Talvez sua família não soubesse o que Wellington vivenciava na escola. Sempre havia um grupo de alunos o agredindo, xingando, empurrando, debochando, batendo e rindo dele. Ele era estudante da Escola Municipal Tasso da Silveira. Certa vez o colocaram de cabeça para baixo, com a cabeça dentro da privada, e deram a descarga. Dezenas de alunos viram o que estava acontecendo e nada fizeram para impedir aquela violência. Riam e incentivavam a tortura contra ele. Podia-se sentir o gosto de urina misturado ao de suas lágrimas e o ódio pelas pessoas que o humilhavam a todo instante. Considerado feio por algumas meninas era provocado com indiretas sexuais. Tocavam-no e riam. Neste mesmo ano, no dia 11 de setembro de 2001, aconteceu o ataque terrorista às Torres Gêmeas, nos Estados Unidos, que virou sua obsessão.

Na sala 4 o homem é recebido pela professora e diz que irá proferir uma palestra. Ao entrar na sala coloca sua bolsa sobre a mesa: a alegria dos alunos e dos professores nesta escola está prestes a se converter em desespero, tristeza, dúvidas e ódio. O homem então se prepara para a palestra e abre a bolsa, dentro dela haviam coisas diferentes das que geralmente se usam em palestras. Ele estava preparado para o que iria acontecer e sabia o que estava para fazer. Todos teriam uma surpresa. O ano de 2011 seria marcado nas vidas de suas famílias. Esta data seria lembrada pelos acontecimentos que virão.

Ele coloca suas mãos dentro da mochila. Um suspiro... Um sorriso?!

Após a morte de Dona Dicéa, em 2010, sua mãe adotiva, os irmãos de Wellington vasculharam o computador do jovem e descobriram que ele fazia muitas pesquisas sobre armamentos. Descobriu-se que ele comprou dois revólveres e um carregador rápido, bem como tomou aulas de tiro, evidências de que planejava a ação desde o ano anterior, sempre com intenção de vingança e com admiração por atos terroristas.

No mesmo ano da morte de sua mãe adotiva Wellington gravou um vídeo demonstrando que pretendia se vingar dos atos de violência sofridos na escola: "a maioria das pessoas que me desrespeitam, acham que eu sou um idiota, que se aproveitam de minha bondade, me julgam antecipadamente (...). Uma ação fará pelos seus semelhantes que são humilhados, agredidos, desrespeitados em vários locais, como escolas e colégios". Já em outro vídeo, desta vez, registrado dias antes de voltar na escola onde estudou, ele dizia: “Muitas vezes aconteceu comigo de ser agredido por um grupo, e todos os que estavam por perto debochavam, se divertiam com as humilhações que eu sofria, sem se importarem com meus sentimentos.”

Todos sorrindo em sala de aula, a professora conversa com alguns alunos a espera do aviso do palestrante do dia para iniciar sua exposição. O homem então retira da bolsa dois objetos, um em cada mão. Os sorrisos continuam até se escutar o primeiro disparo. A garota não entende nada, seus olhos de medo veem sangue em suas mãos. Foi um tiro! Os alunos demoram a perceber o que realmente estava acontecendo. Mais disparos são efetuados pelo homem na frente da sala. Então a professora percebe do que se trata e, ao se abaixar, pede aos gritos para que seus alunos saiam da sala. Desespero, disparos, sangue, gritos. Crianças correndo para o corredor. O homem para por um instante com a arma apontada para um garoto. “Você não. Vai, sai logo!” – diz o homem para o garoto gordinho da sala.

O homem vai até o corredor, carrega a arma e entra em outra sala e dispara nas meninas. Busca principalmente as mulheres. Tem ódio pelas mulheres! Mais alunos correndo no corredor, agora saindo das duas salas.

“A nossa luta é contra pessoas cruéis, covardes, que se aproveitam da bondade, da inocência, da fraqueza de pessoas incapazes de se defenderem,” afirma Wellington em mais um vídeo gravado poucos dias antes de voltar à escola onde sofreu com humilhações e com o desdenho das garotas. Ele raspou a barba planejando se infiltrar na escola, observar como estava funcionando e os meios em que poderia realizar seu plano. Não queria chamar a atenção.

As crianças que fugiram da sala de aula, mesmo feridas, saiam da escola correndo. Uma pessoa começa a gravar com seu celular aquela cena. Um por um, alunos feridos, com seus uniformes cheios de sangue, ou chorando de desespero saíam pela porta principal da escola. Alguns alunos já estavam há mais de uma quadra de distância e encontram uma viatura da polícia militar. Disparos! Gritos do lado de fora. Uma cena de guerra é o que parece. Vários alunos deitados na calçada da escola, feridos. Vizinhos tentavam ajudar. Os policiais chegaram rápido na instituição e logo subiram pela escada que dava acesso às salas onde o homem estava.

Wellington escreveu uma carta. Estava decidido a entrar novamente na escola onde estudou e não mais sair de lá. Iria matar e morrer nesta escola! Numa parte da carta ele escreve: “Primeiramente deverão saber que os impuros não poderão me tocar sem usar luvas, somente os castos ou os que perderam suas castidades após o casamento e não se envolveram em adultério poderão me tocar sem usar luvas, ou seja, nenhum fornicador ou adúltero poderá ter contato direto comigo, nem nada que seja impuro poderá tocar em meu sangue, nenhum impuro pode ter contato direto com um virgem sem sua permissão, os que cuidarem do meu sepultamento deverão retirar toda a minha vestimenta, me banhar, me secar e me envolver totalmente despido em um lençol branco que está nesse prédio em uma bolsa que deixei na primeira sala do primeiro andar e após me envolverem neste lençol poderão me colocar em meu caixão. Se possível quero ser sepultado ao lado da sepultura onde minha mãe dorme, minha mãe se chama Dicéa Menezes de Oliveira que está sepultada no cemitério de Murundu. Preciso da visita de um fiel seguidor de Deus em minha sepultura pelo menos uma vez, preciso que ele ore diante da minha sepultura pedindo perdão de Deus pelo que eu fiz rogando para que na sua vinda Jesus me desperte do sono da morte para a vida eterna”.

O Sargento Alves entrou na escola, observou várias crianças correndo, quando escutou disparos no andar acima. Subiu as escadas e se deparou com um homem a

frente no corredor. Este homem é Wellington, armado e que acabara de atirar dezenas de vezes contra os alunos das salas próximas. Os dois se olham por um pequeno instante... Wellington corre para a escada a sua frente. Disparo! Desta vez o disparo não saiu de suas armas.

Dor! sangue!

Wellington sente por alguns segundos a dor que fez sentir aqueles alunos atingidos por seus disparos. Sua perna foi atingida. Arma na região temporal. O policial não tem tempo de dar voz de prisão. Wellington já sabia que aquilo iria acontecer. Outro disparo. Último disparo do homem que há poucos minutos havia atingido vários alunos dentro das salas, matando 10 meninas e 2 meninos. Desfecho já programado por ele: matar e morrer naquela escola.

Redes de televisão mostraram as primeiras imagens da tragédia. Jornalistas começaram a levantar os dados sobre o atirador e suas intenções. No dia seguinte já havia milhares de acessos aos vídeos publicados em sites e blogs que divulgavam o assunto.

O termo bullying começa a ser dito em várias reportagens. O atirador teria sido uma vítima deste fenômeno? O que é o bullying? O que ele fez é bullying? Alguns especialistas começam a levantar um perfil de Wellington e já descobrem que ele sofreu bullying na escola e que sofria de problemas psicológicos. Psiquiatras tentam mudar o foco, dizendo que aquilo não foi em decorrência de bullying. Entretanto ficou claro que o fato do mesmo ter voltado à escola onde sofreu tantas situações de agressões e para agir daquela maneira teve o bullying como um dos fatores motivadores.

Pessoas começam a buscar culpados e indicam as armas das ruas, a internet, insanidade mental, falta de segurança nas escolas. Houve até quem comentasse numa rede social que de alguma forma aquelas crianças mereceram o ocorrido. Especialistas em violência, psiquiatria, segurança pública, educação e bullying começam a ser chamados para entrevistas e debates nos meios de comunicação.

Após quinze dias no Instituto Médico Legal (IML) Wellington é enterrado no cemitério do Caju, sem a presença de nenhum parente, somente dos coveiros, numa

cova rasa e sem lápide. Não foi feito nenhum dos procedimentos que ele havia pedido na carta que escreveu.

O termo bullying começou, a partir daí, a ser usado a todo instante, sobretudo nas redes sociais. Algumas postagens na internet, para incentivar o enfrentamento deste fenômeno mostrando suas trágicas consequências, citam o massacre de Realengo como um bom exemplo disso. Outras postagens defendem que o bullying sempre existiu e que ninguém nunca morreu por isso e que o caso de Realengo foi feito por um psicótico e nada mais.

Postagens que banalizam o fenômeno bullying são publicadas e compartilhadas. O termo desconhecido agora é chato, repetitivo, sem importância. Para muitos é apenas uma nova desculpa para os fracos e os psicóticos justificarem seus problemas e depressões. Inúmeras postagens comparam o bullying ao ato de brincar e rir com os amigos na escola e sentem saudades do tempo em que zoar com os amigos não era bullying.

Como vemos o bullying pode ser um fator que influencia pessoas a realizarem ações como as que ocorreram no chamado Massacre de Realengo. Vimos também que existem muitas pessoas que não se sensibilizam com tragédias como esta e chegam a apoiar o atirador ou não entendem o verdadeiro significado da palavra bullying e de suas consequências. Será que o termo bullying está claro para a população? Por que o termo tem sido desmerecido por tantas pessoas? Podemos dizer que o bullying não passa de brincadeiras normais de adolescentes e que aqueles que não suportam passar por estas agressões mostram que são fracos e que não estão preparados para a vida? O bullying é tudo e está em todo lugar? A exposição exagerada e muitas vezes sem objetivo não favorece a banalização do bullying e de suas consequências? Uma definição clara e delimitada favorece o entendimento e leva a população a encarar o fenômeno com mais seriedade?

Neste instante algum aluno está sofrendo com xingamentos, humilhações, perseguições, agressões físicas, morais e verbais na escola. A qualquer momento outro homem ou mulher irá entrar numa escola e fazer o mesmo que ocorreu em Realengo e em tantas outras escolas no mundo. Quantos “Wellingtons” não estão sendo construídos

enquanto o fenômeno bullying não é levado a sério ou definido e delimitado para o fácil entendimento da população em geral?

INTRODUÇÃO

Estamos diante de uma nova forma de ver e perceber a violência em seus mais variados contextos. No ambiente escolar há um novo olhar sobre o chamado bullying, um fenômeno social que configura atitudes específicas de conflitos e agressões repetitivas que levam a consequências graves para todos seus envolvidos. Para Wieviorka (1999) estamos vivenciando mudanças nos significados, representações e percepções da violência, gerando um novo paradigma. Estas novas visões sobre a violência sofrem variações de um grupo social para outro, de uma época para outra e de indivíduo para indivíduo. As definições de violência pretendem torná-la mais legível e a cada novo paradigma construído novos olhares e definições vão sendo elaboradas. “O vocabulário científico, então, não ‘descobre’ o que é verdade; o que é verdade é construído e, por sua vez constrói novos paradigmas” (DEBARDIEUX, 2002b, p. 64).

Segundo Chalita (2008) a violência é um problema crescente em todo o mundo e há um clima de perplexidade diante de atitudes cruéis que alteram e ferem a vida de todos na sociedade. A busca por uma caracterização da violência não é uma tarefa fácil, uma vez que se trata de um fenômeno multiforme em todos os seus aspectos e se transforma de acordo com a sociedade, alterando as relações entre os indivíduos.

Sentimentos como respeito, solidariedade, amor, parecem estar sendo substituídos por ódio, intolerância, discriminação e violência. Seres da mesma espécie se destroem, se matam e se agridem (PEREIRA, 2002). Neste contexto, Waiselfisz (2010) pontua que é preocupante o índice de violência entre os jovens brasileiros, fazendo o Brasil ocupar a 6ª posição no ranking entre os países mais violentos no mundo em relação ao índice de homicídio na população total. Para Lopes Neto (2005), a violência no ambiente escolar é possivelmente a mais visível entre os jovens, tendo o bullying como sua manifestação mais cruel.

O termo bullying passou a ser estudado em todo o mundo após pesquisadores e educadores de países da Escandinávia perceberem a forte ligação entre a violência vivenciada por alunos no ambiente escolar e uma série de ataques ocorridos nestas

instituições de ensino. O professor Dan Olweus[2] foi encarregado de verificar de que maneira essa violência estava influenciando a vida dos jovens em idade escolar. A busca pelo conceito e caracterização do fenômeno o levou a utilizar o termo bullying, usado na língua inglesa para designar relações de conflito entre indivíduos em diferentes contextos, também para designar os conflitos e agressões que se mantinham durante muito tempo sobre um aluno que não apresentava resistência física ou psicológica (FANTE, 2005; FANTE 2008; OLWEUS, 1991; RIGBY, 2008; SILVA, 2010; ROLIM, 2010).

Ao buscar uma tradução do termo bullying para a língua portuguesa, pesquisadores brasileiros encontraram grande dificuldade, gerando a opção para o uso do termo em inglês. Com o advento de uma série de pesquisas mostrando as consequências trágicas do bullying em vários países, sobretudo com os resultados obtidos no Brasil, o termo passou a ser conhecido e divulgado pela mídia nacional. Somente entre os anos de 2009 e 2010 foram publicados mais de nove livros dedicados ao assunto, mostrando o destaque do tema junto aos pesquisadores. Com o caso de Realengo, em 2011, em que um homem entrou em sua antiga escola e efetuou dezenas de disparos contra os alunos, matando doze deles com idade entre 12 e 14 anos e se matou logo em seguida, o bullying virou o termo do momento.

Diante deste processo de popularização do termo bullying, observamos que o mesmo vem sendo usado para designar outras formas de violência que ocorrem em outros locais além do ambiente escolar. Essa extensão do uso deste termo para além do universo educacional parece prejudicar o entendimento da população sobre a real configuração do fenômeno e suas consequências, que podem estar relacionadas desde a timidez, isolamento social e depressão até o suicídio ou ainda o homicídio seguido ou não de suicídio, como no caso do Massacre de Realengo, já descrito.

Para verificar os usos do termo bullying fizemos uma revisão bibliográfica dos livros publicados por autores brasileiros no período do ano de 2000 a 2010, verificando de que maneira o bullying é apresentado, tentando compreender as generalizações feitas

[2] Dan Olweus é professor de psicologia, afiliado ao Research Center for Health Promotion (HEMIL) da Universidade de Bergen, na Noruega. É considerado o pioneiro em pesquisas e programas de enfrentamento ao bullying no mundo, recebendo vários prêmios de reconhecimento por suas investigações e intervenções satisfatórias.

a partir do bullying relacionando-o a toda e qualquer forma de violência, pensando em como isso prejudica o entendimento desse fenômeno.

Primeiramente falaremos sobre alguns estudos e os índices do bullying fornecidos por pesquisas realizadas em vários países, bem como apresentar a configuração básica do fenômeno aceita por estes autores. Observamos que este não se restringe apenas a áreas periféricas e urbanas, e se apresenta em escolas públicas, particulares, de classe média e alta localizadas nos grandes centros urbanos, mas também rurais de todos os países do mundo.

No segundo capítulo pretendemos abordar as ações de enfrentamento ao bullying adotadas nas últimas décadas aqui e em outros países, bem como as dificuldades e resultados dos diversos programas usados e adaptados nestes países. Observamos que a maioria dos programas antibullying foi criada somente após a intervenção de leis municipais e estaduais, sobretudo no Brasil, o que nos leva a discutir também os conflitos da prática do bullying com a lei e as condenações obtidas em situações confirmadas dessa prática. Posteriormente analisaremos o que dizem os autores brasileiros sobre o bullying, suas características e especificidades.

Observamos, já de início, que com a importação do termo corremos o risco de associar o termo bullying a outros campos de estudos da violência no Brasil, promovendo sua banalização, tornando pesquisas sérias em algo inexpressivo e desimportante. Diante desta banalização observa-se a necessidade de compreender mais sobre seus potenciais e também sobre os limites no uso do termo bullying. Um exemplo do problema é perceptível ao tomar os conceitos apresentados pelos autores brasileiros: eles sugerem que o bullying está em todo lugar, fazendo com que a população em geral acredite que agora tudo é bullying e que o termo pode ser usado para justificar todo e qualquer ato de violência.

Para discutirmos este fato nos valemos de mensagens e notícias disponibilizadas em redes sociais e blogs no Brasil, pois a internet se configura como um amplo espaço de expressão de ideias, seja pela sensação de anonimato, seja pelo alcance das redes sociais. Segundo pesquisa da F/NAZCA[3] entre a população com idade superior a 12

[3] Agência de Publicidade, fundada em 1994, pertence a rede internacional de agências Saatchi & Saatchi, e faz parte do Publicis Group e está presente em 80 países. É presidida por Fabio Fernandes. No Brasil possui unidades em São Paulo e no Rio de Janeiro.

anos, 54% costuma acessar a internet e navegar por mais de 3 horas em redes sociais virtuais[4] como Twitter, Orkut e MSN, isto é, 81,3 milhões de pessoas.

Ao final propomos um novo olhar sobre o fenômeno bullying, a fim de limitar o uso do termo ao ambiente escolar. Iniciamos aqui uma discussão que não foi satisfatoriamente realizada no Brasil, numa tentativa de frear o processo de banalização pelo qual o fenômeno passa.

[4] As Redes Sociais Virtuais são grupos ou espaços específicos na Internet, que permitem partilhar dados e informações, sendo estas de caráter geral ou específico, das mais diversas formas (textos, arquivos, imagens, vídeos, etc.).

1. O BULLYING E SUAS CARACTERÍSTICAS

A violência é um fenômeno antigo, presente no processo histórico de toda a humanidade. É possível caracterizarmos a violência de diversas formas, uma delas é delimitando o espaço em que ela ocorre, assim temos: violência urbana, doméstica, em zonas de conflito e a escolar. Os estudos sobre violência na escola, e o que conhecemos como bullying, são relativamente novos, e iniciaram-se nos primeiros anos de 1970, com Dan Olweus, na Universidade de Bergen, Noruega. O bullying é um fenômeno social presente nas escolas, contudo com características bastante delimitadas. Pretendemos discutir neste capítulo essas principais características, seus personagens e suas graves consequências, na intenção de esclarecer uma série de dúvidas a cerca do que é este fenômeno e as maneiras com que ele se configura.

A escola é palco de crenças enraizadas pelo poder simbólico. A forma simbólica utilizada pelos professores para fazer valer seus valores e normas nas relações pode-se mostrar como uma forma de violência. Os alunos, para perpetuar estilos e modo de agir, se utilizam da violência simbólica, empregando seu poderio físico e seu repertório de agressões verbais para ferirem as vítimas em seus pontos mais fracos. No entanto, nem todo ato de violência cometido na escola pode ser chamado de bullying (CRAIG 1998; FANTE 2005; LOPES NETO 2005; LISBOA 2009).

As diversas formas de violência que os jovens vivenciam nas instituições de ensino são, muitas vezes, desconsideradas, desconhecidas ou tratadas com menos importância pelo poder público, assim como pela população em geral, sobretudo o bullying. Fante (2005) destacou que ao pensarmos na violência em ambiente escolar, que vem aumentando sua incidência nas últimas décadas, lembramos rapidamente de “alunos ou ex-alunos-problema” munidos de drogas e armas, depedram o patrimônio, brigam dentro ou próximo ao colégio, praticam pequenos furtos e promovem o terror entre os estudantes.

Aliado a esse tipo de violência explícita, devemos nos preocupar com outra forma, a velada, que se apresenta de forma repetitiva, cruel, escondida entre os grupos que excluem e maltratam outros alunos. O bullying se apresenta como um fenômeno complexo por se munir tanto de traços da violência explícita como da manifestação das formas anônimas, veladas e repetitivas.

O bullying pode se manifestar de maneiras variadas em determinados grupos de estudantes. Segundo alguns pesquisadores (OLWEUS, 1993; FANTE, 2005; SILVA, 2009; BEANE, 2010; ROLIM, 2010) ele se apresenta de maneira explícita/direta ou indireta/velada, podendo ser físico, verbal, relacional, sexual e, com o advento da popularização da internet e de suas redes sociais, virtual. Geralmente a vítima ou vítimas são atacadas pela combinação destas formas de bullying, aumentando a possibilidade de a experiência ser intensa e traumática.

O bullying físico/direto é visível a outros estudantes e apresenta comportamentos de natureza física, como bater, empurrar, forçar com o corpo, chutar, tomar e danificar pertences, beliscar, dar tapas na nuca. Portanto, o bullying direto se configura como as práticas que evolvem a imposição de sofrimento físico, submissão pela força e, em alguns casos, a humilhação pública do alvo. Beane (2010) lembra a importância de não minimizar esses comportamentos, pois são extremamente prejudiciais, mesmo aqueles que aparentam ser uma simples brincadeira. O autor lembra-se de um menino de nove anos que relatou a experiência vivida por ele, dizendo se sentir sem graça e humilhado quando empurrado ao chão na frente de colegas. Há relatos de alunos que sofreram com a experiência do “redemoinho”, que consiste em ter sua cabeça colocada dentro no vaso sanitário e acionar a descarga (BEANE, 2010, p. 20). Outro exemplo de bullying físico comum em escolas norte-americanas e na Europa é o ato de empurrar o aluno para dentro do próprio armário. Para se defenderem deste tipo de agressão muitos alunos simplesmente deixam de usar seus armários e passam a carregar seus materiais em mochilas.

O bullying verbal/direto se apresenta como atitudes que visam insultar e apelidar de maneira vergonhosa e humilhante outro aluno. São atitudes de bullying verbal as ações repetitivas fazendo comentários insultuosos, humilhantes, racistas, homofóbicos e/ou intolerantes quanto às diferenças culturais, físicas, religiosas, econômicas.

Para alguns autores o bullying pode ser classificado como indireto (ROLIM, 2010), ou social e relacional (BEANE, 2010), ou psicológico e moral (SILVA, 2010). As agressões propositais nessa visão têm a intenção de excluir ou isolar o outro por meio de fofocas e da destruição da índole (espalhando rumores maliciosos e cruéis, mentir sobre o outro com base no preconceito quanto a opção sexual, raça, religião, cultura, etc.), além da manipulação de relacionamentos (colocando alunos amigos um contra o outro). Outros exemplos são a pichação de muros ou bilhetes com mensagens

ofensivas e difamatórias. Beane (2010) destaca que estes comportamentos são mais comuns entre meninas. Segundo o autor, boa parte do bullying entre garotas parece derivar da inveja ou do ciúme, que levam á raiva, e consequentemente ao esforço para subjugar ou destruir a reputação do outro.

Silva (2010) complementa as formas de bullying denominando as ações de abusar, violentar, assediar sexualmente o outro como bullying sexual. Segundo a autora "este tipo de comportamento desprezível costuma ocorrer entre meninos e meninas, e meninos com meninos. Não raro o estudante indefeso é assediado e/ou violentado por vários 'colegas' ao mesmo tempo" (SILVA, 2010, p. 24).

A popularização da internet favoreceu o surgimento de mais uma forma de manifestação do fenômeno bullying. O chamado bullying virtual ou cyberbullying. Beane (2010) cita o cyberbullying como parte integrante do que chamou de bullying social e relacional, e consiste nas agressões feitas em páginas na web, e-mail, mensagens de texto e assim por diante. Silva (2010) já a dispõe como mais uma manifestação do bullying que é capaz de difundir, de maneira avassaladora, calúnias e maledicências. Rolim (2010) lembra que, com o cyberbullying, a característica básica do desequilíbrio de poder entre o agressor e sua vítima em situações de bullying nem sempre estará presente.

Entretanto, essa circunstância não deve ser tomada como suficiente para descaracterizar o fenômeno. Segundo Bill Basey[5], presidente da Bullying.org (Canadá), o cyberbullying envolve o uso de informação e tecnologias de comunicação como e-mail, celular, mensagens de texto, sites especializados em difamar ou ofender alguém (blogs, por exemplo) para apoiar o comportamento hostil deliberado e repetitivo adotado por um indivíduo ou grupo, com intenção de ferir outras pessoas.

O bullying se apresenta como um fenômeno social complexo por se expor tanto de maneira explícita como de maneira velada e possui suas próprias características. Como vimos o fenômeno pode ser físico, verbal, relacional, sexual e virtual e as vítimas podem ser atacadas pela combinação destas formas de bullying. A forma mais visível é o de bullying físico/direto, já o bullying verbal/direto se diferencia por nem sempre ser tão evidente, já que suas marcas são psicológicas. Outra forma de bullying é

[5] Bill Belsey é o criador do site www.cyberbullying.org, primeiro site do mundo a discutir o problema do cyberbullying. Ele é citado frequentemente como a primeira pessoa a introduzir e definir esta palavra em pesquisas sobre agressões no mundo virtual.

considerada a mais praticada por meninas, sendo chamada de bullying indireto, em que os agressores excluem ou isolam suas vítimas a fim de destruir suas reputações. Vimos ainda o bullying sexual, com os abusos sexuais praticados pelos agressores e o chamado bullying virtual ou cyberbullying, que usa o poder de propagação da internet para desmoralizar e espalhar notícias que acabam com a honra das vítimas.

1.1 Bullying: seus personagens e suas consequências

Começaremos esta seção retomando um trecho já exposto no prólogo deste trabalho. Faremos isto por considerar que esta parte possui um forte caráter emblemático para a nossa discussão sobre o bullying:

> Sempre havia um grupo de alunos o agredindo, xingando, empurrando, debochando, batendo e rindo dele. Ele era estudante da Escola Municipal Tasso da Silveira. Certa vez o colocaram de cabeça para baixo, com a cabeça dentro da privada, e deram a descarga. Dezenas de alunos viram o que estava acontecendo e nada fizeram para impedir aquela violência. Riam e incentivavam a tortura contra ele. Podia-se sentir o gosto de urina misturado ao de suas lágrimas e o ódio pelas pessoas que o humilhavam a todo instante.

Já tendo conhecido as categorias que diferenciam as formas de bullying levando em conta o tipo de ação praticada e com que intuito, partiremos para as designações dos indivíduos/personagens envolvidos nesse fenômeno, que vivenciam estas ações de agressões continuadas e principalmente suas consequências trágicas para todos eles.

De acordo com Olweus (1993), o bullying é constituído por agressores, vítimas e testemunhas. Cada estudante, dependendo do papel que assume ao vivenciar o fenômeno em sua escola, será classificado em uma dessas categorias, podendo assumir mais de uma dessas posições durante o processo.

1.1.1 Os agressores

Os agressores podem ser de ambos os sexos e podem ser tipificados de três maneiras: como autor agressivo, como autor passivo e como autor-vítima ou vítima-

agressora (OLWEUS, 1993; FANTE, 2005; RIGBY, 2008; ROLIM, 2010; SILVA, 2010).

Os autores agressivos tendem a ser fisicamente fortes e de temperamento explosivo, confiantes e desprovidos de empatia. Já os autores passivos são inseguros, possuem baixa autoestima e são menos populares que os agressivos. O terceiro tipo de agressores, chamados de vítimas-agressoras, representam uma pequena parte dos praticantes do bullying. Elas são ou foram vítimas de agressões por serem mais fracas fisicamente do que os agressivos e mais fortes que aqueles que perseguem. Podemos dizer, dentro dessa descrição, que a agressividade é o elemento comum entre os três tipos. Estes costumam se envolver, no futuro, em ações violentas e criminosas (FANTE, 2005; RIGBY, 2008; ROLIM, 2010).

O ato de agredir e/ou perseguir alguém no ambiente escolar trás consequências graves. Fox (2000) demonstrou que quase 60% dos meninos classificados como agressores entre o 6ª e 9ª anos possuem grandes chances de serem condenados por pelo menos um crime até os 24 anos de idade. Outro dado importante é que 40% deles terão três ou mais condenações até os 24 anos. Ainda como consequência para os autores, temos a ansiedade, intolerância, agressividade constante, a evasão e o baixo rendimento escolar. Fante (2008) complementa dizendo que o autor de bullying possui tendências de adotar comportamentos antissociais ou delinquentes, em decorrência da falta de limites ou de modelos educativos que direcionem seu comportamento.

As regras de convívio escolar e social são encaradas com desmotivação, uma vez que ele se sente superior aos demais e aprendeu a conviver sentindo-se mais gratificado com as próprias regras internalizadas, que lhes dão mais notoriedade e destaque perante seus pares. Pela insegurança que sentem, resultante da carência de amor e de limites, suas ações não apresentam consideração, empatia ou compaixão. Geralmente adotam uma postura desafiadora frente às figuras de autoridade como pais, professores e policiais, buscando sentirem-se valorizados e respeitados. Autores de bullying apresentam maior possibilidade de envolvimento em gangues, tráfico, porte ilegal de armas, brigas, abuso de álcool e de drogas (RIGBY, 2008). Tendem a praticar a violência doméstica e o assédio moral em seu local de trabalho, além de apresentar baixa resistência à frustração (FANTE, 2008).

A respeito da personalidade dos agressores, Silva (2010) ressalta que eles

> possuem traços de desrespeito e maldade e, na maioria das vezes, essas características estão associadas a um perigoso poder de liderança que, em geral, é obtido ou legitimado através da força física ou de intenso assédio psicológico. O agressor pode agir sozinho ou em grupo. [...] Os agressores apresentam, desde muito cedo, aversão às normas, não aceitam serem contrariados ou frustrados, geralmente estão envolvidos em atos de pequenos delitos, como furtos, roubos ou vandalismo, com destruição do patrimônio público ou privado. O desempenho escolar desses jovens costuma ser regular ou deficitário; no entanto, em hipótese alguma, isso configura uma deficiência intelectual ou de aprendizagem por parte deles. (SILVA, 2010, p. 43).

Vale lembrar que esta descrição do perfil dos agressores não deve ser generalizada. No trecho em destaque Silva (2010) criminaliza o agressor e propõe estigmas fortes a estes jovens. Sobre o estigma, Rebouças (2008) afirma que o termo já era usado na Grécia Antiga para designar sinais corporais que desqualificavam o cidadão marcado com tal sinal, como os escravos, criminosos e traidores. O estigma social resulta da relação de atributos e identidade que uma pessoa possui e os estereótipos sociais cobrados entre os indivíduos de uma sociedade. O estigma social possui três níveis distintos: deformidades corporais; fraqueza de caráter; e abominações de atos. Em muitas situações, os estigmatizados não seriam considerados humanos ou incluídos em sociedade (REBOUÇAS, 2008).

Dessas acepções, podemos ressaltar que não é porque o estudante é um agressor que o mesmo terá estas características ou serão criminosos, ou mesmo porque este estudante adota práticas delituosas e se irrita facilmente ao ser contrariado que o mesmo deverá ser visto como um agressor. Identificar as personagens do bullying vai além dos estigmas perpetuados por estes autores. Não significa que apenas observando o estudante em sala de aula e identificando alguma destas características apresentadas já poderá considerá-lo como um agressor. Este é o principal perigo da banalização deste assunto. Devemos ficar atentos a isso no processo de identificação das manifestações do bullying em determinada instituição de ensino.

1.1.2 As vítimas

Segundo Olweus, (1993), as vítimas são classificadas de três maneiras: as passivas ou típicas, as provocadoras e as vitimas-agressoras (já citada anteriormente). A vítima passiva compreende o maior grupo de vítimas e geralmente apresenta pouca socialização. São tímidas ou reservadas e não conseguem reagir às agressões sofridas. Segundo Silva (2010), as vítimas passivas

> normalmente são mais frágeis ou apresentam alguma "marca" que as destaca da maioria dos alunos: são gordinhas ou magras demais, altas ou baixas demais; usam óculos; são "caxias", deficientes físicas; apresentam sardas ou manchas na pele, orelhas ou nariz um pouco mais destacados; usam roupas fora de moda; são de raça, credo, condição socioeconômica ou orientação sexual diferentes... Enfim, qualquer coisa que fuja ao padrão imposto por um determinado grupo pode deflagrar o processo de escolha da vítima do bullying. Os motivos (sempre injustificáveis) são os mais banais possíveis. (SILVA, 2010, p. 38)

Podemos inferir, com Fante (2005) e com Silva (2010), que este padrão de comportamento apresentado por determinados alunos, que antecede as agressões características do bullying, é um dado que as colocam como um grupo de risco. Estes comportamentos tendem a ser mais profundos e desencadear problemas psicossociais muitas vezes irreparáveis para aqueles estudantes que passam a ser perseguidos. Entretanto, não podemos simplesmente ir a uma sala de aula e procurar alunos tímidos e calados como possíveis alvos de agressores. Não significa que alunos com este perfil são ou serão vítimas de bullying em suas instituições de ensino. Não fazer parte de um padrão imposto pelos grupos da escola onde estuda, seja de vestimenta, gosto musical, físico ou financeiro, não significa que o mesmo se tornará a próxima vítima de bullying.

Alguns pesquisadores identificaram subgrupos dentre as vítimas passivas. Segundo Beane (2010), as vítimas indiretas são aquelas afetadas pelo medo e ansiedade em decorrência de uma cultura escolar que permite situações de bullying, seja por medo de um marketing negativo para a escola, seja por medo de assumir que nestas instituições ocorrem situações degradantes como as que caracterizam o fenômeno. Assim, as vítimas indiretas vivenciam o medo constante dentro destas escolas sem uma perspectiva de ter seus problemas resolvidos por professores ou responsáveis pela instituição.

Falsas vítimas são aquelas se declaram agredidas frequentemente e sem motivo, mas que o professor não toma atitude sobre o caso por interpretar como falsa a alegação

do estudante, pois o mesmo teria um histórico de reclamação sobre todos a sua volta. Já as vítimas perpétuas seriam aquelas que sofrem agressões durante toda sua vida escolar e podem desenvolver uma mentalidade de vítima (BEANE, 2010). A mentalidade de vítima é um comportamento autodestrutivo que contribui para pensamentos negativos, desculpabilizante e atitudes autoderrotistas inconscientes. A vítima perpétua, neste sentido, assume um pensamento de que não pode ou consegue fazer alguma coisa, concluir ou mesmo estabelecer metas, por razões que não sabem definir os motivos reais para estes pensamentos.

A vítima provocadora é aquela que gera em seus colegas, reações agressivas contra suas próprias atitudes. Apresenta interações agressivas, principalmente com aqueles alunos que aparentam ser mais fracos. Seus colegas de sala geralmente não gostam dela, por apresentar mecanismos ineficientes para lidar com a raiva, com a perda e com conflitos, discutindo ou brigando quando são atacadas ou insultadas (OLWEUS, 1993; SILVA, 2010; BEANE, 2010; RIGBY, 2008).

Já a vítima-agressora (OLWEUS, 1993; SILVA, 2010) ou vítimas/autores (ROLIM, 2010), é aquela que ocupa duas posições no grupo que vivencia o bullying. Ao mesmo tempo em que é vítima é também agressora. Ela desconta as agressões sofridas em outros colegas mais fracos como forma de vingança e/ou compensação. Cerca de 20% dos autores também são vítimas de agressões. De acordo com Lopes Neto (2005), a vítima-agressora diferencia-se das vítimas passivas por buscarem a popularidade e não a alcançarem, além do alto índice de rejeição entre alguns colegas e, por vezes, pela turma toda.

No que se refere a esta popularidade, Faris & Felmlee (2011) apresentam um estudo que sugere que o caminho para a popularidade na escola pode ser perigoso, e que os alunos populares são muitas vezes vilões e vítimas de comportamentos agressivos envolvendo seus colegas mais próximos. As descobertas, publicadas na *The American Sociological Review*[6], acompanhado de uma pesquisa relacionada da Universidade da Califórnia, em Davis, nos Estados Unidos, desafiam os estereótipos do bullying escolar, de suas vítimas e de seus agressores. Segundo Faris & Felmlee (2011) muitas vítimas estão nos degraus intermediários e altos da popularidade no ambiente escolar. No geral, a pesquisa mostra que cerca de um terço dos alunos estão envolvidos em

[6] Disponível em http://www.asanet.org/images/journals/docs/pdf/Faris_FelmleeASRFeb11.pdf Acesso em 03/06/2011.

comportamento agressivo. Isso significa que as perseguições não ocorrem apenas aos adolescentes excluídos, eles podem mirar em colegas considerados rivais na disputa desta popularidade.

Independente da maneira com que a vítima vivencia o fenômeno bullying, e das variadas nomenclaturas dadas para o seu padrão de comportamento, as consequências das agressões sofridas são graves. Segundo Fante (2008), as vítimas podem ter suas vidas marcadas pela insegurança, ansiedade, angústia, medo, vergonha. Tais sentimentos prejudicam sua capacidade de raciocínio e aprendizado, favorecendo o surgimento de um perfil emocional que o agressor entenderá como fraco, como alguém que jamais oferecerá resistência. Nesse caso, a vítima poderá ter comprometimentos no desenvolvimento da inteligência, da capacidade de criatividade e liderança, bem como sérios problemas no desenvolvimento afetivo, familiar, social e laboral. Fante (2005) comenta que

> na maioria das vezes as vítimas sofrem caladas por vergonha de se exporem ou por medo de represálias dos seus agressores, tornando-se reféns de emoções traumáticas destrutivas, como medo, insegurança, raiva, pensamentos de vingança e de suicídio, além de fobias sociais e outras reações que impedem seu bom desenvolvimento escolar. (FANTE, 2005, p. 16)

Neste contexto, Silva (2010) afirma que as vítimas sofrem até a vida adulta as consequências das situações de bullying vivenciadas no ambiente escolar. Entre os problemas mais comuns estão o sintoma psicossomático (boca seca, alergias, náuseas, dor de cabeça, formigamentos, tensão muscular, insônia entre outros), transtorno do pânico (medo intenso e infundado, que surge sem aviso e sem explicação), fobia escolar (medo intenso de frequentar a escola, ocasionando repetências por falta e consequentemente a evasão), fobia social ou Transtorno de Ansiedade Social – TAS (ansiedade excessiva e persistente, com temor excessivo de se sentir julgado negativamente ou observado), Transtorno de Ansiedade Generalizada – TAG (uma sensação de medo e insegurança persistente até mesmo em situações corriqueiras), depressão (doença que afeta o humor, a saúde, os ideais e o comportamento do indivíduo), anorexia e bulimia nervosas (transtornos alimentares e distorção de imagem corporal), Transtorno Obsessivo-Compulsivo – TOC (pensamentos sempre de natureza ruim, recorrentes, que faz com que o indivíduo, na tentativa de reduzir a ansiedade,

passe a adotar comportamentos repetitivos), Transtorno do Estresse Pós-Traumático – TEPT (ideias recorrentes do evento traumático, com lembranças de toda a situação vivenciada), e em alguns casos menos frequentes a esquizofrenia (psicose ou loucura que faz com que o indivíduo saia da realidade) e o suicídio ou homicídio seguido de suicídio.

> Vale destacar que os problemas relatados, em sua maioria, apresentam uma marcação genética considerável, ou seja, podem ser herdados dos pais ou de parentes próximos. No entanto, a vulnerabilidade de cada indivíduo, aliada ao ambiente externo, às pressões psicológicas e às situações de estresse prolongado, pode deflagrar transtornos graves que se encontravam, até então, adormecidos. Desta forma, devemos refletir de maneira bastante conscienciosa que, além de o bullying ser uma prática inaceitável nas relações interpessoais, pode levar a quadros clínicos que exijam cuidados médicos e psicológicos para que sejam superados. (SILVA, 2010, p. 32).

Devemos ressaltar que estes problemas não estarão presentes em todos aqueles que são ou foram vítimas deste fenômeno no ambiente escolar. Contudo, fica claro que as consequências podem ser bastante graves, independente da maneira com que sofrem estas agressões e da maneira com que outras pessoas imaginam estas relações conflituosas, acreditando que estas são situações que podem fortalecer o caráter e preparar o adolescente para uma vida adulta.

1.1.3 As testemunhas

As testemunhas ou espectadores são aqueles alunos que presenciam os atos de agressão proferidos pelos autores sobre suas vítimas. De acordo com Silva (2010) podemos dividir as testemunhas em três grupos distintos: testemunhas passivas, ativas e neutras. As testemunhas passivas geralmente assumem uma postura estática diante da agressão por medo de se tornarem vítimas. Ao se depararem com atos de violência contra outro colega, mesmo que não concordem com tal situação, não se posicionam em defesa das vítimas.

As testemunhas ativas são aqueles alunos que incitam os atos de violência que presenciam, incentivando os agressores a continuarem com as agressões. Mesmo que não se envolvam diretamente nas agressões, estes alunos também podem ser considerados agressores, sendo muitas vezes os articuladores, tramando e se divertindo ao verem a situação que provocaram.

Já as testemunhas neutras são aquelas que não demonstram empatia pela vítima de situações de bullying. Elas são acometidas por uma “anestesia emocional”, em função do contexto social no qual estão inseridos, geralmente de lares desestruturados ou de comunidades em que a violência faz parte do cotidiano (SILVA, 2011).

Geralmente as testemunhas não falam sobre o que veem ou procuram ajudar as vítimas de situações de bullying. A omissão, nestes casos, também se configura como facilitadora para a continuidade das agressões que observa, contribuindo para o aumento da violência no ambiente escolar. Desta maneira, elas podem se tornar adultos sem empatia, além de desenvolver uma série de transtornos socioafetivos. Silva (2010) indica que o transtorno do estresse pós-traumático (TEPT), a fobia social, a síndrome do pânico e o transtorno de ansiedade generalizada (TAG) são algumas das consequências que aqueles que se envolvem em casos de bullying podem sofrer.

Durante o processo de agressões características do bullying, cada estudante, em um determinado momento, pode transitar entre os diversos papéis, podendo sofrer agressões, agredir ou presenciar as atitudes de desrespeito e hostis. Os agressores são pessoas com temperamento explosivo e com forte tendência ao crime e envolvimento com gangues e tráfico. Este estigma pode dificultar o trabalho de enfrentamento do bullying, favorecendo um diagnóstico precoce e equivocado dos estudantes agressores.

Com relação às vítimas, os pesquisadores citam um comportamento frágil e pouco sociável que antecede as agressões sofridas, colocando certos comportamentos como de grande risco para a vitimização. Entretanto, essas informações não favorecem uma identificação da vítima apenas pelo seu comportamento ou por sua diferença em comparação aos demais do grupo com o qual convive ou mesmo que este é um sinal de que o mesmo será a próxima vítima de algum agressor.

Já as testemunhas assumem um papel como passivas, ativas ou neutras e sofrem sérias consequências podendo se tornar adultos com diversos tipos de transtornos, mesmo que não tenha grande proximidade nas situações de bullying. Assim, entendemos que, independente das situações que os estudantes vivenciam em situações do fenômeno, todos os envolvidos sofrem de alguma maneira com suas consequências trágicas. Devemos lembrar que os autores tendem a usar como um fator determinante os lares desestruturados dos envolvido, sejam eles testemunhas, agressores ou vítimas. Isso

pode indicar um direcionamento equivocado do fenômeno sendo que o mesmo atinge alunos de diferentes estruturas socioeconômicas e culturais.

1.2 Índices do fenômeno bullying

Para o entendimento da abrangência do fenômeno bullying pretendemos analisar os dados obtidos em algumas pesquisas realizadas no mundo, sobretudo no Brasil. Verificar os dados obtidos sobre a incidência do bullying, como cada personagem é citado nesses índices e como se dá suas manifestações em escolas públicas e particulares é um dos nossos objetivos nesta seção.

Como vimos, o ato de apelidar, amedrontar, humilhar, chantagear, ameaçar, agredir fisicamente, excluir do grupo, ou simplesmente ignorar, leva suas vítimas a uma perda de identidade, gerando sérios problemas psicossociais e prejuízos no processo de aprendizagem.

No começo da década de 80 o professor Dan Olweus realizou uma pesquisa utilizando um questionário criado por ele que visava a obtenção de dados sobre a vitimização em amplas amostras. Este questionário se tornou um referencial importante para pesquisas feitas por todo o mundo. Autores como Craig (1998), Sullivan (2001), Constantini (2004), Ando (2005), Fante (2005), Neto (2005), Columbier (2006), Neto (2007) e Lisboa (2009) falam em suas publicações sobre o uso de adaptações do questionário proposto por Dan Olweus, *Bully/Victim Questionnaire* (Olweus, 1989) e confirmam que a escola é palco da violência e que o fenômeno bullying ocorre em todas as partes do mundo, em instituições públicas ou particulares.

Na Noruega, os estudos de Olweus revelaram que 15% dos estudantes do 1º ao 9º ano haviam se envolvido de alguma maneira em casos de vitimização, 7% como agressores e 9% como vítimas. Temos, assim, que um em cada sete alunos se envolveu em situações de bullying naquele período escolar. Segundo Silva (2010), o próprio Olweus destaca que as situações de bullying ocorrem em diversos outros países, com relevância similar ou até superior ao que acontece na Noruega.

Na Espanha foi realizada uma pesquisa em 1991 e 1992, na cidade de Andaluzia. Foram aplicados 859 questionários com estudantes entre 11 e 16 anos de cinco escolas. Os resultados apontam que 18% dos alunos declaram que se envolvem frequentemente

em situações de bullying. Segundo Ortega & Mora-Merchan (1999), os índices encontrados foram mais elevados que os apresentados por estudos ingleses e noruegueses.

Já na Itália, em 1993, foram realizadas pesquisas em Florence, Cosenza, Bologna, Turin e Nápoles. A pesquisa envolveu 2019 estudantes da escola primária (entre 6 e 11 anos) e 2672 alunos do ensino médio (11 a 14 anos). O índice de crianças da escola primária que se declaram vitimizadas foi de 41,6% e destas, 17,5% foram vitimizadas mais de uma vez por semana. Do ensino médio, 26,4% dos estudantes declararam ter sido vitimizados e destes, 9,5% o foram na última semana. Dos que se declararam agressores, temos 28% das crianças da escola primária e 10,8% do ensino médio (FONZI, 1999).

Também em 1993, o primeiro estudo sobre bullying de Portugal teve como objetivo a conscientização da população, investigando sua natureza, extensão, causas e consequências. Dos 6.200 alunos de 6 a 17 anos que responderam aos questionários, 20% relataram ser vítimas e 15% afirmaram ser agressores (ALMEIDA, 1999).

No Japão, nos anos de 1994 e 1995, o termo utilizado para bullying é *ijime*. A pesquisa aplicou questionários a 9240 estudantes da escola primária (6 a 12 anos), ensino fundamental (12 a 15 anos) e ensino médio (15 a 17 anos), 9240 pais de alunos e 557 professores. Os resultados demonstraram que 21,9% dos estudantes da escola primária, 13,2% do ensino fundamental e 3,9% do ensino médio se declararam vítimas no último ano. O percentual de vítimas que disseram sofrer *ijime* mais de uma vez por semana foi de 60,4%, 71,2% e 74,8%, respectivamente pelos níveis escolares (MORITA, 1999).

Na Austrália, Rigby (2008) demonstrou que 16% dos alunos que participaram da pesquisa disseram ter sido vítimas de ações agressivas e gratuitas na última semana e durante o ano escolar. Foram entrevistados 38.000 crianças entre 7 e 17 anos. Esses dados indicam que a incidência do bullying na Austrália é ainda maior que os encontrados na Noruega e na Inglaterra.

Desde 2000 a Professora Cléo Fante desenvolve alguns estudos considerados pioneiros no Brasil, iniciados em escolas do interior paulista e Distrito Federal. No primeiro estudo foram aplicados 430 questionários com alunos de 5ª a 8ª séries do

ensino fundamental e de 1ª e 2ª séries do ensino médio, em uma escola particular de Barretos. Os resultados demonstraram que 81% dos alunos se envolveram com o bullying no ano letivo de 2000. Desses, 18% foram considerados vítimas, 14% agressores e 9% vítimas/agressores.

Em um segundo estudo, realizado em 2001, Cléo Fante desenvolveu a pesquisa de maneira diferente, onde a amostra era constituída de 431 alunos, de 7 a 16 anos, de cinco escolas da rede pública e particular de ensino de duas cidades do interior paulista. Diante dos resultados coletados foi observado que 21,38% eram vítimas, 15,61% eram agressores e 10,1% vítimas agressoras.

Num terceiro estudo, também realizado em 2002, na cidade de São José do Rio Preto, a pesquisa se voltou a uma escola da rede pública municipal de ensino. Foram utilizados vários questionários, direcionados aos alunos, funcionários administrativos e professores da instituição de ensino. Dos 450 alunos que participaram da pesquisa, 25,56% foram considerados vítimas, 22,4% agressores e 19,32% vítimas/agressores.

No Brasil, os estudos realizados pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA), em 2002, demonstraram que 40,5% dos 5785 alunos de 5ª a 8ª séries que responderam às perguntas dos questionários aplicados admitiram estar envolvidos em situações de bullying na escola, sendo que 16,9% eram vítimas, 10,9% eram vítimas/agressoras e 12,7% agressores.

Um quarto estudo feito por Fante (2005) foi realizado em 2003 com 450 alunos de 5ª a 8ª séries de uma escola pública estadual, sendo a maioria proveniente da zona rural de uma cidade com cerca de dez mil habitantes, no interior paulista. Foi observado que 24% eram vítimas, 8% agressores e 13% vítimas/agressores.

Com os dados obtidos por estas pesquisas observamos que não há um padrão nas formas e metodologias aplicadas para se saber os índices de bullying nas escolas desde a primeira pesquisa realizada por Dan Olweus. Observamos a tabela a seguir.

Quadro 1. Índices do fenômeno bullying e os diferentes resultados apresentados

	Agressores	Vítimas	Vítimas-agressores	Declaram envolvimento em situações de bullying
Noruega (Década de 80) 1º ao 9º ano	7%	9%		
Espanha (1991/1992) Estudantes entre 11 e 16 anos				18%
Itália (1993) Escola Primária	28%	41,6%		
Itália (1993) Ensino Médio	10,8%	26,4%		
Portugal (1993) alunos de 6 a 17 anos	15%	20%		
Japão (1994/1995) Escola Primária		21,9%		
Japão (1994/1995) Ensino Fundamental		13,2%		
Japão (1994/1995) Ensino Médio		3,9%		
Austrália (2008) alunos de 7 a 17 anos		16%		
Brasil/Barretos (2000) alunos da 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental	14%	18%	9%	
Brasil/Interior paulista (2001) alunos de 7 a 16 anos/ escola pública e particular	15%	21,38%	10,1%	
Brasil/São José do Rio Preto (2002) Escola Municipal	22,4%	25,56%	19,32%	
Brasil (2002) ABRAPIA	12,7%	16,9%	10,9%	
Brasil/Interior paulista (2003) alunos da 5ª a 8ª séries/ Zona Rural	8%	24%	13%	

Fonte: dados organizados pelo autor, 2012.

A partir desta tabela, podemos dizer que as pesquisas sobre o fenômeno bullying vêm sendo realizadas segundo objetivos diferentes em determinados países e os resultados mostram índices preocupantes desde a década de 1980. A comparação destes índices mostra a problemática diante das diferentes abordagens que cada uma delas apresentou, das diferentes faixas etárias incluídas em cada pesquisa, o contexto sociocultural, e ainda a época em que foi realizada a pesquisa. Outro fator é a temporalidade empregada para a obtenção do período em que ocorre a vitimização, onde algumas pesquisas apresentam período de uma semana, outras de dois a seis meses, e algumas até mesmo anos.

Observa-se que são recentes as pesquisas feitas no Brasil apresentando dados e índices do fenômeno a partir de 2001. Somente em 2009 tivemos pesquisas feitas em todo o território nacional, a fim de saber de que maneira o bullying ocorria e a faixa

etária de maior incidência do bullying em diferentes cidades do Brasil. Estas pesquisas foram realizadas de forma independente, sendo que uma delas foi feita pela Organização Não Governamental de origem inglesa PLAN BRASIL[7], e a outra foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Ministério da Saúde.

Atuando desde 1997 no Brasil, a PLAN BRASIL, realizou em 2009 a pesquisa Bullying no Ambiente Escolar. Esse estudo foi um dos primeiros feitos em todo o território nacional e permitiu conhecer as situações de agressão ocorridas nas relações entre estudantes dentro do ambiente escolar. Foram selecionadas cinco escolas de cada uma das cinco regiões do País e 5.168 alunos responderam ao questionário apresentado. Como resultado, 70% dos estudantes presenciaram cenas de agressões entre colegas no ano letivo, enquanto 30% deles vivenciaram ao menos uma situação violenta no mesmo período. O bullying obteve maior incidência nas regiões Sudeste e Centro-Oeste e foi praticado e/ou sofrido por 10% do total de alunos pesquisados. Essa porcentagem é considerada significativa, no entanto, considerando o fato de que a natureza do fenômeno investigado pode provocar constrangimento na vítima ao relatá-lo, o número obtido em campo pode estar subestimado.

Foi na faixa de 11 a 15 anos de idade onde se observou a maior incidência de bullying, na sexta série do ensino fundamental[8]. Podemos perceber que esta pesquisa apresenta mais dados que pesquisas feitas anteriormente no Brasil, mostrando resultados referentes a regiões ou mesmo séries com maior incidência do fenômeno.

A outra pesquisa realizada em 2009 de caráter nacional foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Ministério da Saúde, denominada Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), que buscou coletar dados importantes sobre as agressões que acorriam entre os estudantes do 9º ano (8ª série) do ensino fundamental nos Municípios das Capitais Brasileiras e no Distrito Federal. O percentual dos que foram vítimas deste tipo de violência, raramente ou às vezes, foi de 25,4% e aqueles que disseram ter sofrido bullying na maior parte das vezes

[7] A Plan é uma organização não-governamental de origem inglesa, sem fins lucrativos, ativa há mais de 70 anos. No Brasil desde 1997, a Plan atualmente possui mais de 50 projetos voltados para crianças e adolescentes, buscando protege-las da violência e abusos de todo tipo além da pobreza, da desigualdade e da degradação do meio ambiente e por sua boa alimentação, saúde e educação.

[8] Pesquisa: Bullying no ambiente escolar. Brasil. 2009. Disponível em: http://www.aprendersemmedo.org.br/?p=download-pesquisa-bullying Acessado em13/06/2011.

ou sempre foi de 5,4%. O Distrito Federal com 35,6%, seguido por Belo Horizonte com 35,3%, e Curitiba com 35,2% foram as capitais com maiores frequências de alunos que afirmaram ter sofrido esse tipo de violência alguma vez nos últimos 30 dias.

Foram observadas diferenças por sexo, sendo mais frequente entre os meninos, 32,6%, do que entre as meninas, 28,3%. Observou-se ainda que o índice de ocorrência do fenômeno bullying em escolas particulares (35,9%) foi maior que nas públicas (29,5%)[9]. Diferente da pesquisa realizada pela Plan Brasil, esta pesquisa se mostrou mais completa e a comparação dos índices de vitimização entre as cidades ficou evidente. Outro diferencial desta pesquisa é o fato de apresentar dados referentes ao gênero dos estudantes e em relação ao tipo de escola onde foi realizada a pesquisa.

Assim, salientamos que as pesquisas sobre o bullying ainda são recentes, sobretudo no Brasil, por ser considerada a pesquisa apresentada por Fante (2005), feita em 2000, como uma das primeiras em território nacional. Observamos que apesar dos esforços e da divulgação do fenômeno durante as duas últimas décadas em diferentes países no mundo, o bullying continua com índices altos de ocorrência, independente da faixa etária dos estudantes, da diferença sociocultural ou do tipo de escola. Entretanto, notamos a fragilidade apresentada nas pesquisas sobre o fenômeno no que diz respeito a uma padronização na obtenção dos dados para análise e na maneira com que são usados os relatos de vitimização em diferentes períodos. Outro fator é a forma com que os dados são obtidos em diferentes pesquisas, o que dificulta uma comparação efetiva entre os diferentes países e culturas. Mas este fato não reduz a gravidade do fenômeno ou desconsidera as consequências trágicas sofridas por aqueles que o vivenciam.

[9] IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar. Brasil. 2009. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pense/pense.pdf Acesso em 13/06/2011.

2. AÇÕES E REAÇÕES

Neste capítulo pretendemos abordar as ações de combate ao bullying adotadas nas últimas décadas, bem como as dificuldades e os acertos deste processo, com dados de pesquisas feitas no Brasil e em outros países, como EUA, Inglaterra e Espanha. Pretendemos observar os tipos de programas mais comuns na luta contra o bullying e como a legislação brasileira vem tratando o bullying nas diferentes regiões do país.

A percepção do aumento dos índices de violência no ambiente escolar tem trazido dificuldades para os educadores no que tange a busca pelo bom ensino e na tentativa de sanar o problema em sala de aula, espaço ainda pouco explorado em pesquisas, principalmente no que diz respeito aos atos violentos entre os próprios estudantes. Como observado nos dados, alguns autores confirmam que a escola também é palco da violência e que o fenômeno bullying ocorre em todas as partes do mundo, em escolas públicas e particulares (CRAIG, 1998; PELLEGRINI, 1998; SULLIVAN, 2001; CONSTANTINE, 2004; ANDO, 2005; FANTE, 2005; NETO, 2005; COLUMBIER, 2006; ARAÚJO, 2007; NETO, 2007; LISBOA, 2009).

A preocupação com as graves consequências provocadas pelo fenômeno bullying, têm gerado esforços para identificar, prevenir e combater suas práticas em vários países. Estes esforços vão desde projetos de intervenção dentro das instituições de ensino até a criação de leis que tratem do assunto ou que pretendam criminalizar as atitudes dos jovens agressores e suas práticas no ambiente escolar.

De fato os jovens brasileiros entre 15 e 24 anos são os mais expostos à violência sejam como vítimas ou como agressores. A violência nas escolas é um problema social grave e complexo e, provavelmente, o tipo mais frequente e visível da violência juvenil (NETO 2005). Se forem levadas em consideração as mortes causadas pelos fatores externos (acidentes de trânsito, homicídios e suicídios), dados quantitativos referentes a esta faixa etária são tão altos que colocam os índices brasileiros na terceira posição entre os mais altos do mundo e o ambiente escolar não está imune a essa violência. Para Abramovay (2003)

> a escola ainda é vista como um dos poucos veículos concretos de mudança e de mobilidade social disponíveis a uma grande parcela da população. A idéia de que a escola é um lugar que deve oferecer proteção e, também, um lugar que tem que ser protegido pela sociedade não mais corresponde à realidade

> da maioria dos estabelecimentos escolares. É por essa razão que as escolas, muitas vezes, se vêem transformadas em locais perigosos, onde ocorrem roubos, homicídios, abusos sexuais, ameaças e danos a bens materiais, bem como outras formas mais brutais de violência. Situações como essas ocorrem dentro das escolas, bem como em seu entorno imediato. Dia a dia, vemos nossas escolas se transformarem em verdadeiras prisões, em termos de aparência e de estrutura física. Cercadas por grades de ferro, algumas chegam a ser abertamente monitoradas por câmeras de vídeo ou pela presença da polícia ou de guardas de segurança privada. (ABRAMOVAY, 2003, p. 2).

Segundo pesquisa IBOPE Inteligência (2009)[10] em parceria com o movimento Todos pela Educação, a insegurança é um dos maiores problemas da educação no Brasil. Estimulados a apontar os maiores problemas das escolas brasileiras, 50% dos entrevistados citaram a falta de segurança. Há algum tempo, a única preocupação dentro das escolas era com o aprendizado, mas a opinião dos brasileiros segue a tendência mundial e, atualmente, estão preocupados com o que não é apresentado nos livros, mas que vem fazendo parte do dia-a-dia dos alunos no ambiente escolar: a segurança. E foi justamente a preocupação com a segurança no ambiente escolar que motivou as primeiras pesquisas sobre o bullying.

O problema da insegurança no ambiente escolar não ocorre por erro da própria escola, pois ela não consegue enfrentar sozinha a violência e a drogadição em seu espaço. São necessárias políticas públicas voltadas para a melhoria de condições de trabalho para os profissionais de educação e de estudos para os jovens. Professores e alunos que vivem com sentimentos de insegurança apresentam dificuldades de relacionamento e baixo desempenho, tendem a perder o interesse pelo ambiente escolar e, no caso dos estudantes, aumenta o risco de evasão escolar e do trabalho precoce (SCHILK, 2007; FANTE, 2005; NETO, 2005).

Desta maneira, a necessidade de estabelecer um comportamento voltado ao enfrentamento da violência na escola, com o objetivo da promoção da cultura da paz[11] no ambiente escolar e a redução dos índices de bullying é imediata (BEANE, 2010; SILVA, 2009). Para tanto, diversos países e milhares de escolas vêm apresentando

[10] Disponível em http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=5&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=caldb&comp=Instituto+Paulo+Montenegro&docid=6E94D5BB1328205F8325757C00493485 Acesso em 27/02/2012.

[11] A ONU definiu o conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida associados à cultura de paz na Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz, divulgada em 13 de setembro de 1999. Dentre estes valores está o respeito à vida e na promoção de prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação.

saídas e bons exemplos de que todos ganham quando é implantado um programa desta natureza em seus ambientes. Veremos alguns resultados da implantação destes programas mais à frente.

2.1 Modelos e protocolos no enfrentamento ao bullying

Primeiro vamos abordar os protocolos propostos por Gómez (2009) na atuação e enfrentamento ao bullying inspirado no que foi realizado pela equipe técnica da *Dirección de Ordenación Académica de la Consejería de Educación y ciência del Principado de Astúrias de España* (2006). O autor descreve protocolos de atuação diante do fenômeno e apresenta suas propostas metodológicas e de intervenção. Em relação às vítimas cita métodos de intervenção como círculo de amigos ou técnicas de treinamento em assertividade. Para os agressores apresenta os sete passos que constam do método de Mainés & Robinson (1991), o chamado "método sem culpa". Gómez (2009) ainda destaca que

> é necessário que os estudantes aprendam a conviver de forma democrática e a resolver seus conflitos mediante o diálogo e a negociação. É necessário que, os que se sintam em desvantagem aprendam a enfrentar os seus agressores com confiança e segurança, valorizando seus próprios recursos pessoais, é necessário educar no respeito e para a convivência pacífica. (GÓMEZ, 2009, p. 55).

Martinez (s/d) identifica diferentes classificações dos modelos de intervenção nas escolas: Modelo moralista, modelo legalista ou punitivo e modelo ecológico ou humanista. O modelo moralista tem como foco de atuação o agressor e propõe levar este agressor a refletir os aspectos morais de sua conduta, ignorando a vítima e as testemunhas. A eficácia deste modelo está condicionada pela autoridade moral que a escola é capaz de passar e o nível de receptividade dos alunos.

O segundo modelo é denominado legalista ou punitivo e se baseia em grandes penalidades ou castigos. É mais difundido que o anterior, e se caracteriza por aplicar a lei sobre aqueles que rompem algum preceito do regulamento do regime interno ou código disciplinar. Em geral, o papel dos pais neste modelo é de ouvir e se informar das consequências do fenômeno, do modo de aplicação do programa e dos caminhos que estão sendo seguidos. As punições podem ser: multas, expulsões, processos judiciais, permanecer na escola além do tempo das aulas, perder o direito ao intervalo (recreio), e em alguns casos extremos até o internamento em centro especializado. Também é um

modelo que visa o agressor e apresenta desvantagens como o custeio das ações legais, dos longos processos em casos leves de bullying e a reduzida participação e acompanhamento de adulto que podem gerar novas situações de bullying no ambiente escolar.

O terceiro modelo é denominado de ecológico ou humanista. Está focado fundamentalmente nos sentimentos dos sujeitos e conta com a participação de todos os envolvidos: agressor, vítima, testemunhas, pais, professores e outros profissionais da instituição de ensino. Mais do que identificar culpados, se trata do comprometimento de todos para encontrar uma solução que acabe com o bullying. Modelos como o de Pikas (1985) ou o método sem culpa (MAINES; ROBINSON, 1991) avançam nesta linha de pensamento. Apresenta várias vantagens como o planejamento cooperativo, compartilhado e que valoriza a capacidade empática.

Observa-se que existem diferentes maneiras de se abordar o tema bullying e de enfrentar suas manifestações, tendo a prevenção como maior objetivo. Embora sejam métodos importantes, não podemos considerar que estes devem ser tidos com boas receitas, e simplesmente aplicá-las na realidade escolar sem contextualizá-la e adaptá-la à realidade daquele ambiente escolar. O bullying é um fenômeno complexo e suas manifestações variam de escola para escola. Assim, deve-se observar de que maneira o bullying ocorre na instituição de ensino e promover um programa de enfrentamento tendo como foco a prevenção baseada neste ambiente e em suas implicações.

2.2 Programas antibullying no mundo

Pretendemos abordar os diferentes programas de enfrentamento ao bullying realizados em outros países, a fim de conhecer os resultados destes programas, suas características e abordagens. Veremos que além de ser um dos pioneiros nos estudos do fenômeno e de suas consequências, Dan Olweus se tornou uma referência nos programas de prevenção do bullying, tendo seu modelo adaptado em vários países, mas isso não quer dizer que outros exemplos de programas não tiveram sucesso.

Dan Olweus desenvolveu o *Olweus Bullying Prevention Program* (OBPP)[12], tido como um programa abrangente que pode ser desenvolvido em toda a escola com

[12] Disponível em http://www.clemson.edu/olweus/index.html Acesso em 13/01/2012.

alunos do ensino infantil, fundamental ou médio. O programa tem como objetivo reduzir e prevenir problemas de bullying entre crianças em idade escolar, melhorar as relações entre colegas da instituição, melhorar o clima social da sala de aula e reduzir comportamentos antissociais relacionados à depredação do patrimônio público, o vandalismo e ainda a evasão escolar.

O OBPP foi implantado em vários países ao redor do mundo, e em diversas escolas nos Estados Unidos, sendo divulgado no site oficial do pesquisador, mantido pela *Clemson University*. De acordo com o site, o OBPP tem como foco a prevenção do bullying, formação de pessoas interessadas pelo programa de prevenção, informações e apoio aos pais, educadores, administradores escolares e população em geral. Observando o conteúdo do site, é possível perceber que as informações são resumidas: uma pequena propaganda sobre o programa, vídeos, clips e alguns materiais de pesquisas sobre o próprio programa, que não é gratuito, para implantá-lo na instituição é necessário pagar, o que o torna um investimento a ser contemplado nos planos da Escola. Os responsáveis pelo programa passam por um treinamento detalhado sobre o assunto, estudam as maneiras de aplicação dos questionários e como mediar os mais variados conflitos existentes entre aqueles que vivenciam o bullying.

A primeira avaliação do programa OBPP teve início em meados de 1980 e envolveu cerca de 2.500 crianças de escolas primárias e secundárias em Bergen. Usando um método quase experimental, Olweus (1991) e Olweus, Limber, e Mihalic (1999) encontraram reduções significativas nos autorrelatos (os próprios alunos, ao responderam um questionário, relatavam a frequência, o local e o tipo de agressão que sofreram em um determinado período) de bullying e/ou vitimização (50% ou mais em comparação entre alunos da mesma idade e ano de escolaridade), além da redução do vandalismo, brigas, roubos, uso de álcool e evasão escolar. Observaram ainda melhorias significativas no clima da sala de aula, descrito nos relatórios dos alunos sobre o aumento da satisfação com a vida escolar e suas relações sociais.

Olweus (2004) relatou que o “Projeto Oslo de Combate ao Bullying” (Noruega) iniciou em 1999 e envolveu 2.300 alunos do ensino fundamental e reduziu a vitimização em média 42% (sendo 33% entre meninas e 48% entre os meninos) e os relatos de testemunhas em média 52% (sendo 64% entre as meninas e 45% entre os meninos). Entre 1997 e 1998, o Projeto Nova Bergen Contra o Bullying” envolveu 3.200 alunos

do ensino fundamental de 14 escolas que tiveram o programa implantado e outras 16 escolas como grupo controle sem atividades do programa afim de comparação na cidade de Bergen, na Noruega. Olweus (2004) e Olweus, Limber & Mihalic (1999) observaram reduções dos índices de intimidação nas escolas onde o programa OBPP foi implantado com variações entre 21% e 38%, enquanto nas 16 escolas do grupo controle, sem o programa, não ocorreram alterações significativas nos relatos de vitimização e um aumento de 35% nos índices de bullying relatados nestas instituições.

Ainda na Noruega, outros estudos em larga escala envolvendo estudantes do ensino fundamental mostraram reduções significativas nos autorrelatos de vitimização, de vandalismo, brigas, abuso de álcool, bem como do aumento da satisfação destes alunos com a vida escolar, relacionamentos sociais positivos e uma visão melhorada do ambiente escolar (OLWEUS, 1991; 1997; 2005; 2005b).

Nos Estados Unidos, a primeira avaliação sistemática do OBPP foi realizada em meados de 1990 e envolveu 18 escolas de ensino médio na Carolina do Sul (LIMBER, 2004). Após um ano de implantação dos programas os pesquisadores observaram reduções dos índices de bullying ou isolamento social, em decorrência das agressões sofridas, envolvendo meninos e meninas. Black (2003) avaliou 12 escolas de ensino fundamental da Filadélfia e percebeu que também ocorreram grandes mudanças nos relacionamentos entre os estudantes, com redução dos índices de bullying tanto por autorrelatos ou por observações de adultos feitas nas dependências da instituição como lanchonete e parque infantil.

Outros estudos demonstram que após quatro anos de implantação do OBPP em seis escolas públicas do ensino médio e fundamental, localizadas em área urbana de Washington DC, a redução de índices de bullying, principalmente no horário do almoço em que as agressões ocorriam com maior frequência, foi de cerca de 45% (BLACK, 2007; BLACK; JACKSON, 2007). Já entre os jovens de escolas de seis diferentes zonas rurais da mesma região, sendo onze com a implantação do OBPP e outras vinte e oito como grupo controle, ocorreu a redução de 16% dos relatos de vitimização nas escolas com o programa e o aumento de 12% dos índices de bullying nas escolas do grupo controle (MELTON, 1998).

Entre estudantes de 10 escolas públicas de ensino médio no norte dos EUA, sendo sete com implantação do programa e três compondo o grupo de controle, houve

redução de 28% do chamado bullying relacional e 37% do bullying físico (LIMBER, 2004; BAUER; LOZANO; RIVARA, 2007). Pagliocca, Limber & Hashima (2007), durante estudo de pequena escala envolvendo 3 escolas do ensino fundamental da Califórnia, observaram que o processo de vitimização reduziu 21% após um ano e 14% após o segundo ano e que a partir do 1º ano de intervenção do programa os estudantes passaram a perceber quando os adultos tentavam impedir o bullying e os pais passaram a notar que os profissionais da instituição estavam trabalhando para proteger seus filhos de novos casos do fenômeno em suas escolas.

Como vimos, o OBPP tem conseguido resultados satisfatórios nas instituições de ensino em que foi implantado. Todavia, vale ressaltar que estas instituições, em sua grande maioria, são particulares e nem sempre estão interessadas somente na redução do índice de bullying, mas também numa forma de se resguardarem diante de possíveis processos em casos comprovados do fenômeno, como veremos mais à frente.

Escolas públicas, que muitas vezes não possuem em sua verba anual um valor para bancar a implantação do programa OBPP e até mesmo escolas particulares de pequeno porte acabam adaptando programas de intervenção internos, ou simplesmente começam a dizer que em suas instituições o bullying não ocorre.

No Brasil, e em diversos países da Europa, programas como o OBPP não seriam viáveis, já que disponibilizam uma equipe multidisciplinar por valores altos para nossa realidade. Sendo assim, estes países vêm promovendo planos próprios de intervenção. Segundo a ABRAPIA, um exemplo foi o projeto internacional europeu *Training and Mobility of Research* (TMR) *Network Project: Nature and Prevention of Bullying*, mantido pela Comissão Europeia, que teve a sua conclusão em 2001. Este projeto, que englobava Campanhas do Reino Unido, Portugal, Itália, Alemanha, Grécia e Espanha, teve como principais objetivos: diagnóstico das causas e naturezas do bullying e da exclusão social nas escolas; verificar as causas desses problemas em diferentes sociedades e culturas e suas consequências em longo prazo, até a vida adulta; avaliar os programas de intervenção bem-sucedidos; identificar modos de prevenção desses problemas, por meio da integração de diferentes metodologias de estudo. Observaram que: grande parte dos alunos nunca haviam sofrido situações de bullying no ambiente escolar; a maioria dos agressores pertencia à mesma sala de suas vítimas; os meninos admitiram agredir mais que as meninas e geralmente são agredidos por outros meninos, enquanto que as meninas sofrem agressão por ambos os sexos; as agressões ocorriam na sala de aula ou durante os intervalos e que a metade dos alunos esperava que os

professores resolvessem as situações de agressão em sala de aula, sendo que entre os alunos que se diziam vítimas 50% não informavam os professores ou seus responsáveis.

Os programas foram implantados após uma discussão sobre os princípios básicos da intervenção entre os representantes das escolas participantes. Contaram com a participação de professores, pais, autoridades educacionais e alunos, no intuito de definir o fenômeno e estabelecer estratégias para sensibilizar toda a comunidade escolar no apoio às vítimas. Entendidas como sistemas dinâmicos e complexos, as escolas não foram tratadas com uniformidade, baseando as ações na realidade de cada uma delas, nas experiências de seus alunos, professores e de toda a comunidade.

Em todos os programas notaram que havia um número expressivo de crianças envolvidas em situações agressivas, seja como autores, testemunhas ou vítimas, e a constatação de que a quantidade de vítimas é sempre maior que o de agressores. Estes trabalhos influenciaram diversos estudos com a finalidade de verificar o fenômeno sobre vários aspectos e hoje o bullying é reconhecido como um fenômeno social, que surge em diferentes contextos de escolas públicas e particulares.

Um dos últimos estudos realizados, na China, foi desenvolvido por Ju, Wang e Zhang (2009). A pesquisa-ação feita por estes pesquisadores foi realizada em escolas primárias, com 354 alunos, sendo 192 meninos e 162 meninas. O programa durou cinco semanas e teve duas fases, com pré e pós-teste, com grupo experimental e grupo controle. Os resultados apresentados mostraram que no grupo experimental houve redução das atitudes agressivas entre os estudantes e do índice de vitimização de 35% para 17%. Isso demonstra que, apesar do pouco tempo de intervenção, programas voltados para a aceitação das diferenças e no respeito ao próximo podem alcançar bons resultados.

Numa análise de 59 estudos que buscaram compreender e elucidar os efeitos dos programas de prevenção do bullying em diversos países, Ttofi, Farrington & Baldry (2008) notaram que todas as instituições que apresentaram programas de prevenção ao bullying reduziram seus índices, principalmente aqueles que incluíam a participação dos pais e o aumento de atenção nas dependências destas instituições. Os programas inspirados no trabalho desenvolvido por Dan Olweus tiveram melhores resultados.

Podemos observar por meio destas pesquisas que os programas antibullying no mundo conseguiram bons resultados após suas implantações. Entretanto, fica evidente que estes programas devem se manter continuamente nestas instituições e que os resultados são melhores quando há a participação de toda a comunidade escolar no

enfrentamento ao fenômeno. Veremos como estes programas vêm sendo implantados no Brasil e se os mesmos têm obtido bons resultados.

2.3 Os programas antibullying no Brasil

O programa OBPP tem influenciado outros programas de enfrentamento ao fenômeno bullying em outros países, mas outros programas também vêm obtendo ótimos resultados. Queremos agora investigar como são os programas que visam este enfrentamento no Brasil e quais são seus resultados e se estes programas são semelhantes aos implantados em outros países. Para tanto pretendemos discutir a implantação de programas antibullying no Brasil, suas influencias, resultados e seus principais desafios.

Segundo a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA) o surgimento de estudos no Brasil a respeito do fenômeno bullying iniciou-se em 1997, com a professora Marta Canfield, que procurou observar os comportamentos agressivos apresentados por crianças em quatro escolas de ensino público em Santa Maria, Rio Grande do Sul, usando uma forma adaptada por sua equipe, do questionário do professor Dan Olweus em 1989 (CANFIELD et *al.* apud FANTE, 2005). Infelizmente, por não ter sido amplamente divulgada, esta pesquisa não se tornou uma referência no assunto, fazendo com que a autora só tenha sido citada como uma das primeiras a tratar o assunto sem apresentar os resultados de sua pesquisa.

Entre os anos de 2000 e 2001 os professores Israel Figueira e Carlos Neto realizaram pesquisas para diagnosticar o fenômeno em duas Escolas Municipais do Rio de Janeiro e usaram um questionário adaptado do *Training and Mobility on Research* (TMR). O TMR é um programa de treinamento e pesquisa sobre mobilidade e está dividido em três domínios interdependentes (redes de investigação, acesso às grandes instalações e formação pela investigação) e numa série de medidas de acompanhamento destinadas a melhorar a comunicação entre os investigadores e entre estes e a indústria, a incentivar os jovens cientistas e a divulgar os resultados e as ações decorrentes do programa. Em 2002, a professora Fante (2005) pesquisou o bullying em escolas municipais do interior paulista, e iniciou programas que buscavam a redução e o combate ao bullying. Leonardo Cheffer, em outubro de 2004, publicou nos Anais da Sexta Semana de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá: Subjetividade e Arte, descrevendo o início de uma pesquisa quantitativa e qualitativa realizada por ele,

com duzentos e quarenta alunos de quinta a oitava séries de uma escola pública de uma cidade do norte do Estado do Paraná, a fim de caracterizar o perfil das vítimas.

Essa sequência mostra que as primeiras pesquisas feitas no Brasil sobre o bullying são recentes. Foram poucas as intervenções nas instituições de ensino sobre o assunto. São considerados como os primeiros programas antibullying a serem desenvolvidos no Brasil o Programa de Redução do Comportamento Agressivo entre Estudantes, desenvolvido pela ABRAPIA, e o programa Educar para a Paz desenvolvido por Cléo Fante.

O programa desenvolvido pela ABRAPIA investigou os índices e características do fenômeno entre 5.500 alunos de quinta à oitava séries do ensino fundamental afim de sistematizar estratégias de intervenção capazes de prevenir a sua ocorrência. Segundo Lopes Neto (2005), o estudo realizado pela ABRAPIA durou pouco mais de um ano, de setembro de 2002 a outubro de 2003, e mesmo assim foi possível reduzir a agressividade entre os estudantes, favorecendo o ambiente escolar, o nível de aprendizado, a preservação do patrimônio e, principalmente, as relações humanas.

No início da pesquisa da ABRAPIA, 40,5% dos alunos relataram estar diretamente envolvidos em situações de bullying, sendo 16,9% como alvos, 12,7% como autores e 10,9% que alternavam entre alvos e autores; 60,2% dos alunos afirmaram que o bullying ocorria com maior frequência dentro das salas de aula; 80% dos estudantes manifestaram sentimentos desfavoráveis à prática de bullying, como medo, pena, tristeza, etc.; 41,6% disseram não ter solicitado ajuda aos colegas, professores ou família quando alvos de bullying e entre aqueles que pediram o objetivo só foi atingido em 23,7% dos casos; 69,3% dos jovens admitiram não saber as razões que levam aos episódios de bullying em suas escolas ou acreditam tratar-se de brincadeira; entre os alunos autores de bullying, 51,8% afirmaram que não receberam nenhum tipo de orientação ou advertência quanto à incorreção de seus atos (LOPES NETO, 2005).

Após um ano de intervenção, os resultados foram favoráveis e demostraram a redução de 6,6% do número de alunos considerados alvos, de 12,3% dos alunos considerados autores, de 46,1% do número de alunos que admitiam gostar de ver o colega em situações humilhantes e a indicação da sala de aula como local de maior incidência do fenômeno caiu de 60,2% para 39,3%, representando uma queda de 24,7%.

O percentual de alunos que admitiram ter conhecimento do que é bullying foi de 79,9% e houve um aumento de 75,9% de sucesso das intervenções após relatos de

alunos alvos que pediam ajuda. Aqueles que admitiram o fenômeno como um ato de maldade passou de 4,4% para 25,2% (representando um aumento de 472,7%). O desconhecimento sobre as razões que levam à sua prática reduziu-se em 49,1% e o número de alunos autores que admitiram ter recebido orientações e advertências quanto à incorreção de seus atos passou de 45,6% para 68%, representando um crescimento de 33,4% (LOPES NETO, 2005).

O programa Educar para a paz[13] foi desenvolvido pela professora Cleo Fante e, implantado no Brasil no período de junho de 2002 a julho de 2004, na Escola Municipal Luiz Jacob, na cidade de São José do Rio Preto, interior paulista. Com 450 alunos de 1ª a 8ª séries, a escola desenvolveu o programa contando com a participação de toda a comunidade escolar. O objetivo era o de acabar com o fenômeno e disseminar a cultura de paz nas escolas, promover a integração entre os estudantes pautados em princípios de cooperação, de tolerância e no respeito às diferenças. Segundo Fante (2005) o Programa Educar para a Paz é trabalhado por meio de metodologias simples, com leituras de diferentes textos, poemas, redações de alunos da educação básica, fundamentando-se no respeito mútuo, no entendimento e aceitação do outro com suas particularidades e diferenças. Busca a integração dos alunos com os outros indivíduos, utilizando-se das boas relações interpessoais, tendo o comprometimento com o bem-estar dos outros fazendo com que sejam capazes de cumprir o papel de agentes transformadores da violência na construção de uma realidade de paz nas escolas, desenvolvendo atitudes de solidariedade, gestos e princípios aprendidos na escola e aplicados em casa com a família. Este programa foi desenvolvido pela autora e sua equipe colaboradora seguindo-se duas etapas, divididas em passos e estratégias, conhecimento e modificação da realidade escolar.

Na fase inicial do programa, que buscou o conhecimento da realidade escolar, observaram que 67% dos alunos estavam envolvidos em bullying, em que 26% foram consideradas vítimas, 22% agressores e 19% como vítimas agressoras. Em apenas um semestre de execução do programa o número de envolvidos reduziu para 10% e, ao final de dois anos, havia um índice de apenas 4% de bullying na instituição.

Outros programas também são usados no combate ao bullying, apesar de serem aplicados de maneira mais ampla. É o caso de três programas desenvolvidos em São

[13] Disponível em http://www.bullying.pro.br Acesso em 22/04/2012.

Paulo que tem como objetivo a prevenção, mediação e resolução de conflitos no ambiente escolar: Prevenção Também se Ensina; Sistema de Proteção Escolar e Programa Escola da Família.

O projeto Prevenção Também se Ensina é coordenado pela Secretaria de Estado de Educação (SEE) e é executado pela FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação) e foi instituído com ação da CENP (Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas), acolhendo todas as escolas das 91 Diretorias de Ensino do Estado, beneficiando alunos dos ensinos fundamentais e médios desde 1996, tendo como objetivo principal viabilizar, na rede estadual de ensino, um projeto de educação continuada para o desenvolvimento da autoestima dos estudantes, a responsabilidade individual e coletiva, promover a redução do uso de drogas e a conscientização sobre as complicações relacionadas à gravidez precoce e doenças sexualmente transmissíveis DST/Aids.

Para atingir estes objetivos o Prevenção Também se Ensina capacita os educadores para acompanhar, assessorar e avaliar os projetos, dando condições para a implantação e desenvolvimento dos projetos, envolvendo associações comunitárias, centros de saúde e ONGs da comunidade onde a instituição está inserida.

O Sistema de Proteção Escolar busca planejar e executar ações de prevenção, resolução e mediação de conflitos nas escolas, proteger a integridade física e patrimonial dos estudantes, funcionários e servidores e divulgar técnicas de Defesa Civil para a proteção de toda a comunidade escolar. Foi instituído por meio da Resolução SE 19/2010, que orienta que as escolas devem promover modelos de convivência pacifica e democrática, assim como praticas efetivas de resolução de conflitos, com respeito á diversidade e ao pluralismo de ideias (SÃO PAULO, 2010a).

A intenção é criar uma rede de proteção social no entorno da instituição de ensino, em que a escola também seja parte integrante desta rede, protagonizando as ações a serem desenvolvidas, como reuniões periódicas com pais para se discutir a convivência, o respeito, os valores e demais temas que se fizerem necessários em cada situação; e o HTPCS (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo), em que se discute o tema violência, suas consequências no desenvolvimento pedagógico dos alunos e elabora estratégias para a resolução destes conflitos.

Já o Programa Escola da Família tem como objetivo principal desenvolver ações preventivas na intenção de reduzir a vulnerabilidade infantil e juvenil, integrando crianças e adolescentes, para um desenvolvimento saudável de vida dos estudantes. Foi criado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo no dia 23 de agosto de 2003, e instituído à vista do disposto no artigo 3º da Lei nº 11.498/2003, por meio do Decreto nº 48.781/2004. A proposta é de abrir as escolas públicas estaduais nos finais de semana na intenção de atrair os jovens e suas famílias para um espaço voltado à prática da cidadania, fortalecer a autoestima e a identidade cultural das diferentes comunidades que formam a sociedade paulista (SÃO PAULO, 2004).

Cada escola organiza as atividades baseadas em quatro eixos: Saúde, Cultura, Trabalho e Esporte. Desde sua implantação, o Programa Escola da Família apresenta resultados satisfatórios e integra o Projeto APE (Ações Preventivas na Escola) que desenvolve o Projeto Bullying – Justiça na Escola, em que profissionais especializados de diferentes áreas distribuem material explicativo, ministram palestras sobre o tema e procuram resgatar a autoestima dos envolvidos em situações de bullying. Por meio de parcerias com o Conselho Tutelar e Órgão de Proteção à Criança e ao Adolescente buscam reduzir a violência e a criminalidade entre os jovens.

Lançado em abril de 2011, o Programa de Políticas de Prevenção e Enfrentamento ao Bullying, lançado pela Secretaria da Educação do Estado de Goiás (Seduc), tem como objetivo preparar educadores, estudantes, pais e responsáveis na identificação e combate aos casos de bullying. A Secretaria de Estado da Educação de Goiás, com base na Lei nº 8.069/1990, e na Lei nº 17.151/2010, em vigor a partir de março de 2011, considerou necessário preparar e estimular os profissionais da comunidade escolar a assumirem ações que propiciem a formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres. Nesse sentido, estabeleceu-se, por meio do Núcleo de Programas Especiais – NUPES, o Programa de Políticas de Prevenção e Enfrentamento do Bullying. Este iniciou suas ações realizando vários cursos presenciais e à distância sobre o tema e apresentação dos objetivos do programa para professores da rede estadual de ensino. O programa prevê ainda a criação de núcleos antibullying nas unidades escolares e a articulação com outros programas, como o Movimento da Cidadania e Paz, Espaço de Cidadania, Amigos da Escola e outros em fase de formação.

Observa-se que a maioria das ações e programas antibullying realizados no Brasil alcançaram resultados satisfatórios e foram implantados principalmente em

detrimento de Resoluções ou criação de Leis que preveem ou obrigam a criação destes pelas instituições de ensino. Vimos ainda que esforços individuais também são recompensados, demonstrando que atitudes localizadas, adaptadas a cada realidade, alcançam resultados satisfatórios.

Como veremos a seguir, mesmo que cada Estado ou Município tenha sugerido suas leis de combate ao bullying, percebemos que muitas vezes os conteúdos são semelhantes e abordam de maneira superficial a definição do termo e se restringem ao diagnóstico do fenômeno ou criação de programas sob a responsabilidade das próprias instituições de ensino, sejam elas públicas ou particulares.

2.4 Bullying: conflitos com a lei e condenações

Pretendemos fazer uma breve discussão sobre as leis de combate ao bullying criadas no Brasil, observando como as mesmas definem o bullying, bem como verificar casos em que ocorreram algum tipo de condenação, seja para a instituição de ensino seja para os agressores, e como o bullying foi interpretado pelo tribunal.

Para evitar o aumento dos índices de bullying e casos de massacres nas escolas, diversos países vêm adotando medidas legais para este fim, criando leis que prevejam a introdução de programas antibullying nas instituições, penas para os agressores e para as escolas que não atentem para o seu papel como instrumento de inclusão social. No Brasil, em virtude dos estudos sobre o fenômeno ainda serem muito recente, os casos de processos na justiça utiliza princípios do Código do Consumidor, da Constituição Federal e do Código Civil, para, nos casos específicos, mover ação indenizatória para as vítimas em virtude dos momentos vividos em situação de bullying.

Segundo Gomes (2011), ao levarmos em consideração as manifestações do fenômeno bullying é possível perceber que as atitudes agressivas contra outro estudante violam diversos direitos constitucionais, como o artigo 5º da Constituição Federal em que se lê “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988).

Os processos de casos de bullying se utilizam principalmente dos parágrafos: II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei; III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante; e V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem (BRASIL, 1988). Alega-se que as situações de agressões físicas e verbais, e de maneira constante, ferem o direito da vítima no que cerne as garantias previstas no artigo 5º da Constituição Federal. O comportamento discriminatório dos agressores fere acintosamente a dignidade de suas vítimas, violando direitos do ofendido, incidindo, portanto, em dano moral, favorecendo as vítimas requererem judicialmente seu devido ressarcimento.

Na intenção de prover aos pais a responsabilidade sobre o desenvolvimento de seus filhos, em processos contra a família de agressores, observa-se que este pai/mãe é responsável pelas atitudes deste estudante agressor, pois os mesmos são considerados incapazes quando menores de dezesseis anos e não possuem recursos para tal ressarcimento. Gomes (2011) ressalta que o poder familiar obriga os pais ou responsáveis a orientar e disciplinar devidamente a ponto de evitar esse comportamento antissocial. Para Stoco (2007),

> se o agente que praticou a ação ou omissão causadora do dano for menor de 16 anos de idade, será considerado absolutamente incapaz ou inimputável (CC, art. 3º, I), sendo certo, contudo, que, nos termos do art. 928 do CC, responderá pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes. [...] O novo Código Civil, rompendo com o sistema anterior, estabeleceu a responsabilidade subsidiária ou secundária do incapaz, pois responsáveis imediatos pela reparação serão os pais, tutores e curadores. (STOCO, 2007, p. 243)

Para este tipo de processo ainda observa-se o Código Civil, a exemplo do artigo 1630, os filhos estão sujeitos ao poder familiar, enquanto menores; e do Artigo 1634, que compete aos pais, quanto à pessoa dos filhos menores: I- dirigir-lhes a criação e educação; II- tê-los em sua companhia e guarda; [...] VII- exigir que lhes prestem obediência, respeito e os serviços próprios de sua idade e condição. Ainda se utilizam dos artigos 932 e 933 do Código Civil, que dispõem da responsabilidade dos pais, tutores e do curador, ainda que não haja culpa de suas partes, diante dos atos praticados pelos menores (STOCO, 2007).

Em maio de 2010, a Justiça de Minas Gerais obrigou os pais de um aluno do Colégio Santa Doroteia, no bairro Sion de Belo Horizonte, a pagar uma indenização de R$ 8 mil a uma garota de 15 anos por conta do bullying.[14] Por ser supostamente feia, a estudante foi classificada como *G.E.* (sigla para integrantes do grupo de excluídos). As "indiretas" se tornaram cada vez mais frequentes e, entre elas, ficaram os apelidos: tábua, prostituta, sem peito e sem bunda. Os pais da menina alegaram que procuraram a escola para tentar resolver o problema, mas não conseguiram resposta da instituição. O juiz relatou que as atitudes do agressor pareciam não ter "limite" e que ele "prosseguiu em suas atitudes inconvenientes com o intuito de intimidar, deixando a vítima, segundo a psicóloga que depôs no caso, 'triste, estressada e emocionalmente debilitada'". O colégio de classe média alta não foi responsabilizado nesse processo.

Mas nem sempre a escola poderá sair sem ser responsabilizada de um processo como este, pois a instituição de ensino também tem a responsabilidade sobre as situações de bullying que ocorrem em suas dependências, e poderá ser intimada a indenizar a vítima que sofreu as agressões dentro da escola, principalmente se esta for uma escola particular, pois a mesma pode responder perante o Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Em 2008, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), em um recurso de apelação cível, condenou uma escola a indenizar a família da vítima em R$ 3.000,00 a título de danos morais. O tribunal aplicou o CDC tendo em vista que o fornecedor de serviços responde pela reparação dos danos causados aos consumidores, mesmo com a inexistência da culpa. Calhau (2009) comenta que

> para o TJDFT, no caso, restou demonstrado nos autos que a vítima sofreu agressões físicas e verbais de alguns colegas de turma que iam muito além de pequenos atritos entre crianças daquela idade, no interior do estabelecimento réu, durante todo o ano letivo de 2005. É certo que tais agressões, por si só, configuram dano moral cuja responsabilidade de indenização seria do Colégio em razão de sua responsabilidade objetiva. Com efeito, o Colégio réu tomou algumas medidas na tentativa de contornar a situação, contudo, tais providências foram inócuas para solucionar o problema, tendo em vista que as agressões se perpetuaram pelo ano letivo. Talvez porque o estabelecimento de ensino apelado não atentou para o papel da escola como instrumento de inclusão social, sobretudo no caso de crianças

[14] http://g1.globo.com/vestibular-e-educacao/noticia/2010/05/psicologa-foi-testemunha-em-caso-de-bullying-que-gerou-indenizacao.html Acesso em 12/05/2012.

> tidas como “diferentes”. Nesse ponto, vale registrar que o ingresso no mundo adulto requer a apropriação de conhecimentos socialmente produzidos. A interiorização de tais conhecimentos e experiências vividas se processa, primeiro, no interior da família e do grupo em que este indivíduo se insere, e, depois, em instituições como a escola. (CALHAU, 2009, p. 25)

Em 2011, a 13ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro condenou o Colégio privado Nossa Senhora da Piedade, na Zona Norte do Rio, a pagar indenização de R$ 35.000,00, por danos morais, à família de uma ex-aluna que sofreu bullying na escola em 2003. Os pais da aluna, que tinha apenas sete anos quando sofreu as agressões, afirmaram que ela foi espetada na cabeça por um lápis, arrastada, sofreu arranhões, socos, chutes, gritos no ouvido, palavrões e xingamentos.[15]

Observando os inúmeros processos movidos contra as instituições de ensino em vários países, a empresa ACE Seguradora lançou o seguro E&O *Educators* (*Errors* & *Omissions*, em inglês), que começou a ser oferecido no Brasil em 2011. Trata-se de um seguro de Responsabilidade Civil Profissional, que cobre reclamações originadas da atividade profissional do segurado, decorrentes de suas ações ou omissões involuntárias e que causam danos a terceiros. No Brasil, o seguro prevê ainda a cobertura em casos de bullying. O seguro garante o recebimento de indenização em caso de condenação por negligência em episódios que envolvem bullying, desvio de documentos do aluno e violência. O produto pode ser contratado por colégios, escolas de idiomas, universidades, entre outros tipos de instituições de ensino, garantindo perdas financeiras devido a eventos previstos em contrato, custas da defesa e o gerenciamento de crise, além de tratamentos psicológicos das vítimas.

De acordo com Rodrigo Granetto, chefe de Responsabilidade Civil Profissional da Ace, o valor mínimo a ser pago ao segurado fica em torno de R$ 100 mil, podendo chegar a milhões de reais, dependendo do porte da instituição, do perfil dos alunos e do valor escolhido no contrato. Entendemos, diante deste caso, que muitas escolas poderão se sentir confortáveis diante das situações de bullying e negligenciar nas ações de enfrentamento ao fenômeno. Compartilhamos da ideia de Victor Nótrica[16] (até então presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Educação Básica do Município do Rio

[15] Disponível em http://exame.abril.com.br/rede-de-blogs/instituto-millenium/2011/04/01/justica-do-rio-condena-colegio-por-bullying/ Acesso em 12/05/2012

[16] Disponível em http://oglobo.globo.com/educacao/colegios-contratam-seguro-contra-bullying-3787310 Acesso em 12/05/2012.

de Janeiro – Sinepe Rio), que reconhece que a falta de conhecimento sobre o problema é uma das maiores falhas das escolas. Nótrica também não aconselha a contratação deste seguro por acreditar que o investimento do dinheiro deste contrato na reeducação dos alunos, na capacitação dos professores e na aproximação dos pais com os colégios seria muito mais aproveitado. Entretanto, as escolas não estão neste caminho, afinal, depois de quatro meses do seu lançamento, mais de 20 escolas contrataram o seguro temendo as ações na justiça[17].

Observa-se que nestes processos, os atos julgados infracionais são equiparados à injúria, calúnia, difamação, ameaça, lesões corporais, homofobia e ao racismo. O advogado utiliza dos danos causados às vítimas para verificar aqueles artigos que cabem no processo, que se assemelham aos itens já previstos nas leis brasileiras. A grande dificuldade está justamente na falta de objetividade quando se trata do bullying, pois se deve adequar as situações vivenciadas no fenômeno a outras previstas em lei, o que pode prejudicar o processo e a junção de provas pelo requerente. O advogado terá que levantar mais dados sobre as manifestações do fenômeno a qual seu cliente foi vítima, para verificar qual o melhor caminho para solicitar uma possível indenização, ou seja, processar a escola, os pais dos agressores ou diretamente o próprio agressor.

Vale ressaltar que esta medida, o processo judicial, deve ser a última medida a ser tomada nestas situações. A resolução do problema não estará na punição dos agressores e/ou seus responsáveis. A punição deve ser encarada apenas como um último recurso, das mais variadas medidas antibullying, que passa, principalmente, por ações educacionais efetivas, com o comprometimento de toda a comunidade escolar, e a intensificação de campanhas voltadas ao esclarecimento dos profissionais de educação, estudantes e comunidade em geral.

O procedimento de punição não evita novos casos de bullying, e acaba por intervir apenas em casos já confirmados, onde a vítima foi capaz de juntar provas suficientes para o processo de indenização. Infelizmente, a realidade em casos de bullying é bem diferente, sobretudo no ato de juntar provas contra seu agressor. As vítimas sofrem durante muito tempo e não possuem, geralmente, a habilidade emocional para guardar todas as provas de que precisa. Precisamos prevenir novos casos para que

[17] Idem.

estas vítimas que não possuem forças para se defenderem não venham a vivenciar as manifestações violentas do fenômeno bullying.

Como observamos, infelizmente, muitas escolas não pensam desta forma e, talvez por medo de um marketing negativo ou dos processos judiciais, não admitem a existência de bullying em suas dependências ou não assumem responsabilidade no processo de enfrentamento do fenômeno. Pensando nisso, várias regiões do Brasil vêm criando leis de caráter preventivo, que obrigam escolas públicas ou particulares a desenvolverem programas antibullying e a relatarem os casos diagnosticados ao Conselho Tutelar e respectivas secretarias de educação. Exemplo é Santa Catarina com a Lei nº 14.651/2009, que propõe a criação de um Programa de Combate ao Bullying[18], de ação interdisciplinar e de participação comunitária, em escolas públicas e privadas. A lei nº 14.651 considera o bullying como atitudes agressivas, intencionais e repetitivas, adotadas por um indivíduo ou grupo de indivíduos contra outros, sem motivação evidente, causando dor, angústia e sofrimento e, executadas em uma relação desigual de poder, o que possibilita a vitimização.

Em Goiás há a lei nº 17.151/2010, que dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate ao bullying escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas e privadas de Educação Básica do Estado de Goiás. Em consonância com outras definições, esta lei o considera como a prática de atos de violência física ou psicológica, de modo intencional e repetitivo, exercida por indivíduo ou grupos de indivíduos, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de constranger, intimidar, agredir, causar dor, angústia ou humilhação à vítima.

No Rio de Janeiro tem-se a lei nº 6084/2011, que institui o programa de prevenção e conscientização do assédio moral e violência no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, em escolas públicas e privadas. Entende por assédio moral e violência atitudes de violência física ou psicológica, intencionais e repetitivas, que ocorrem sem motivação evidente, praticadas por um indivíduo ou grupos de indivíduos, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas. Mesmo usando a mesma definição das outras leis apresentadas em outros estados, esta lei não

[18] http://www.alesc.sc.gov.br/escola_legislativo/downloads/cartilhabullying.pdf Acesso em 14/05/2012

utiliza o termo bullying, substituindo por assédio moral, o que pode gerar problemas na identificação do mesmo e possibilitar o uso do termo em outro lugar, e não só o ambiente escolar, sobretudo ao usar o termo indivíduos em sua definição em lugar do termo aluno/estudantes.

No Rio Grande do Sul, a Lei nº 13.474/ 2010, dispõe sobre o combate da prática de bullying por instituições de ensino e de educação infantil, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos. Considera-o como qualquer prática de violência física ou psicológica, intencional e repetitiva, entre pares, que ocorra sem motivação evidente, praticada por um indivíduo ou grupo de indivíduos, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidar, agredir fisicamente, isolar, humilhar, ou ambos, causando dano emocional e/ou físico à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

Percebe-se que a lei nº 14.651 de Santa Catarina e a Lei nº 13.474 do Rio Grande do Sul levam em consideração a relação desigual de poder, característica não adotada pela lei nº 17.151 de Goiás. Já o Estado do Rio de Janeiro, com a lei nº 6084, não utiliza o termo bullying, substituindo-o por assédio moral e violência. Todas estas leis têm em comum o objetivo de estabelecer programas de prevenção ao bullying em escolas pública e particulares nos referidos Estados. Contudo, não estabelecem o papel deste mesmo Estado diante das dificuldades que a escola pode enfrentar neste caminho, ou de como este Estado irá abordar o agressor, a vítima ou a testemunha deste fenômeno. Estabelecem deveres para a escola, que vai desde o registro de atos violentos entre os estudantes, relato ao Conselho Tutelar das situações diagnosticadas, à criação e manutenção de programas de combate ao bullying. Referente ao diagnostico, não deixam claro de que maneira se dará este levantamento, e de quem será a responsabilidade da leitura dos dados obtidos.

Observamos que há dificuldade em delimitar o significado do termo bullying, sejam ao formalizar processos judiciais afim de indenização por danos físicos ou morais as vítimas, seja para na criação de leis preventivas e de promoção de programas contra o fenômeno. As leis estaduais e municipais, como as vistas aqui, possuem textos semelhantes, que pouco se diferenciam umas das outras ou acrescentam às leis propostas anteriormente. Na falta de uma definição do termo na legislação brasileira, o bullying tem sido tratado como injúria e/ou lesão corporal, o que dificulta o trabalho de

advogados ou a obtenção de provas pela vítima diante de um possível processo indenizatório. Além disso, o termo tem sido tratado, tanto em leis municipais quanto estaduais, de maneiras diferentes, com abordagem que dificulta seu entendimento e gera um enfoque diferenciado em cada região.

Como veremos no próximo capítulo, este problema na definição do termo bullying nas leis, ou na abordagem em processos judiciais não é exclusividade entre os legisladores ou advogados. Entre os pesquisadores também não existe um consenso em torno de sua definição, gerando dificuldade em seu entendimento, proporcionando sua banalização.

3. BULLYING E SEUS CONCEITOS

Neste capítulo pretendemos abordar o conceito de bullying, sistematizando o possível consenso internacional já alcançado sobre suas especificidades e abrangência, além de assinalar as imprecisões e ambiguidades presente na definição do fenômeno, sobretudo no Brasil. Observa-se que o tema é notícia em jornais impressos e televisionados, em rádios, em revistas e diversos outros meios de comunicação. Essa exposição do termo, muitas vezes de maneira exagerada e sem fundamentação, oferece um caminho perigoso para sua banalização e para sua associação a todo e qualquer tipo de atitudes violentas e conflituosas que ocorram na sociedade. O entendimento aprofundado do uso do termo em outros países e de sua "importação" fornecerá um panorama das associações do termo a outros tipos de violência que ocorrem nos campos da vida humana, como família, trabalho, lazer, e nos ajudará a discutir o uso e seus possíveis equívocos em pesquisas no Brasil.

Não pretendemos dizer, assim, que todas as observações feitas durante esta abordagem sejam um ultimato ao que cerne o uso do termo bullying ou de sua definição no Brasil. Pelo contrário, que as formulações apresentadas neste trabalho sejam vistas como provisórias e abertas a debates. Iniciamos, portanto, esta discussão sobre o uso do termo em nosso território, no intuito de aprofundar a questão, trazendo um novo olhar sobre este fenômeno que vem destruindo a vida de estudantes brasileiros e de todo o mundo. Como vimos, os estudos sobre este fenômeno ainda são recentes e o próprio conceito de bullying se apresenta como complexo e pouco compreendido. É nesta incerteza e nestes conflitos de opiniões que nos debruçamos neste momento, na busca de uma nova orientação para o entendimento do fenômeno não só por estudiosos da academia, mas também por todos que são afetados por sua existência.

3.1 Ambiguidades e desafios no entendimento do termo bullying

Segundo Mendonça (1983), não existe a possibilidade de negar o uso de um conceito como um elemento básico para obter o conhecimento do que se quer dizer em um determinado contexto histórico. A comunicação se faz por meio dos conceitos que representam uma dada realidade e para isso considera-se o uso do termo tão importante como seu próprio conceito, independente da língua falada pelo pesquisador. Entretanto,

o entendimento irá variar de acordo com o contexto e do modo com que é usada pelo locutor. Sempre entramos em contato primeiro com o termo e não com o conceito (MENDONÇA, 1983).

A importância dos termos está na possibilidade de confrontá-los com sua realidade, sendo adequado ao uso da época, do meio ou do autor. Os conceitos são construções lógicas que dependem do quadro de referências e ganham significado dentro do esquema de pensamento que estão inseridos.

> Cada ciência usa seus próprios conceitos para a comunicação de seus conhecimentos. Ao sistema teórico de uma ciência podemo-nos referir como um sistema conceptual. Através de um dispositivo conceitual, procura-se representar o fenômeno ou aspectos do fenômeno que ocorrem no mundo real, uma representação resumida de um conjunto de fatos. [...] No processo de comunicação, a função dos termos ou palavras é a de tornar manifestos os conceitos, e a função dos conceitos é a de representar a realidade ou aspectos da realidade. (MENDONÇA, 1983, p. 15-16).

O uso, portanto, do termo bullying deve representar, conceitualmente, a realidade ou seus aspectos, e depende de seu contexto e meio ao qual está sendo inserido. As várias tentativas de tradução para a língua portuguesa acabaram por reconstruir ou adaptar o fenômeno indicado pela expressão em sua língua original e proposta por Dan Olweus. Quanto maior a distância entre o que se quer representar e o conceito empregado, maior o perigo de ser o conceito mal compreendido e maior a necessidade de cuidar da clareza e da precisão na definição (MENDONÇA, 1983).

Segundo Seixas (2005), em Portugal, as palavras mais usadas em traduções do termo bullying são o de “agressão no contexto escolar”, “coação”, “provocação” e “implicar com as pessoas”. Segundo diversos autores brasileiros (LOPES NETO, 2005; FANTE, 2005; ROLIM, 2010; SILVA, 2010), estes são casos em que a abrangência do termo não é contemplada por estas tentativas de traduções. Essas fragilidades foram apresentadas pela ONG Plan ao publicar a Pesquisa Bullying Escolar no Brasil, citada na primeira parte deste estudo, por se tratar de uma importação pouco adaptada às questões próprias da violência nas escolas brasileiras. Sua operacionalização conceitual exigiria uma consistência ainda não atingida (MALMANN, 2011).

> Os debates e análises que antecederam a realização da pesquisa de campo geraram a constatação de que é impossível delimitar operacionalmente o fenômeno do *bullying*, de modo a destacá-lo do conjunto de situações de violência nas relações entre pares no ambiente escolar. Essa dificuldade se deve, sobretudo, ao

> desconhecimento que educadores, técnicos e gestores de escolas, alunos e pais apresentam sobre os elementos que caracterizam o termo *bullying*, tais como descritos pelos especialistas que vêm se dedicando ao estudo do fenômeno. Tendo em vista as consequências dessa dificuldade para a coleta de dados e posteriores análises, o conceito foi operacionalizado de forma mais flexível, o que permitiu captar a percepção dos informantes sobre maus tratos no ambiente escolar e, quando pertinente, sobre situações específicas de *bullying*, caracterizadas pela prática de maus tratos entre colegas de escola, repetidos com frequência superior a três vezes durante o ano letivo de 2009. (FISCHER, 2010, p. 7).

Esta afirmativa apresentada no relatório final da pesquisa nos mostra alguns elementos que merecem discussão. Primeiro o fato de afirmar a impossibilidade de delimitar operacionalmente o fenômeno bullying para destaca-lo das demais situações violentas existentes nas relações entre os estudantes na escola. Não é isso que Dan Olweus, e vários outros pesquisadores que seguem ou não sua linha de pesquisa, vem tentando mostrar nos últimos anos. Afinal, a busca por uma visão com maior preocupação pela sociedade sobre suas consequências é o que mais se tenta fazer, além de diferenciar este fenômeno dos demais atos agressivos que acometem os estudantes.

Como dito por Fischer (2010), os especialistas apresentam diferentes elementos que caracterizam o fenômeno, mas se contradizem ao afirmar que o mesmo não se destaca entre o conjunto de atitudes violentas que sofrem os jovens nas escolas. O bullying se destaca justamente por apresentar elementos dos mais variados tipos de violência que ocorrem entre os estudantes.

Outro ponto a ser discutido é o fato de aplicar o conceito de maneira mais flexível, captando informações de maus tratos na escola e, somente quando pertinente, sobre situações de bullying. Portanto esse fenômeno não apresenta um conceito específico e direcionado, nem tão pouco de fácil entendimento. Essa afirmativa vai contra o que expõe Fante (2005) no que diz respeito ao conceito, sobretudo ao seu entendimento. Para a autora

> O bullying é um conceito específico e muito bem definido, uma vez que não se deixa confundir com outras formas de violência. Isso se justifica pelo fato de apresentar características próprias, dentre elas, talvez a mais grave, seja a propriedade de causar traumas ao psiquismo de suas vítimas e envolvidos. (FANTE, 2005, p. 26).

Tais afirmações contraditórias vêm de encontro ao que queremos apresentar e demonstra como não existe um consenso sobre o bullying, sua definição ou em relação ao uso do termo entre os pesquisadores brasileiros. Notamos que o termo bullying se apresenta ambíguo, gerando uma série de contradições entre pesquisadores. Alguns afirmam sua fácil caracterização e entendimento, enquanto outros insistem numa flexibilização do conceito e não reconhecem diferenças entre outras formas de violência que ocorrem na escola.

3.1.1 O *Ijime* e o exemplo do Japão nas discussões sobre o bullying

Problemas de traduções também ocorrem em outras línguas. No francês encontramos o *harcèlement quotidién* (assédio diário), em espanhol nos deparamos mais comumente com os termos *acoso* (perseguição) e *matonismo* (assédio moral), em italiano *prepotenza* (arrogância, ditatorialismo, assédio moral), em alemão temos *aggressionen unter shülern* (agressões entre estudantes), e no Japão encontramos o *ijime* (assédio moral).

Mitsuru Taki (2001) apontou diferenças entre o que chamou de bullying japonês e o bullying baseado nos estudos de Olweus (1993). O autor assume uma postura diferente de Olweus, dizendo existir dois pontos diferenciando o fenômeno que ocorre nos países da Europa e Ocidente do que ocorre nas escolas do Japão. O primeiro ponto seria o que foi exposto por Olweus (1993): são os estudantes mais jovens e os mais fracos que estão mais expostos e que uma grande parte do bullying é praticado por alunos mais velhos[19]. Em segundo lugar, que é importante a presença de adultos durante os intervalos e que a escola ofereça uma boa supervisão durante as atividades das crianças[20], pois para o autor, o *Ijime* acontece principalmente dentro da sala de aula, onde alunos jovens ou mais velhos podem vivenciar tais situações. Segundo o autor, o bullying ocidental é mais amplo e físico do que no *Ijime*. O autor afirma que em pesquisas comparativas entre o Japão, Inglaterra, Holanda e Noruega, mostrou-se a realidade do bullying japonês, o *Ijime*, destacando suas principais diferenças.

Um caso de *Ijime* foi amplamente divulgado em 1986 numa escola em Tóquio. Um estudante de 13 anos cometeu suicídio e deixou uma carta acusando seus colegas de

[19] Olweus (1993), p.15. Tradução livre

[20] Olweus (1993), p. 70. Tradução livre.

sala e professores de terem feito de sua vida um inferno. Como exemplo, citou que ao se mudar para a escola, um grupo de alunos haviam feito um funeral para ele, com sua foto sobre a mesa, incensos e um cartão de condolências assinados pela maioria dos alunos de sala e por três professores. Essa encenação era para mostrar que aos olhos de seus colegas e professores ele era um fracassado, uma falha enquanto ser humano.

Muitos estudiosos em todo o mundo (CRAIG, 1998; SMITH, 1999; MORITA,1999; JUNGER-TOS, 1999; OLWEUS, 1999; CATALANO; SLEE, 1999; PEPLER, 2002; FANTE, 2005; LOPES NETO, 2005; RIGBY, 2008; CALHAU 2009; MOREIRA, 2010; SILVA, 2010) aceitam as definições de Olweus, incluindo o Japão (MORITA; SOEDA; TAKI, 1999).

Neste sentido, o Ministério da Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia do Japão (1999) definiu o bullying como um comportamento negativo, repetitivo, que desumaniza o outro física ou psicologicamente. No entanto, vários pesquisadores japoneses manifestaram alguma insatisfação em relação ao conceito apresentado por Olweus (OGI, 1997; TAKI, 2001b). Essa insatisfação resulta, em parte, das diferenças socioculturais na natureza do bullying escolar em diferentes culturas e de como os participantes e as testemunhas percebem e definem as situações de agressões, embora ambos os termos possuam o mesmo comportamento em alguns casos. Os incidentes típicos do *Ijime* têm influenciado pesquisadores japoneses a se concentrar principalmente em estruturas de grupo e suas funções e não na moral dos alunos agressores ou da agressividade inerente. Para a grande maioria destes autores japoneses, o *Ijime* se refere a comportamentos que se destinam a prejudicar psicologicamente em vez de fisicamente, colegas mais fracos, da mesma idade e de forma insidiosa.

Diferente de inúmeras pesquisas realizadas no ocidente que mostraram a tendência de agressores à delinquência (OLWEUS, 1993) e do fenômeno bullying como um crime, os pesquisadores japoneses não confiam nessa consequência por acreditarem que o *Ijime* é predominantemente causado pelos efeitos da complicada dinâmica do grupo. Segundo Taki (2001) os países desenvolvidos possuem diversos problemas semelhantes e o bullying é um deles. Entretanto, o *Ijime* é menos violento fisicamente do que o bullying em outros países por causa da forte cultura e tradição japonesa.

Segundo a *American Medical Association* (AMA), o bullying é um problema de saúde pública que contribui para o comportamento violento entre os estudantes, o vício,

a atividade criminosa e outros males da sociedade[21]. Ainda segundo a AMA o bullying seria um fenômeno específico que possui três comportamentos básicos: o comportamento agressivo intencional a fim de impor sofrimento a uma pessoa ou grupo; o comportamento repetitivo e insistente contra a vítima; e o comportamento que busca agredir aquele que possui menos poder[22]. Neste sentido, Constantine (2004) expõe que estes comportamentos expressam ideias de intimidação repetida, humilhação, agressão, ofensa, gozação, emprego de apelidos, assédio, perseguição, isolamento, exclusão, discriminação, sofrimento, aterrorização, amedrontamento, tirania, dominação, empurrão, violência física e destruição dos pertences das vítimas deste fenômeno. De acordo com Craig (1998), o bullying ainda envolve a diferença física e psicológica entre os pares, as ações negativas verbais ou físicas e a intenção deliberada de causar dor e sofrimento de forma repetitiva às vítimas.

Diferente do que ocorreu no Japão e diante da dificuldade em encontrar termos em outras línguas que se equiparem com a abrangência do termo em sua língua original, diversos países optaram pelo uso do termo bullying. Segundo Lopes Neto (2005):

> A adoção universal do termo *bullying* foi decorrente da dificuldade em traduzi-lo para diversas línguas. Durante a realização da Conferência Internacional Online School *Bullying* and Violence, de maio a junho de 2005, ficou caracterizado que o amplo conceito dado à palavra *bullying* dificulta a identificação de um termo nativo correspondente em países como Alemanha, França, Espanha, Portugal e Brasil, entre outros. (LOPES NETO 2005, p. 165).

Entretanto, não observamos esta discussão entre autores brasileiros e/ou no Brasil. Os textos e estudos publicados sobre o assunto apresentam o termo bullying sem mostrar discussões feitas em território brasileiro sobre seu uso e definição. Ao visitarmos a página da Conferência Internacional Online *School Bullying and Violence*[23], não temos acesso ao conteúdo discutido sobre o termo e percebemos que consta apenas o nome do pediatra Aramis Lopes Neto como representante brasileiro. As informações disponíveis apresentadas no site remetem a arquivos que discutem o papel do Governo e de ONGs no processo antibullying bem como o papel da escola (e dos profissionais que ali trabalham) como mediadora nos casos detectados e não tivemos acesso a conteúdos que indicam uma discussão a respeito do termo e de suas possíveis

[21] Disponível em http://www.ama-assn.org/amednews/2001/07/09/hlsa0709.htm Acesso em 12/06/2012.
[22]Disponível em http://www.ama-assn.org/resources/doc/ad-hlth/youthbullying.pdf Acesso em 12/06//2012.
[23] Disponível em http://www.conference.bullying-in-school.info/ Acesso em 28/01/2012.

traduções nestes países representados na conferencia. Este fato nos leva a perguntar o porquê não ocorreu um diálogo entre pesquisadores brasileiros sobre o assunto nem antes desta conferência ou após sua realização. Durante a leitura dos livros e textos publicados em português não temos citações sobre esta discussão.

Observamos até aqui que o termo bullying é utilizado na maioria dos países devido à dificuldade de tradução. Entretanto, no Japão, houve um debate intenso sobre as características do bullying com o que eles já vivenciavam e chamavam de *Ijime*, apresentando causas e manifestações próprias da cultura e tradição japonesa, mesmo que na maioria das situações de agressões vivenciadas pelos alunos japoneses sejam semelhantes aos apresentados nos demais países. Já no Brasil essa discussão não foi realizada, sendo que o termo foi considerado o mais adequado depois de uma conferencia onde apenas um pesquisador brasileiro estava presente e sem uma discussão interna para validar esta proposta.

3.2 Os diferentes conceitos sobre o bullying

Discutiremos a seguir o processo de conceituação do termo bullying e como os olhares do mundo todo se voltaram para as consequências trágicas que seus envolvidos podem vivenciar. Apresentamos um breve histórico das alterações que ocorreram no conceito de bullying, discutimos alguns dos fatores para sua ocorrência além do conceito mais aceito entre os pesquisadores brasileiros.

Como observamos, este fenômeno tem sido pesquisado por diversas áreas nas últimas décadas. Os primeiros estudos buscaram definir as especificidades inerentes ao bullying na tentativa de dá-lo forma, de diferenciá-lo e de demonstrar sua importância. Tattum e Tattum (1992) usaram em suas pesquisas a definição de que o bullying é um desejo intencional e consciente de ferir outra pessoa e colocá-la sob estresse. Esta definição sofre diversas críticas por se apresentar como um desejo, pois há grandes diferenças entre desejar que alguém se machuque e machucar outra pessoa. Mesmo diante de uma série de críticas sobre este conceito o Conselho Escocês de Pesquisa em Educação (*Scottish council for Educational Research*) o adotou em suas exposições sobre o tema. Foi na busca por uma definição que evitasse essas críticas, que uma série de autores sustentou que o bullying se configura como um comportamento agressivo,

repetitivo, cruel, imposto sobre indivíduos muitas vezes mais vulneráveis e incapazes de se defenderem, o que os leva a um sofrimento psicológico e isolamento social (OLWEUS, 1993; COSTANTINE, 2004; GREENE, 2006; RIGBY, 2006;). Greene (2006), um psicólogo norte-americano, complementa dizendo que se tornou comum também caracterizar o bullying com a presença desigual de poder, sendo os agressores mais fortes ou influentes do que suas vítimas. Esta característica também é empregada por autores brasileiros, tais como Silva (2010), Fante (2005), Rolim (2010) e Calhau (2010). Coloroso (2004) define o fenômeno como

> uma atividade consciente, desejada e deliberadamente hostil orientada pelo objetivo de ferir, induzir o medo pela ameaça de futuras agressões e criar terror. Seja premeditada ou aleatória, óbvia ou sutil, praticada de forma evidente ou às escondidas, identificada facilmente ou mascarada em uma relação de aparente amizade, o "*bullying*" incluirá sempre três elementos: desequilíbrio de poder, intenção de ferir e ameaça de futura agressão. Quando o "*bullying*" se desenvolve e se torna ainda mais sério, um quarto elemento é adicionado; o terror. (COLOROSO, 2004, p. 13-14).

O Centro Anti-bullying (*Trinity College Dublin*), da cidade de Dublin, Irlanda, adiciona ao conceito suas consequências e afirma que o bullying está presente nas escolas, independente da idade, sexo ou contexto socioeconômico.

> O *bullying* é um problema comportamental que afeta a vida de milhares de crianças em idade escolar e suas famílias. A humilhação, medo, frustração e isolamento social e perda da autoestima que as crianças experimentam quando intimidadas resultam em evasão escolar, deterioração da escola, mudança de personalidade, a depressão e, infelizmente, o suicídio. *Bullying* não conhece limites de idade, sexo ou contexto socioeconômico. "Ele pode assumir muitas formas, o prazo pode ser curto ou continuar por longos períodos, até mesmo anos." (Anti-Bullying Centre)[24]

Já em estudos realizados no Brasil, a definição mais utilizada é a apresentada por Fante (2005), em que o bullying, por definição universal, seria um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro(s), causando dor, angústia e sofrimento (FANTE, 2005). Como vimos anteriormente, a autora sugere que o bullying possui um conceito bem definido, o que não condiz com a realidade. O conceito de bullying se apresenta de maneiras diferentes entre os autores, apresentando ambiguidades e dificuldades de entendimento não só por pais, alunos ou professores, como também entre os próprios pesquisadores. Exemplos vão desde questionamentos específicos sobre as manifestações

[24] Tradução livre. Disponível em http://www.abc.tcd.ie/school.html. Acesso em 20/12/2010.

e consequências do fenômeno até ao uso desmedido do termo para todo e qualquer ato de violência que ocorra na sociedade, ultrapassando os limites das instituições de ensino.

Buscando reduzir as dúvidas sobre o fenômeno, Farrington (1993) apresentou seis características principais que facilitam seu diagnóstico. Para o autor, para se caracterizar como bullying, este seis elementos devem se fazer presentes: 1) Práticas de agressões verbais, psicológicas ou físicas; 2) As agressões são repetitivas; 3) A vítima não provoca o agressor; 4) As agressões são intencionais e visam causar angústia e medo à vítima; 5) O agressor é mais forte ou é visto desta maneira por sua vítima; 6) Os agressores alcançam seus objetivos. Rigby (2008) acrescenta que ainda seria necessária a satisfação do agressor frente à sua prática cruel e a sensação de opressão constante da vítima para a confirmação do bullying.

Entretanto os questionamentos, mesmo com estas características sendo usadas para caracterizar o fenômeno, os questionamentos a cerca de seu conceito continua. Um bom exemplo é a característica da agressão repetitiva citada pelos autores, como o de que o prazo pode ser curto ou permanecer por longos períodos que permite uma série de dúvidas. Greene (2006), a respeito desta circunstância, se pergunta: a partir de que momento se deve considerar a repetição? Ainda podemos aplicar outros questionamentos: Caso tenhamos um aluno que tenha agredido vários colegas, mas apenas uma vez cada um, poderá se considerar repetição e poderemos considera-lo um agressor? Para diagnóstico do bullying é necessário que as agressões se repitam quantas vezes e em que período? Um aluno que foi agredido por vários colegas, mas num período longo e com espaços de dias ou semanas entre uma agressão e outra pode ser considerado uma vítima de bullying?

Rodríguez (2005), ao lembrar uma passagem do documentário Tiros em Columbine[25], demonstra como um adolescente fica frustrado por não ser o primeiro da lista de alunos potencialmente agressivos. A autora entende que o desejo do adolescente era ser o primeiro em alguma coisa, desejava reconhecimento. Desta maneira, os atos violentos oferecem a possibilidade de protagonismo a esses alunos que não teriam como se sobressair ou firmar suas autorias. Como agressor eles almejam um espaço de

[25] Tiros em Columbine (Brasil) é um filme documentário estadunidense, baseado no massacre ocorrido no Instituto Columbine em 20 de abril de 1999, realizado por Michael Moore. Ganhou um Oscar de melhor filme documentário. Estreou nos Estados Unidos em 11 de outubro de 2002.

reconhecimento entre aqueles que pretendem impressionar. Segundo Goffman (2005), os indivíduos pretendem impressionar por meio de uma imagem a seu próprio respeito marcada pela fraude e pela dissimulação. Na fraude temos a expressão transmitida, comum com o uso da linguagem; na dissimulação, temos a expressão emitida, que corresponde aos gestos e atitudes do sujeito, ligada a uma determinada simbologia.

Neste estudo consideramos o bullying como um fenômeno grupal (TAKI, 2001; CEREZO, 2006) que só se pode compreender seu alcance analisando as interações entre os estudantes. Os grupos de estudantes nas instituições de ensino, como todos os demais grupos, se formam em torno de determinados elementos afetivos e relacionais, que atuam como meios básicos na determinação de pautas comportamentais (ROLAND; GALLOWAY, 2002). De fato, os estudos nos últimos anos demonstram as possibilidades de prevenção da violência e do crime oferecidas pelo ambiente escolar (TREMBLAY et *al*., 1996; CHAUX, 2002; GÓMES-BUENDÍA, 2003; CHAUX, 2005).

Por meio dos autores até aqui pesquisados, observamos que o fenômeno bullying possui problemas em suas definições que podem prejudicar o entendimento do fenômeno e subestimar suas consequências. Encaramos o bullying como um “fato social” que não se pode reduzir às características dos indivíduos envolvidos. Segundo Goffman (2005):

> Ao pensar numa representação, é fácil supor que o conteúdo da encenação é somente uma expressão do caráter do ator e ver a função da representação nesses termos pessoais. Esta é uma concepção limitada e pode obscurecer diferenças importantes na função da representação para a interação como um todo. (GOFFMAN, 2005, p.76)

Nas interações dos indivíduos existe o desejo de impressionar, de passar uma impressão aos demais do grupo. Goffman denominou essa possibilidade de “expressividade”, capacidade dos indivíduos de “dar expressão”. O bullying seria um resultado possível das interações dos indivíduos e de suas intenções de impressionar os demais envolvidos pela própria imagem. Segundo o autor, temos a expressão “transmitida”, a que é comunicada tradicionalmente pela linguagem; e a expressão “emitida”, que corresponde aos gestos ou atitudes do sujeito, vinculados a uma determinada simbologia.

No caso dos agressores poderíamos nos deparar com suas vontades de projetar um perfil dominador e cruel. As agressões e humilhações seriam os "fatos confirmatórios" (GOFFMAN, 2005), pois o agressor geralmente inclui em suas ações sinais que acentuam e configuram sua presença, pois sem ela poderia permanecer despercebido ou invisível. As ações repetitivas asseguram as características do agressor frente às suas vítimas, no intuito de reafirmar de maneira regular a mensagem de poder e superioridade. Esta regularidade nas ações do sujeito, de ambiente e de envolvidos é denominada "fachada" (GOFFMAN, 2005), que se configura num equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação.

Observa-se, portanto, que no processo do fenômeno bullying, os comportamentos violentos e antissociais configuram-se numa vontade constante de um indivíduo em colocar o outro sob tensão ou intimidação física e emocional. Este processo se dá na ambição do agressor em assegurar sua dominação, numa espécie de violência simbólica[26], por meio de ações físicas e/ou verbais de forma agressiva, repetitiva e permanente contra seus "alvos".

Segundo Bourdieu (1975), o indivíduo em situação de "violência simbólica" perde sua identidade pessoal e suas referências, tornando-se fraco, inseguro e mais sujeito à dominação que sofre na própria sociedade. Existe, segundo o autor, uma somatização das relações de dominação, por meio da qual se inscrevem nos corpos dos sujeitos dominados, determinados gestos, posturas, disposições ou marcas da sua subordinação. Diferentes processos de inculcação constroem a imagem do indivíduo, o que colabora para a edificação de um modelo de corpo padrão assim como de atitudes e de valores. A formação da identidade do indivíduo vai sendo formada mediante sua experiência, observação e reflexão, e todos estes fenômenos constituem um processo que também é social.

O conceito de violência simbólica desenvolvido por Bourdieu contribui para as análises das relações conflituosas existentes no ambiente escolar e das situações que favorecem a existência do fenômeno bullying. Parece realmente que o bullying se mostra sob nova luz quando visto pelo ângulo da violência simbólica e por sua

[26] Conceito utilizado por Pierre Bourdieu (2000) ao referir-se aos sutis mecanismos utilizados por indivíduos, grupos ou instituições, por meio da verbalização ou imposições físicas, para dominação e manutenção do poder sobre os outros.

influência nas ações de alunos, professores, pais e sociedade em geral. A violência simbólica se expressa por meio de imposição “legítima” e dissimulada com a interiorização da cultura dominante. O dominado não se opõe ao seu opressor por não se perceber como vítima deste processo, e ao contrário, o oprimido considera a situação natural e inevitável.

Diferentes instituições da sociedade exercem a violência simbólica, tais como o Estado, a mídia, a escola, etc. A escola, e o processo de educação, está no centro desta discussão. Por meio dela, o indivíduo seria capaz de perceber quando está sendo vítima da violência simbólica e de agir contra a sua legitimação. Para Bourdieu e Passeron (1975) toda ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição de um poder arbitrário, e tende à reprodução cultural e social simultaneamente. A arbitrariedade constitui-se na apresentação da cultura dominante como cultura geral. O “poder arbitrário” é baseado na divisão da sociedade em classes.

> A seleção de significações que define objetivamente a cultura de um grupo ou de uma classe como sistema simbólico é arbitrária na medida em que a estrutura e as funções dessa cultura não podem ser deduzidas de nenhum princípio universal, físico, biológico ou espiritual, não estando unidas por nenhuma espécie de relação interna à “natureza das coisas” ou a uma “natureza humana” (BOURDIEU; PASSERON, 1975, p. 23).

Para os estudantes de classe baixa a escola representa uma ruptura no que refere aos valores e saberes de sua prática, que são desprezados, ignorados e desconstruídos na sua inserção cultural, ou seja, necessitam aprender novos encaminhamentos e culturas. Dentro dessa lógica, é evidente que se torna bem mais fácil que os estudantes das classes dominantes alcancem o sucesso escolar em detrimento daqueles que têm que desaprender uma cultura para aprender um novo jeito de pensar, falar, movimentar-se, enfim, enxergar o mundo e se inserir neste processo para tornar-se um sujeito ativo nesta sociedade. A violência entre estudantes destas escolas (pública/particular) é potencializada, bem como entre iguais (pública/pública ou particular/particular) quando fogem dos padrões relacionais impostos pela sociedade. Ser pobre ou rico, ser branco ou negro, ser alto ou baixo, ser gordo ou magro, tudo se torna motivo para justificar os atos de humilhação e desrespeito para com o outro colega. Estas atitudes estão presentes fora e dentro da escola, e sua reprodução perpetuará até mesmo quando adultos.

Segundo Aranha (1989), se a classe dominante necessita impor por meio da escola seu poder e seus valores como legítimos é porque existe uma resistência e capacidade de luta da classe dominada, que não se submete assim tão passivamente àquilo que é imposto.

É essa capacidade de resistência e luta da classe dominada que ressaltamos, pois acreditamos nas possibilidades de diálogos que venham contribuir na identificação, na percepção da violência escolar e na discussão de estratégias que possam enriquecer as ações escolares frente a esta problemática. Nossos alunos vivenciam situações de exclusão social, desigualdade, intolerância e violência no ambiente escolar, fatores que interferem diretamente na formação de seu caráter e em suas atitudes na fase adulta. A escola reflete a sociedade e os fenômenos exteriores que interferem diretamente em seu cotidiano.

Entende-se que o fenômeno bullying tem profundas raízes na injusta e excludente sociedade em que vivemos. Caracteriza-se pela reprodução de situações familiares marcadas pela desestruturação e pela violência social, por seus costumes e padrões de ensino destinados para conservação social. Dessa maneira, a violência física, a violência indireta e a violência simbólica encontradas no ambiente escolar se misturam, se alimentam uma das outras e se apresentam simultaneamente como fenômenos bastante preocupantes.

Bourdieu e Passeron (1975) consideram que a escola está longe de ofertar igualdade de oportunidades, sobretudo, o processo educacional ou a ação pedagógica. A escola age como agente de reprodução e legitimação das desigualdades sociais. A educação perdeu seu papel na transformação da sociedade para ser uma colaboradora nas injustiças sociais, que de maneira dissimulada trabalha para a manutenção da desigualdade social, e do pensamento de que as diferenças surgem do próprio aluno e não do sistema. Esta realidade contribui para atitudes de agressões físicas, verbais e sociais no ambiente escolar, sendo um dos fatores que favorecem a existência do fenômeno bullying.

A violência escolar sofre influencia de fatores internos e externos ao seu ambiente. Segundo Fante (2005) entre os fatores externos pode-se citar o contexto social, responsável pela exclusão daqueles que não tem acesso a benefícios sociais; os meios de comunicação, que banalizam as relações interpessoais e a família, estendendo

o comportamento aprendido para outros locais, como a escola. Como fatores internos, a autora cita o clima escolar, que busca estabelecer um clima de igualdade para facilitar o manejo da aplicação dos conteúdos disciplinares, onde aqueles que não apresentam os mesmos resultados são estigmatizados; as relações interpessoais, que podem ser positivas quando há reciprocidade nas relações afetivas e negativo quando ocorre a exclusão; a discriminação, conflitos, estresse e inadaptações; a relação professor-aluno que se apresenta sob uma luta constante de tomada de poderes, resultando em alunos e professores estressados.

Embora revestido por características próprias, o fenômeno *bullying* é uma tipologia específica de violência, demonstrando suas indefinições e a falta de consenso nas ciências sociais de ambos os termos. Para Rolim (2010)

> Possivelmente as visões mais tradicionais na sociologia sobre "violência" sejam tributárias das contribuições de Marx e de Weber. Na visão marxiana, a violência aparece como um instrumento, mais ou menos natural, historicamente a serviço da dominação de classe. Não há em Marx e em seus seguidores, como se sabe, uma reflexão detida sobre o tema. Seja como for, a ideia de que a violência é a "parteira da história", o pressuposto de que a revolução social é um ato violento e de que a "ditadura do proletariado" deve exercer a violência em nome dos interesses da maioria terminaram impedindo que, na tradição marxista, o tema da violência fosse contrastado por uma posição ética. Em Weber, temos a ideia central de que a violência é um meio através do qual o Estado exerce seu poder legítimo, ou supostamente legítimo. (ROLIM, 2010, p. 66)

Diógenes (1998) afirma que na tradição weberiana não se encontra reflexões específicas sobre o tema e, apesar das diferenças existentes entre as linhas teóricas de Weber e Marx, é possível reconhecer que a violência está vinculada à eficácia instrumental. Para Hannah Arendt é motivo de surpresa que a violência, a despeito de importância nos "negócios humanos", tenha sido raramente um "objeto de consideração especial" (ARENDT, 1994). Para a autora a violência continua sendo tratada como "instrumento", entretanto passa a ocupar um espaço independente de reflexão.

> O poder é de fato a essência de todo o governo, mas não a violência. A violência é por natureza instrumental; como todos os meios, ela sempre depende da orientação de da justificação pelo fim que almeja. E aquilo que necessita de justificação por outra coisa não pode ser essência de nada. (ARENDT, 1994, p. 40-41)

Além de ter separado analiticamente os conceitos de "violência", "poder", "coerção" e "força", Arendt propôs que a violência fosse compreendida como o oposto

de poder. A origem da opção pela violência está na impossibilidade de “agir em conjunto” e, portanto, de exercer o poder. Para a autora, a burocracia é uma forma de governo onde todos estão privados de liberdade política e quanto maior for a burocratização da vida pública, maior será a atração pela violência, onde a redução do poder se torna um convite à violência (ARENDT, 1994). Para Rolim (2010), esta hipótese nos dá a visão de que nas práticas violentas há sintomas de uma ausência anterior, construída, precisamente, pela impossibilidade da ação conjunta. Assim, “a fúria não é apenas impotente por definição, é a maneira pela qual a impotência torna-se ativa” (ARENDT, 1994, p. 88).

Como vimos, o conceito de bullying vem sofrendo mudanças ou se apresentando de maneiras diferentes por diversos autores. O conceito mais usado no Brasil é o que foi apresentado por Fante (2005), que se justifica por apresentar o bullying como um fenômeno que não se confunde com outras formas de violência e o compreende com características próprias. Entretanto essa afirmação não está correta, pois diversos estudiosos apresentam dúvidas sobre um consenso de seu conceito, sejam pelo tempo ou número de agressões ou pelas maneiras com que foram agredidas as vítimas. Vimos que as interações entre os estudantes e os comportamentos violentos podem configurar como uma vontade de um indivíduo intimidar física e emocionalmente os mais fracos e que este fator interfere diretamente na formação do caráter e das atitudes enquanto adultos de todos os estudantes envolvidos. O bullying não possui um único fator para sua ocorrência no ambiente escolar, tendo a violência física, a violência indireta ou a violência simbólica como ações presentes em suas manifestações.

Observa-se ainda que o termo é utilizado para designar ações comuns nas relações pessoais e de conflitos presentes em outros campos das relações humanas. Isso acaba por gerar diversos problemas na identificação do bullying na sociedade brasileira, provocando a compreensão equivocada do fenômeno e de suas consequências para aqueles que o vivencia e possibilita uma assimilação onipresente do fenômeno. Como veremos a seguir, diversos autores utilizam o termo bullying para designar situações de desconforto, insegurança, humilhação ou de medo que ocorrem em outras instituições, tais como família, empresa, sistema carcerário, etc. Esta ambiguidade no trato com o conceito gera publicações como a apresentada por Calhau (2009), que compreende o bullying presente em todo lugar: nas casas, nas ruas, nos quartéis militares, nos presídios e no local de trabalho.

3.3 O termo bullying no Brasil: desafios e possibilidades

Pretendemos analisar os artigos publicados sobre o tema bullying no Brasil e encontrar os principais livros utilizados como referencias nestas publicações. Assim, poderemos discutir como os autores brasileiros utilizam e conceituam o termo bullying e que maneira a exposição do termo pode estar promovendo associações indevidas a outras formas de violência bem como sua possível banalização.

Na busca pelo entendimento do termo bullying e sua utilização no Brasil, optamos por uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e analítico. A pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses para estudos posteriores (GIL, 1999).

Entre as diversas técnicas de pesquisa qualitativa para obtenção dos dados nesta pesquisa, optamos pelo método de pesquisa bibliográfica. Para Gil (1999), a pesquisa bibliográfica é um "apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema" (GIL, 1999, p. 12). Desta maneira poderemos obter informações sobre a situação atual do fenômeno bullying e de como o mesmo é definido por autores brasileiros e estrangeiros, identificando suas possíveis ambiguidades, falhas de demarcação do conceito e disputas teóricas no campo acadêmico sobre a autoridade de quem pode falar sobre a violência na escola.

> A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. (GIL, 1999, p. 65).

Ao consultarmos publicações em Português, disponíveis em bibliotecas e numa base de dados da literatura científica[27], incluindo os publicados e/ou traduzidos no Brasil sobre o fenômeno bullying, buscamos encontrar citações dos livros existentes aqui sobre o tema e os aspectos das abordagens sobre o uso do termo no Brasil. Como citado por Fante (2005) os estudos sobre o fenômeno se iniciaram há pouco tempo no cenário nacional, tendo suas primeiras publicações e estudos realizados a partir do ano 2000. Desta maneira optamos pelo recorte temporal das publicações entre os anos 2000

[27] Scientific Electronic Library Online (SciELO). www.scielo.br

e 2010, tendo o termo bullying como descritor utilizado para coleta e seleção de material.

No site da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO)[28], temos a opção de busca em artigos, periódicos ou relatórios sobre o assunto pesquisado. Ao pesquisarmos os artigos com o descritor bullying pelo índice de assuntos, encontramos vinte e seis artigos relacionados, foram lidos os títulos, autores e resumos, dos quais treze poderiam apresentar relação com o objetivo deste levantamento bibliográfico e foram selecionados para uma leitura exploratória, para identificarmos aqueles que poderiam contribuir com a caracterização do termo bullying, seus conceitos e que apresentassem livros publicados no Brasil como referência.

Após leitura dos artigos, observamos os conceitos apresentados e os autores de referencia para aquele conceito. Com os dados obtidos foi possível selecionar os livros publicados na língua portuguesa de autores brasileiros e estrangeiros no Brasil, que foram citados com maior frequência e importância nas referencias bibliográficas que foram lançados entre o ano 2000 e 2010. Desta maneira temos a seguinte tabela.

Quadro 2. Quadro de livros lançados no Brasil entre os anos de 2000 e 2010.

AUTORES BRASILEIROS	**AUTORES ESTRANGEIROS (com tradução em português)**
CALHAU, Lélio Braga. Bullying: o que você precisa saber: identificação, prevenção e repressão. Niterói, RJ: Impetus, 2009. CAMARGO, Carolina Giannoni. "Brincadeiras" que fazem chorar! : Introdução ao Fenômeno Bullying. São Paulo: All Print, 2009. CHALITA, Gabriel. Pedagogia da amizade – bullying: o sofrimento das vítimas e dos agressores. São Paulo: Gente, 2008. FANTE, Cleo. Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. 2. ed. Ver. e ampl. Campinas, SP: Verus, 2005. FANTE, Cléo; PEDRA, José Augusto. Bullying escolar: perguntas e respostas. Porto Alegre: ARTMED, 2008. MALDONADO, Maria Tereza. A face oculta: uma história de bullying e cyberbullying, São Paulo: Saraiva, 2009.	ALEXANDER, J. Valentões, fofoqueiros e falsos amigos: torne-se à prova de bullying. Tradução de Heitor Pitombo e James Bergin – Rio de Janeiro: Rocco Jovens Leitores, 2009. BEANE, A. L. Proteja seu filho do bullying. Tradução de Débora Guimarães Isidoro – Rio de Janeiro: Best Seller, 2010. BEAUDOIN, Marie-Nathalie; TAYLOR, Maureen. Bullying e desrespeito: como acabar com essa cultura na escola. Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006. COSTANTINI, Alessandro. Bullying: como combatê-lo? Tradução de Eugênio Vinci de Moraes. São Paulo, 2004, Itália Nova. MIDDELTON-MOZ, Jane; ZAWADSKI, Mary Lee. Bullying: estratégias de sobrevivência para crianças e adultos. Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2007.

[28] A Scientific Electronic Library Online (SciELO), é uma biblioteca digital desenvolvida pela Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP), em parceria com a Bireme - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde - que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros.

MOREIRA, Dirceu. Transtorno do Assédio Moral Bullying. A violência silenciosa. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010. NETO, A. L. & SAAVEDRA, L. H. Diga não para o bullying, programa de redução do comportamento agressivo entre estudantes. Rio de Janeiro: Abrapia, 2004. PEREIRA, Sônia Maria de Souza. Bullying e suas implicações no ambiente escolar. São Paulo: Paulos, 2009 ROLIM, Marcos. Bullying: o pesadelo da escola. Porto Alegre : Ed. Dom Quixote, 2010. SILVA, A. B. B. Bullying: mentes perigosas nas escolas. Rio de Janeiro : E. Objetiva, 2010. SILVA, Elenice. Corredores de Justiça: Combatendo a prática do bullying nas escolas, educando uma sociedade para a paz. São Paulo: Edição do Autor, 2009.	

Fonte: Dados organizados pelo autor, 2012.

A tabela apresentada demonstra que as primeiras publicações de livros no Brasil sobre o tema bullying ocorreram no ano de 2004, com a obra traduzida do psicólogo e pedagogo italiano, Alessandro Constantini, e do pediatra brasileiro Aramis Lopes Neto. Logo em seguida, em 2005, tivemos o livro da pedagoga e historiadora Cléo Fante que demonstrou uma série de resultados dos estudos e programas de combate ao bullying no Brasil. O ano de 2009 foi o que mais houve publicações com o tema, sendo cinco de autores brasileiros e um com tradução para a língua portuguesa.

Para a leitura analítica e interpretativa destes livros, utilizamos os aspectos teóricos da hermenêutica filosófica, sob a orientação de que a compreensão de algo é a própria interpretação. A hermenêutica admite que é necessário reconhecer o engajamento dos sujeitos, pois é a partir do diálogo de suas concepções com aquilo que tenta entender que a compreensão é negociada. Não existe um significado objetivo, o qual tentamos alcançar nos distanciando do que somos para assimilá-lo imparcialmente. Nesse sentido, Schwandt (2006) afirma que a compreensão torna-se, em si, uma experiência prática, humana, deixando de ser um movimento em etapas de algo que é assimilado para depois ser aplicado. Mynaio (1996) faz uma análise dos pressupostos metodológicos da hermenêutica para as ciências sociais, que seriam:

> a) o pesquisador tem que aclarar para si mesmo o contexto de seus entrevistados ou dos documentos a serem analisados. Isso é

> importante porque o discurso expressa um saber compartilhado com outros, do ponto de vista moral, cultural e cognitivo. b) O estudioso do texto (o termo texto aqui é considerado no sentido amplo: relato, entrevista, história de vida, biografia etc.) deve supor a respeito de todos os documentos, por mais obscuros que possam parecer à primeira vista, um teor de racionalidade e de responsabilidade que não lhe permite duvidar. O intérprete toma a sério, como sujeito responsável o ator social que está diante dele. c) O pesquisador só pode compreender o conteúdo significativo de um texto quando está em condições de tornar presentes as razões que o autor teria para elaborá-lo. d) Por outro lado, ao mesmo tempo em que o analista busca entender o texto, tem que julgá-lo e tomar posição em relação a ele. Isto é, qualquer intérprete deve assumir determinadas questões que o texto lhe apresenta como problemas não resolvidos. E compenetrar-se do fato de que no labor da interpretação não existe última palavra. e) Toda interpretação bem sucedida é acompanhada pela expectativa de que o autor poderia compartilhar da explicação elaborada se pudesse penetrar também no mundo do pesquisador. Tanto o sujeito que comunica como aquele que o interpreta são marcados pela história, pelo seu tempo, pelo seu grupo. Portanto, o texto reflete esta relação de forma original. (MINAYO, 1996, p. 221-2)

Com base nessa pesquisa bibliográfica, observamos os aspectos que envolvem o uso do termo bullying e como é apresentado o seu conceito entre os autores brasileiros mais citados, selecionando aqueles mais citados no período já estabelecido, ou seja, de 2000 a 2010. Entre eles estão Neto (2004), Fante (2005), Camargo (2009), Maldonado (2009), Pereira (2009), Silva (2010) e Calhau (2010).

Os primeiros livros publicados por autores brasileiros (NETO, 2004; FANTE, 2005), buscaram apresentar os motivos do uso do termo bullying, do conceito utilizado por outros autores e que estaria sendo importado, portanto, para designar um conjunto de conflitos existentes entre alguns alunos de maneira repetida e humilhante para o agredido. Entretanto, mesmo com o processo da universalização do termo bullying defendido por Neto (2004) e Fante (2005), sua importação para o uso em situações de violências físicas e verbais que ocorrem nas escolas brasileiras ainda causam estranhamento e dúvidas. Um dos principais questionamentos feitos por pais, professores e profissionais de várias áreas que se interessaram pelo tema é o como identificar as diferenças entre o que é e o que não é o bullying. Essa é uma dúvida cuja resposta é essencial para os desdobramentos possíveis diante de situações que podem parecer simples brincadeiras, mas que na verdade causam sérios danos psicológicos e sociais para suas vítimas. Vejamos o que os autores que se seguiram afirmaram em seus

livros sobre a abrangência do fenômeno bem como onde seria possível encontrar casos de bullying.

Há aqueles que abordam o termo diretamente ao ambiente escolar ou em conjunto com o ambiente virtual, o chamado cyberbullying (MALDONADO, 2009; CAMARGO, 2009; PEREIRA, 2009; SILVA, 2009). Estas obras possuem o mesmo ano de publicação e abordam o tema de diferentes maneiras, mas sempre voltados para os conflitos e relacionamentos entre os estudantes nas escolas. Exemplo é o livro publicado por Maldonado (2009), que utiliza a ficção para elucidar o tema, contando a história de alunos que são perseguidos por mensagens de texto, fisicamente e em redes sociais. A autora define o bullying utilizando o diálogo entre duas amigas que estudam em escolas diferentes, em que uma delas diz ter participado de uma palestra com uma psicóloga, que definiu o bullying como uma conduta de agressões físicas ou verbais feitas de modo repetitivo com o objetivo de ferir moral e até fisicamente a pessoa escolhida como alvo; e o cyberbullying usa a tecnologia para bombardear a vítima 24 horas por dia, sete dias por semana (MALDONADO, 2009).

Pereira (2009) apresenta uma discussão que não é apresentada nos outros livros publicados neste período. Apesar dessas publicações buscarem a diferenciação do bullying e exporem suas principais características, Pereira (2009), apresenta a diferença entre disciplina, indisciplina e o fenômeno bullying. Para a autora, disciplina estaria relacionada com as regras básicas de convivência e a indisciplina seria percebida como uma fuga dessas regras, uma não obediência, pelo aluno, de regras preestabelecidas, no caso da escola (PEREIRA, 2009). Assim, a indisciplina provoca transtornos disciplinares de fácil solução, já o bullying prejudica o desenvolvimento natural de todos os envolvidos, tanto no emocional como o cognitivo e psicológico.

Silva (2010) faz uma abordagem similar ao que foi apresentada por Maldonado (2009) e Pereira (2009), ou seja, fala do bullying no ambiente escolar. Entretanto, ao apresentar o conceito com que pretende trabalhar em seu livro, afirma que os bullies (agressores) e suas ações são encontrados em qualquer lugar. Para a autora

> Se pararmos para pensar, todos nós já fomos vítimas de um bully em algum momento de nossa vida. Os “valentões” não estão somente nas escolas, eles podem ser encontrados em qualquer segmento da sociedade. Os bullies juvenis também crescem e serão encontrados em versões adultas ou amadurecidas (ou melhor, apodrecidas). No contexto familiar, os bullies crescidos e mais experientes podem ser

> identificados na figura de pais, cônjuges ou irmãos dominadores, manipuladores e perversos, capazes de destruir a saúde física e mental, e a autoestima de seus alvos prediletos. No território profissional, costumam ser chefes ou colegas tiranos, "mascarados" e impiedosos. Suas atitudes agressoras (ou transgressoras) estão configuradas na corrupção, na coação, no uso indevido do dinheiro público, na imprudência arbitrária no trânsito, na negligência com os enfermos, no abuso de poder de lideranças, no sarcasmo de quem se utiliza da "lei da esperteza", no descaso das autoridades, no prazer em ver o outro sofrer... Assim, o termo bullying pode ser adotado para explicar todo tipo de comportamento agressivo, cruel, proposital e sistemático inerente às relações interpessoais. (SILVA, 2010, p. 22)

Após expor sobre os locais em que ocorrem situações de bullying, a autora busca explicar que seu objeto no livro seria o bullying que ocorre no ambiente escolar. Desta maneira, a autora afirma que o bullying não se restringe à escola e está onde há relações interpessoais tais como no trabalho e na família. Esta postura flexível ao que cerne o tema gera ainda mais dúvidas sobre o verdadeiro conceito de bullying no Brasil, pois ele é apresentado como um fenômeno presente em vários lugares e nas diferentes relações entre os indivíduos.

No que diz respeito ao bullying que ocorre na relação familiar, citado por Silva (2010), Segundo (2009) afirmou que o bullying familiar existe e relacionou outros campos de pesquisa ao fenômeno. De acordo com ele, a Síndrome da Alienação Parental (SAP) é o Bullying Familiar ou Bullying nas Relações Familiares, pois, o agressor acaba colocando o filho e o ex-cônjuge em constante estado de tensão, impingindo terrível sofrimento a ambos. Assim o ex-cônjuge e o filho acabam sofrendo muito e ambos tornam-se vítimas desta espécie de Bullying praticada dentro das relações familiares. Agora temos o Bullying Familiar ou Bullying nas Relações Familiares[29]. Entretanto não há uma exposição detalhada do que é o bullying familiar e como o mesmo se diferencia de outras violências que ocorrem dentro do ambiente familiar ou de como o uso do termo melhora o entendimento sobre a situação em que a mãe ou o pai procuram romper os laços afetivos do filho(a) com o outro cônjuge. Ou seja, se levarmos em consideração as características básicas do fenômeno apresentadas anteriormente por Farrington (1993) e por Rigby (2006), a Síndrome de Alienação

[29] Disponível em http://www.jusbrasil.com.br/noticias/1983425/sindrome-da-alienacao-parental-o-bullying-nas-relacoes-familiares-luiz-carlos-furquim-vieira-segundo Acesso em 14/06/2011.

Parental (SAP) proposto por Richard Gardner, em 1985, não é contemplada ao se usar o termo bullying para descrevê-la.

Podemos observar que tanto Segundo (2009) como Silva (2010) abordam o bullying como situações presentes em vários lugares e nos trazem uma série de dúvidas. Afinal, é necessário o uso do termo bullying para designar a violência que ocorre dentro das relações familiares ou para indicar situações de humilhação e tortura cometidas contra crianças em suas residências? Não existem conceitos e termos específicos que já descrevem tais situações no Brasil?

Esse tipo de abordagem, situando o bullying nas relações familiares, invadem ainda outros campos de estudos como os de violência doméstica e violência intrafamiliar. Se tratando dos estudos sobre o primeiro termo, Balista et *al. (*2004) afirma que a violência doméstica é aquela praticada dentro do lar e ocorre em meio às interações pai/mãe/filho, não podendo ser tratada como algo trivial, pois se trata de algo destrutivo e que permeia a dinâmica familiar, podendo atingir crianças, mulheres e adolescentes de diferentes níveis socioculturais.

A respeito disso, Pereira (2001) refere-se a um documento do Ministério da Saúde que considera a violência doméstica contra crianças e adolescentes como

> uma violência interpessoal e intersubjetiva; um abuso do poder disciplinar e coercitivo dos pais e responsáveis; uma negação dos valores humanos fundamentais como a vida, a liberdade e a segurança e violação dos direitos essenciais da criança e do adolescente; redução da vítima à condição de objeto de maus tratos; pode prolongar-se por meses e anos, pois como pertence à esfera do privado reveste-se do sigilo. (BRASIL, 1993 *apud* PEREIRA, 2001, p. 98).

Já a violência intrafamiliar se difere do conceito de violência doméstica por incluir “os outros membros do grupo, sem função parental, que convivem no espaço doméstico” (BRASIL, 2002, p. 15). Numa situação de violência intrafamiliar há elementos associados à criança, à relação do casal, ao idoso e à deficiência. De acordo com Brasil (2002), a família se configura como um grupo de pessoas com vínculos afetivos, de consanguinidade ou de convivência e que tem como principal função a socialização de seus membros. Essa função é exercida num contexto dinâmico de organização e de relação e poder, onde encontramos a distribuição desigual de autoridade e poder entre os membros da família, ambiente de intenso estresse, com dificuldade de diálogo e descontrole de agressividade e com pobre interação social.

Nota-se que os elementos que configuram tanto a violência doméstica quanto a violência intrafamiliar se confundem aos elementos apresentados para identificação de casos de bullying. Entretanto, não há a necessidade de apresentar nova nomenclatura para identificá-las, pois ambas se diferem por seus personagens e abrangência. Ao tentar apresentar outro termo, diante de esforços dos estudiosos que se debruçam sobre a violência doméstica e violência intrafamiliar, nota-se que há o risco de desvalorizar os trabalhos feitos na tentativa de conceituar, definir e diferenciar tais campos. Apresentar o termo bullying para explicar todos os atos de agressões que ocorrem nas interações entre mais distintos sujeitos e membros de uma determinada família poderá prejudicar também os esforços desprendidos por estudiosos de todo o mundo para alertar a sobre as consequências graves que os envolvidos com o fenômeno em ambiente escolar podem sofrer.

Outro livro que apresenta informações que merecem reflexão é o apresentado por Calhau (2009). Para o autor, além do bullying escolar, temos o bullying no trabalho, o bullying homofóbico e o bullying militar. O bullying no trabalho seria o mesmo que o assédio moral como é entendido em nossa cultura. Para o autor, é nesse ambiente que passamos a maior parte de nossas vidas e nos relacionamos com os mais variados indivíduos e o bullying seria um fator de desequilíbrio entre um ambiente benéfico e um ambiente que prejudique a saúde do trabalhador.

A abordagem do autor gera dúvidas em virtude da maneira confusa com que apresenta suas afirmativas, pois não estabelece a importância do uso do termo bullying em detrimento do já conhecido assédio moral. Pelo contrário, afirma que assédio moral e bullying se referem às mesmas situações no ambiente de trabalho.

> Nesse contexto de exploração do trabalhador, de exaurimento de toda capacidade produtiva do funcionário, infelizmente um dos problemas que tem se reproduzido com frequência é o de *assédio moral*. Algumas pessoas não respeitam os colegas e o tratam de forma inadequada e desonrosa com atos repetitivos no ambiente de trabalho com o intuito de humilhá-lo ou até provocar a demissão voluntária do mesmo. O assédio moral no ambiente de trabalho é conhecido como *workplacebullying*, *mobbing*, ou, apenas como *bullying* no ambiente de trabalho. (CALHAU, 2009, p. 46)

Calhau (2009) não justifica o uso do termo bullying no trabalho e não expõe de que maneira o novo termo em inglês ajudaria a combater o fenômeno da violência que ocorre entre funcionários de uma determinada empresa, o chamado assédio moral. Usar o termo bullying não se apresenta como um equívoco, mas também não configura um

benefício para o combate ao assédio moral. Assim como o bullying, o assédio moral não é um fenômeno novo, sendo tão antigo quanto o trabalho. Entretanto, os estudos sobre suas consequências são recentes no Brasil, sendo mais divulgada em virtude das pesquisas realizadas pela Dra. Margarida Barreto em 2000 e após publicação do livro de Marie France Hirigoyen, *Harcèlement Moral: la violence perverse au quotidien*[30].

Como podemos perceber a história do bullying e do assédio moral no Brasil se confundem e começam a fazer parte de nosso cotidiano há pouco tempo. Atualmente existem mais de 80 projetos de lei aprovados em diversos Estados brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia e Pernambuco. Segundo o site AssedioMoral.Org, o assédio moral

> é a exposição dos trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções, sendo mais comuns em relações hierárquicas autoritárias e assimétricas, em que predominam condutas negativas, relações desumanas e aéticas de longa duração, de um ou mais chefes dirigida a um ou mais subordinado(s), desestabilizando a relação da vítima com o ambiente de trabalho e a organização, forçando-o a desistir do emprego. Caracteriza-se pela degradação deliberada das condições de trabalho em que prevalecem atitudes e condutas negativas dos chefes em relação a seus subordinados, constituindo uma experiência subjetiva que acarreta prejuízos práticos e emocionais para o trabalhador e a organização. A vítima escolhida é isolada do grupo sem explicações, passando a ser hostilizada, ridicularizada, inferiorizada, culpabilizada e desacreditada diante dos pares. Estes, por medo do desemprego e a vergonha de serem também humilhados associado ao estímulo constante à competitividade, rompem os laços afetivos com a vítima e, frequentemente, reproduzem e reatualizam ações e atos do agressor no ambiente de trabalho, instaurando o 'pacto da tolerância e do silêncio' no coletivo, enquanto a vitima vai gradativamente se desestabilizando e fragilizando, 'perdendo' sua autoestima. (AssedioMoral.org[31])

Embora estes fenômenos tenham sido alvo de pesquisas no Brasil há pouco tempo, não podemos simplesmente equipará-los e ainda importar termos de outras línguas ao nosso cotidiano sem as devidas restrições e observações. Percebemos que as características do assédio moral já estão bem definidas assim como suas consequências. Incorporar o termo bullying a este fenômeno não trás novidades ou complementa os

[30] O livro foi traduzido pela Editora Bertrand Brasil, com o título Assédio moral: a violência perversa no cotidiano.
[31] Disponível em http://www.assediomoral.org/spip.php?article1 Acesso em 11/06/2012.

estudos que vem sendo realizados a partir do ano 2000 sobre o fenômeno que ocorre entre trabalhadores. Faz-se necessário o cuidado com o conceito empregado e a distancia com o objeto que se quer representar, pois maior será o perigo do conceito ser mal compreendido (MENDONÇA, 1983).

Já o bullying homofóbico (CALHAU, 2009) é citado como uma atitude de preconceito e intolerância em relação aos homossexuais. O termo se confunde com o de homofobia e a forma com que é apresentado não nos trás os princípios básicos que caracterizam o bullying. Um dos exemplos apresentados pelo autor é o de dois homens que passeavam de mãos dadas no centro de São Paulo (SP), em 2000, quando foram surpreendidos por um grupo de *skinheads* que queriam agredi-los. Um deles conseguiu escapar, mas o outro foi agredido por socos (com instrumento chamado soco-inglês) e chutes até a morte. Eles foram vítimas de bullying homofóbico (CALHAU, 2009, p. 55). Aqui não está apresentado uma das principais características do bullying: a repetição.

Segundo o Centro de Referência GLBT de Combate a Homofobia (CRCH-MT)[32], localizado no Estado do Mato Grosso, a homofobia é o medo, a aversão ou o ódio irracional aos homossexuais, àqueles que têm atração afetiva e sexual por pessoas do mesmo sexo. É a causa principal da discriminação e violência contra gays, lésbicas, travestis, transexuais, bissexuais e transgêneros (GLBT). A homofobia pode ser expressa de modo velado através de atitudes e comportamentos preconceituosos, e envolve a discriminação, por exemplo, na relação de um emprego, locação de imóveis, escolas, etc. A atitude homofóbica inevitavelmente leva à injustiça e à exclusão e, à exclusão social de quem a sofre. Calhau (2009) novamente não argumenta de que maneira o uso do termo bullying homofóbicos contribui para os estudos sobre a homofobia e nem apresenta as diferenças existentes entre os termos. Em seu texto fica evidente que os termos bullying homofóbico e homofobia são sinônimos. Portanto, o uso do termo bullying para designar os conflitos existentes na homofobia não é necessário.

O bullying militar (CALHAU, 2009) é configurado pelas práticas violentas, bizarras e perigosas existentes entre recrutas e oficiais do serviço militar em todo o mundo. O termo é apresentado pelo autor de forma coerente e com argumentos

[32] Dosponível em http://www.seguranca.mt.gov.br/centroglbt.php?IDCategoria=896 Acesso em 16/06/2011.

baseados em decisões judiciais e exemplos do termo em outros países. O serviço militar, grosso modo, se apresenta como um ambiente escolar, em que seus alunos aprendem técnicas e táticas de guerra, o uso de armamentos e o autocontrole diante de situações de estresse. O argumento mais usado para os treinamentos cruéis aos quais são submetidos os soldados é o de prepará-los para situações de guerra e possível tortura por inimigos. Entretanto, essas organizações militares apresentam regimes jurídicos próprios em que a hierarquia e a disciplina possuem o papel importante para a manutenção do sistema.

É diante desta hierarquia e do fato de que o serviço militar é visto como um trabalho que fica a dúvida da importância de usar o termo bullying e não o de assédio moral nessas situações. Como vimos o assédio moral está presente no ambiente de trabalho e se configura como perseguições, calúnias, constrangimentos e situações que incitam a saída do trabalhador por conta própria. Ora, o que mais são os trotes e agressões proferidas por oficiais de patentes superiores sobre seus subordinados se não uma forma de levá-los aos seus limites físicos e psicológicos, proporcionando a vontade do mesmo de desistir do serviço militar e promover sua saída? Tais atitudes se enquadram em situações de assédio moral, sexual e abuso de poder.

Observamos que os autores buscam uma flexibilidade exagerada no que tange à definição do termo, deixando espaço para que seja usado para designar diversas situações, mas esta situação não é exclusividade dos pesquisadores brasileiros. Middelton-Moz & Zawadski (2007) abordam o bullying nas escolas, no local de trabalho e até mesmo em relacionamentos. Entretanto, o termo em inglês sempre foi usado desta maneira, assim, para diferenciar o bullying se faz necessário expressar os locais em que os eventos aconteceram. São estas expressões que estão dificultando o entendimento do fenômeno no Brasil, sendo usado por alguns autores brasileiros em situações já bem definidas na língua portuguesa, tais como o assédio moral, a violência doméstica e maus tratos.

Observamos ainda que entre as publicações brasileiras sobre o tema não houve um direcionamento para o real entendimento do fenômeno. Vimos que alguns autores citam o bullying como algo comum às relações humanas em todo o seu período de vida e em todos os lugares em que ocorrem estas sociabilizações (SILVA, 2010; CALHAU, 2010).

Esta generalização do fenômeno vem prejudicando seu entendimento entre educadores, gestores, pais, alunos e demais interessados e promovendo sua banalização entre a população brasileira, sobretudo com o advento do uso das redes sociais na internet, como o Twitter, FaceBook e Orkut (MALMANN, 2011). Isso se deve principalmente à dificuldade de diagnosticar o fenômeno no ambiente escolar e por apresentar características semelhantes a outros fenômenos de violência que ocorrem em lugares diferentes da escola, como na família, no local de trabalho, no trânsito, ou ainda por situações de discriminação e preconceito. Usar o termo nestas condições transforma o trabalho de pesquisadores que se dedicaram para trazer à luz estes tipos de violência como inexpressíveis, como desnecessários. O uso do termo bullying se torna banal, sem causa, sem efeito. Veremos, a seguir, como isso ocorre entre a população brasileira.

3.4 As redes sociais e o uso do termo bullying na internet

Novamente vamos retomar um trecho do prólogo deste trabalho por considerar importante para a discussão que se segue.

> No dia seguinte já havia milhares de acessos aos vídeos publicados em sites e blogs que divulgavam o assunto. O termo bullying começa a ser dito em várias reportagens. O atirador teria sido uma vítima deste fenômeno? O que é o bullying? O que ele fez é bullying? Alguns especialistas começam a levantar um perfil de Wellington e já descobrem que ele sofreu bullying na escola e que sofria de problemas psicológicos. Pessoas começam a buscar culpados e indicam as armas das ruas, a internet, insanidade mental, falta de segurança nas escolas. Teve até quem comentasse numa rede social que de alguma forma aquelas crianças mereceram o ocorrido.

Como já observamos, o termo bullying foi importado devido à dificuldade de encontrar palavras similares na língua portuguesa e a maneira como o conceito é utilizado atualmente gera uma série de equívocos e sua banalização. Afinal, agora tudo é bullying?

Para discutirmos isso vamos usar alguns exemplos encontrados nas redes sociais com a tag[33] "#bullying". Entendemos que a internet, bem como suas redes sociais,

[33] Uma tag, ou em português etiqueta, é uma palavra-chave (relevante) ou termo associado com uma informação (ex: uma imagem, um artigo, um vídeo) que o descreve e permite uma classificação da informação baseada em palavras-chave.

oferece um bom retrato do que pensam seus usuários, por configurar um espaço de interatividade e aumentar a sensação de segurança pelo falso estado de anonimato. Lévy (1999) afirma que esta interatividade acarreta em diversos problemas de veracidade e qualidade da informação que é transmitida no Ciberespaço, que é o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores (LÉVY, 1999). Segundo o autor a perspectiva da digitalização geral das informações provavelmente tornará o ciberespaço o principal canal de comunicação e suporte de memória da humanidade a partir do início do próximo século.

A todo instante há novas conexões acontecendo entre os indivíduos, novas informações são transmitidas na rede, tornando os indivíduos, simultaneamente, receptores e emissores, consumidores e produtores de informações. É preciso que as ideias sejam vistas como importante e isso só ocorre quando as pessoas pensam em conjunto. Para que isso ocorra é necessária a produção do capital técnico, cultural e social – a produção do capital técnico gera a possibilidade para a disseminação do capital social que irá criar o capital intelectual, que passam a se de domínio público. Esse capital, enfim, é o núcleo de toda a inteligência coletiva (PERRET, 2002).

Ao descrever as falas de Lévy, durante palestra no Serviço Social do Comércio (SESC) da Vila Mariana em São Paulo, em agosto de 2002, Perret (2002) cita a relação bidirecional entre a população e as ideias.

> Enfim, a teoria do pesquisador pode ser resumida na sua chamada *ecologia das ideias*, isto é, a relação bidirecional – e algo darwiniana – entre a população e as ideias. Se as pessoas (não) ajudam a reprodução de conhecimento, este lhe será totalmente (des)favorável. De outro modo, se as ideias (des)favoráveis são mantidas e disseminadas, a população (não) se reproduz. O papel da internet é fundamental para o funcionamento desse sistema. “O Ciberespaço é a principal fonte para a criação coletiva de ideias, de forma que elas sejam usadas para o bem de todos, através da cooperação intelectual”, conclui Lévy, após 90 minutos de palestra. (PERRET, 2002, s/p)

Segundo Lévy (1999), a organização da humanidade será menos formal e tenderá a valorizar o aprendizado cooperativo, o aprender em conjunto, a inteligência coletiva. A Internet, neste sentido, desempenha um papel fundamental para a democratização do conhecimento e, consequentemente, na emancipação do ser humano. Segundo o filósofo francês, as informações da rede mundial nos transmite a sensação de segundo dilúvio, impossibilitando o abraçar do todo e a definição do essencial.

O ciberespaço, em especial as redes sociais, são fontes fluidas de informações repassadas constantemente e rapidamente entre os indivíduos. Nunca se sabe se as informações compartilhadas e/ou publicadas em redes sociais ou blogs são verdadeiras. No que concerne ao termo bullying, bem como suas consequências, podemos perceber que há o uso desmedido do termo, o que dificulta o entendimento de suas verdadeiras consequências. A banalização é o resultado mais visível atualmente. Vejamos o exemplo a seguir:

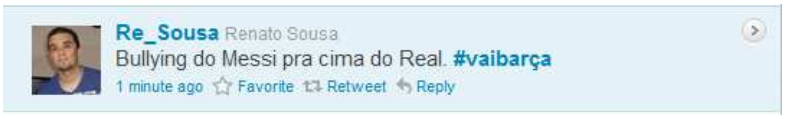


Este é um *Print Screem*[34] retirado da rede social Twitter em junho de 2011. Observe como a tag #bullying foi utilizada por estes membros. O primeiro internauta faz uso do termo para designar conflitos amorosos existentes entre personagens de novelas. Este usuário possuía 564.312 seguidores no dia em que enviou este recado e foi "retwitado", ou seja, repassado, por mais de 1000 usuários. Isso significa que milhares de pessoas viram o termo bullying sendo utilizado para abordar outro assunto e não para falar especificamente sobre violência no ambiente escolar. Já o segundo internauta, com 391 seguidores, utiliza a tag se referindo à situação constrangedora pela qual um garoto passou ao ser mostrado numa emissora de televisão. E o terceiro, com 1.402 seguidores, dispõe sua insatisfação de estar solteiro no dia dos namorados dizendo que esta é uma situação de bullying.

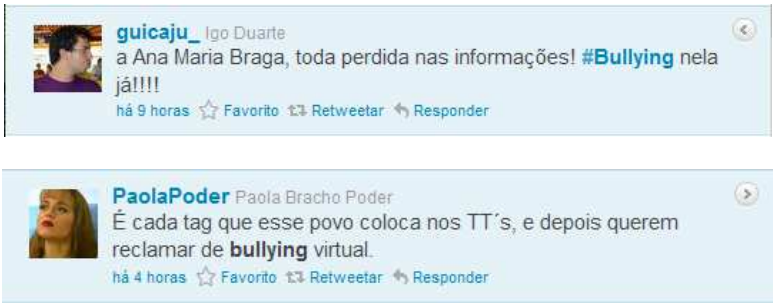
Para muitos essa situação pode parecer brincadeira. Trata-se apenas de usar o termo com humor. Mas observando mais de perto podemos perceber que este é o efeito do uso desmedido do termo e sua vinculação a várias outras formas de violência. Para

[34] O Print Screen é uma tecla comum nos teclados de computador. No sistema operacional Windows, quando a tecla é pressionada captura em forma de imagem tudo o que está presente na tela (exceto o ponteiro do mouse e vídeos).

muitos o uso do termo bullying se torna normal a tal ponto que se um grande jogador de futebol driblar seu adversário pode ser chamado de bullying.



Outros ainda incentivam sua prática. Um internauta ao se irritar com uma jornalista que não usa as informações, segundo ele, de maneira correta, incentiva a prática do bullying contra ela. Uma mulher afirma que não suporta mais o que outras pessoas dizem no twitter. Sua perspectiva é de que todos que, segundo ela, não fazem uso da rede da maneira correta, merecem sofrer bullying virtual. Esse é um problema na luta contra o bullying. O torna como algo natural e comum quando se está diante de alguma frustação ou de erros cometidos por outras pessoas.



A vinculação do termo a outras práticas foi notícia nacional em abril de 2011, quando o Senador Roberto Requião (PMDB/PR) afirmou que as seguidas indagações feitas pela imprensa sobre sua pensão como ex-governador do Estado do Paraná era bullying da imprensa. Mais um uso para o termo: Bullying Jornalístico. Em discurso reproduzido em seu site. Requião: "é um momento correto para resolvermos esse problema e acabarmos com o abuso, com esse verdadeiro bullying que sofremos, nós, os brasileiros, parlamentares ou não, nas mãos de uma imprensa, muitas vezes, absolutamente provocadora e irresponsável"[35]. E diante deste fato, muitos brasileiros acharam que o mesmo estava errado em sua afirmação, mas não porque isso não se configurava bullying, mas sim porque aquele era o trabalho do jornalista. Para Lemos

[35] Disponível em http://www.robertorequiao.com.br/site/Requiao-comenta-na-Tribuna-do-Senado-sobre-incidente-com-reporter-da-Band Acesso em 16/06/2011.

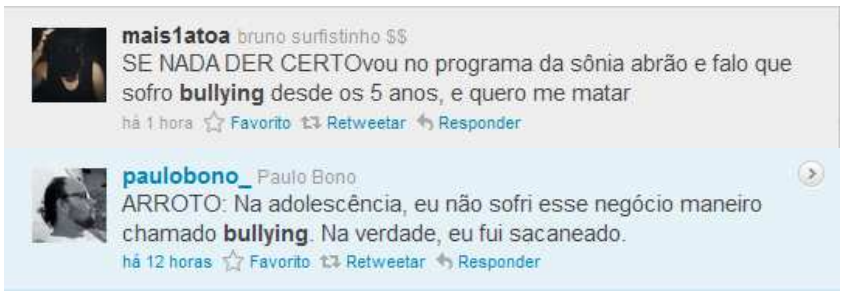
(2011) o senador deveria ter evitado o confronto e consequentemente a tentativa de bullying[36].

> Falta ao ex-governador a compreensão da desproporção de seu gesto, que traduz bem mais do que mera impaciência. Faltou ao brilhante senador e político a altivez de sempre, de quem, tendo respondido às perguntas do jornalista, desse o assunto por vencido, e nada mais, como acontece diariamente no Congresso, em nove de cada dez entrevistas, neutralizando assim qualquer suposta tentativa de "bullying". (LEMOS, 2011, s/p).

O termo ainda passa a ser utilizado por internautas para justificarem suas perseguições contra fãs de grupos ou estilos musicais diferentes, contra pessoas que escrevem com erros gramaticais ou somente obesos. Discutir se o bullying é justo ou injusto nestas situações não é necessário.



Esses são apenas alguns exemplos de que a exposição exagerada do termo bullying vinculado a situações do cotidiano do indivíduo brasileiro o banaliza ao ponto de torna-lo natural ou como algo “maneiro”, legal. Situações de desrespeito, intolerância e preconceito são encaradas como normais e quando alguma vítima vem a público falar sobre seu sofrimento pode ser encarado como oportunista. E mais, pode-se usar o bullying para justificar seus erros e sair de situações de acusação criminal ou para desvirtuar até mesmo um assassinato.



[36] Lemos, Christina. Requião e o bullying na imprensa. 27/04/2011. Disponível em http://noticias.r7.com/blogs/christina-lemos/2011/04/27/requiao-e-o-bullying-da-imprensa Acesso em 16/06/2011.



Como podemos observar o termo bullying ainda gera muitas dúvidas entre os pesquisadores e entre a população não é diferente. E é justamente diante destas dúvidas que o bullying vem sendo utilizado para designar todo e qualquer conflito. É claro que o mesmo continua sendo notícia em casos de violência no ambiente escolar. Entretanto, muitas vezes estão utilizando o termo para falar de atos infracionais, indisciplina e acidentes que ocorrem dentro da escola. Pais, imaginando já conhecerem o fenômeno vão até a escola e comunicam a imprensa de que seu filho é vítima de bullying sem se ter a noção detalhada do que realmente aconteceu.

Portanto, ao observar o fenômeno, podemos perceber que são vários os exemplos de informações repassados na internet sobre o fenômeno bullying de maneiras equivocadas.

> Um exemplo de tweet que divulga o termo bullying de maneira equivocada foi o que continha o link para a matéria divulgada pela repórter Lina Moscovso com o título "Adolescente é vítima de bullying na escola". Nela a repórter descreve que uma garota de 13 anos foi agredida por outra aluna, de 16 anos, dentro da escola. Durante a matéria a mãe e a escola encara a situação como uma agressão isolada, motivada por um esbarrão. Não ficou claro a repetição dos atos de agressão. Nota-se, portanto, que o termo bullying foi utilizado como um "chamativo" para a matéria, estratégia usada por muitos profissionais da mídia para aumentar a audiência de suas notícias. Outro exemplo é a matéria escrita por Thayanne Magalhães com o título "Bullying na escola: criança de 9 anos sofre traumatismo craniano"[37]. Neste caso ouve um empurrão durante uma brincadeira de "pique-pega" e o garoto de nove anos caiu e bateu a cabeça contra um banco de concreto. O que pesou sobre o aluno que o empurrou para ser chamado de agressor foi o fato do mesmo ser indisciplinado e nada mais. Novamente a repetição e a

[37] Disponível em http://primeiraedicao.com.br/noticia/2011/06/09/bullying-na-escola-crianca-de-9-anos-sofre-traumatismos-craniano Acesso em 16/06/2011.

> intencionalidade, caraterísticas básicas para a configuração do bullying, não foram apresentadas. (MALMANN, 2011).

Outro caso interessante que circula pelas redes sociais é o de "bullying animal" sofrido por um porco-espinho que, por não desenvolver seus espinhos, estava sendo rejeitado por seus semelhantes[38]. Segundo os especialistas, Beth, como a chamam, não pode voltar para a natureza por não possuir seu mecanismo de defesa. Essa é mais uma estratégia usada para aumentar a audiência de blogs e sites de notícias com o termo da moda.

Diante dessa exposição exagerado do termo e de seu uso para qualquer situação, alguns cartunistas e humoristas aproveitam para satirizar o termo e suas consequências. Exemplo de uma destas sátiras é a que foi apresentada pelo jornalista Ciro Gonçalves, que criou uma descrição, como um dicionário, para o termo bullying respondendo a seguinte pergunta: Existe uma palavra em português para bullying? Segundo ele o termo bullying seria uma palavra que a língua portuguesa, e a mentalidade "colona", não permitem tradução adequada. Deriva do verbo bulinagem e teriam as seguintes utilidades:

> **1.** Desculpa nº 1 dos psicólogos e pedagogos para seus filhos cagões;
>
> **2.** Termo usado para definir quem bate e quem apanha na escola; Se o menino apanhar de uma menina vide *maricas*;
>
> **3.** Luta de classes ou séries; Ato hostil e dominador dos fortões da escola (detentores do poder) em relação aos fracotes (detentores das melhores notas e tarefas-de-casa devidamente respondidas) *apud O ~~Pequeno~~ Príncipe ~~Marxista~~*;
>
> **4.** Fortões que são excluídos por excluírem os outros (por trás de músculos torneados também bate um coração)[39].

São postagens como esta que descaracterizam o fenômeno e, principalmente, banalizam suas trágicas consequências. Não estamos contra o humor ou contra os humoristas, afinal, o Brasil é um país onde o ato de humorizar é comum. Mas bullying é coisa séria. Não devemos nos colocar como meros espectadores passivos, sem sentimentos. Devemos nos colocar na pele daquele que sofre, por vários dias, meses ou

[38] Disponível em http://noticias.r7.com/esquisitices/noticias/porco-espinho-sofre-bullying-por-nao-ter-espinho-20110606.html Acesso em 27/01/2012.

[39] Disponível em http://cireca.blogspot.com/2011/04/grande-dicionario-ilustrado-do-cireca.html?spref=tw Acesso em 16/06/2012

anos, com ataques físicos e verbais sem explicações. Não podemos achar que a vítima é uma criança “cagona”, ou que estudar e apreender o que é estudado se torna um sinal de fraqueza.

Observamos que o termo bullying tem sido visto como brincadeira, sem grandes consequências, ou agressão necessária para aqueles que não sabem jogar bola, não sabem entrevistar, escolhem estilos musicais ou simplesmente por que são diferentes. As redes sociais acabam por divulgar o termo de maneira equivocada, fazendo menção a situações que não são classificadas como bullying. Estas ações geram ainda mais dúvidas a respeito do conceito do bullying, principalmente quando notícias são divulgadas como sendo situações de bullying, mas na verdade são acidentes ou atos de indisciplina, que não apresentam as características básicas inerentes ao fenômeno.

3.4.1 De vítima a agressor: quando um herói se torna o vilão.

O que dizer do caso de Casey Haynes, um adolescente australiano que ficou conhecido como o “vingador” das vítimas de bullying? No vídeo publicado no YouTube.com[40], o jovem está sendo agredido fisicamente por um colega de escola, cercado por outros estudantes. O que fez esse vídeo ser um viral quase instantâneo? Casey revidou ao ataque e jogou seu agressor ao chão, sendo comparado a um personagem de jogos de vídeo game, Zangief. Graças a esse vídeo, Casey Haynes virou um herói para outras vítimas de bullying espalhadas pelo mundo, sendo o garoto que enfrentou um agressor e venceu. Ao visualizarmos as descrições do vídeo no Youtube, bem como alguns comentários sobre o mesmo, observamos que o ato violento não só foi aceito, como existiu uma perseguição ao seu agressor, o adolescente Richard Gale.

As vítimas podem ser ainda mais cruéis, pois enviaram inúmeras mensagens ofensivas ao agressor. Vejamos uma descrição do vídeo publicado pelo usuário @reginaldoalves em 21/03/2011[41]:

[40] YouTube é um site, pertencente à empresa Google Inc, que permite que seus usuários carreguem e compartilhem vídeos em formato digital.

[41] Disponível em http://youtu.be/6r23jIeb_Q8 Acesso em 20/05/2012.

> A maioria de vocês com certeza já deve ter visto o vídeo viral do jovem Casey Heynes, um estudante australiano que também ficou conhecido na rede como "o pequeno Zangief", após se defender de bullying nos corredores de seu colégio. Após levar uma série de socos de um pequeno valentão, Casey perdeu a paciência e revidou, erguendo seu agressor e o arremessando ao chão com toda a força, se transformando assim no ídolo de todos os que já foram e ainda são vítimas de humilhações e agressões nas escolas. O vídeo se espalhou pela internet numa velocidade absurda e se tornou viral quase que no mesmo dia do acontecido. Desde então o jovem Casey tem recebido mensagens de apoio de todas as partes do mundo, de pessoas de todas as idades lhe dizendo o quanto se sentiram vingadas pelo seu ato corajoso e lhe dando razão por ter feito o que fez. Sou uma dessas pessoas. Quando vi o vídeo pela primeira vez eu já entrei em êxtase, pois também fui vítima de bullying na infância, chegando a sofrer agressões simplesmente por saber desenhar bem ou por ser quieto demais. Chegaram a colar um papel de "chute-me" em minhas costas sem que eu percebesse, para depois durante o intervalo eu ser chutado por várias pessoas sem nem mesmo saber o por que. Então eu sei, só quem sofre disso sabe o quanto é doloroso e humilhante passar por bullying. É o tipo de coisa que deixa marcas em você pelo resto da vida e que te faz perder a fé nas pessoas.

O usuário @reginaldoalves descreve seu sentimento de êxtase ao ver o vídeo, pois se lembrou de todo o sofrimento que já sofreu na escola. Entretanto, este sentimento de êxtase foi demonstrado de maneiras ainda mais cruéis por outros indivíduos espalhados na rede. Alguns comentários nesta mesma postagem mostra como o sentimento violento está ainda relacionado com o fato, gerando um ciclo ainda maior de violência. O que era local, entre os muros daquela escola, se tornou mundial, sem fronteiras e todos estão prontos para defender seus sentimentos extasiados, com uma violência ainda mais cruel. Para alguns usuários:

- “Parabéns casey, vai fundo e mete a porrada deste verme!” (*sic*)
- “Esse mlk devia ter morrido e depois ir para o inferno sofrer coisas piores do que bullyng” (*sic*)
- “Esse muleke magrelo metido divia ter morrido naquele dia.” (*sic*)
- “Herói ou não eu não sei. mas que este menino deveria ter catado aquele filho da puta e jogado ele com a costela no chão para ficar em coma por no mínimo uns 2 meses. ah isso deveria. mas meus parabéns” (*sic*)

Ao publicar outro vídeo deste fato, o usuário @RDLacerda em 21/03/2011[42], comenta em sua descrição que já estava na hora de alguém agredir um agressor, com o outro lado da moeda.

> Com tanta gente falando sobre Bullying, sobre as vítimas e os traumas, já tava na hora de mostrar o outro lado da moeda. Alguém dando uma lição no agressor. Note que o moleque que provoca é um mirrado moleque que só vai pra cima do menino com compleição física de gordura corporal elevada (novo nome pra gordo) porque atrás dele tem outros o protegendo.

E os comentários não foram diferentes do que foi visto no outro vídeo.

- "Quem sentiu prazer pra kralho em ver o magrelo apanhar da um joinha!!" (*sic*)
- "pq n quebro a perna kkk" (*sic*)
- "O magrelo abusado teve o q ele procurou, o gordinho estava mais do que certo.... amei o video..." (*sic*)
- "karaio q vontade de bate nakele puto magricela !" (*sic*)
- "Parece que ele saiu do stret figther!!! zangief YOU WIN!!!!! KKKKKKKKKKK" (*sic*)
- "merecido se lom tiene ese pelana flaco de mierda que anda molestando a niños tranquilos esta bien lo que izo pa que aprenda a respetar" (*sic*)
- "é isso memo gordinho temque quebrar esses filhos da puta ai bando de covardes se tivesse nessa cena eu ajudava o gordinho a arregaça esse arrombados" (*sic*)
- "era para o gordinho quebra era teu pescoço filho de uma cachorra velha ho que bom a tua taka que pena que foi pouca" (*sic*)
- "eu tinha que ta la ia mete o sarrafo nesse magrin" (*sic*)

Em entrevista concedida a rede *Cable News Network* (CNN)[43], Richard Gale comentou o que ocorreu e se mostrou confuso ao demostrar seu arrependimento pelo o que ocorreu. Diferente da história contada por Casey, Richard afirmou que na verdade ele sempre foi a vítima de bullying, sendo Casey o seu agressor. Para seu pai, Peter

[42] Disponível em http://youtu.be/16Vh1fNzS-E Acesso em 20/05/2012.

[43] Disponível em http://youtu.be/EqN-l9478JU Acesso em 18/05/2012.

Gale, que cuida sozinho do filho, o que ele fez foi errado, mas acredita que há mais naquela briga do que foi apresentada no vídeo e se diz preocupado com o que é dito na internet sobre sua família, e faz um pedido para que as pessoas cessem com aqueles comentários, pois seu filho já havia sofrido o bastante.

Durante a entrevista, o jornalista James Thomas pergunta a Richard se ele se sentia arrependido por ter agredido Casey. Sua resposta foi rápida e negativa, porém, após olhar para seu pai, que estava fora do vídeo, ele muda de ideia rapidamente, colocando uma das mãos sobre seus olhos e dizendo sim. Diante desta postura, a entrevista que seria para amenizar as coisas para a família Gale serviu para aumentar ainda mais os comentários sobre o episódio. Milhares de pessoas comentaram de maneira violenta contra o arrependimento e lágrimas do agressor vencido por sua vítima. Para muitos, o choro apresentado durante a entrevista foi um ato mentiroso. Casey foi vítima de um agressor enquanto Richard foi vítima de milhões de agressores espalhados por todo o mundo.

Tanto o uso do termo bullying como suas consequências estão sendo banalizadas e, com o advento da internet e do uso das redes sociais, temos a propagação destes equívocos de forma extremamente rápida. O ato de violência não pode ser combatido com mais violência, ou ter estas ideias propagadas no ciberespaço. Como observamos, a internet pode produzir heróis e vilões de maneira avassaladora, sendo que as agressões são potencializadas, pois o número de agressores é muito maior que numa relação no ambiente escolar. No caso de Casey, as vítimas se tornaram agressores, heróis se transformaram em vilões.

Observamos que o termo bullying tem sido usado para designar diferentes formas de violência e muitas pessoas o utilizam sem moderação, sem um direcionamento para o seu verdadeiro significado. Podemos perceber que o termo não possui credibilidade e sua banalização é evidente, mesmo diante do esforço de vários estudiosos, profissionais da área da saúde, educação e ciências sociais na tentativa de reduzir os índices do fenômeno. Em breve não poderemos nos surpreender com livros que levam em seus títulos os termos bullying animal, bullying jornalístico, bullying entre casais (matrimonial) ou outros “bullyings” que a criatividade do brasileiro for capaz de produzir. Todos perdem nesse processo pelo qual passa o termo bullying no Brasil e seu combate poderá ser visto como descartável, sem importância.

3.5 O fenômeno bullying no Brasil: um novo olhar

Diante dos dados apresentados até o momento, concordamos com Fischer (2010) quando se refere à dificuldade de diferenciar o fenômeno bullying de outras formas de violência às quais estão expostos os alunos no ambiente escolar, mesmo com a apresentação de várias características próprias do fenômeno. Isso ocorre por sua complexidade, por apresentar similaridades com a indisciplina, com atos infracionais, ou brincadeiras, que podem mascarar o real efeito do fenômeno sobre todos os envolvidos, e ainda por ser apresentado com o termo em inglês.

Nesta perspectiva há autores que não utilizam o termo em inglês bullying, adotando outras formas de nomear o fenômeno. Como exemplo, podemos citar o termo "bulismo" usado por Munarin (2007) para relatar o fenômeno numa escola pública da Diretoria de Ensino de Birigui, em São Paulo. O autor não apresenta um relato justificando o uso do termo bulismo em detrimento do termo original e conceitua o bulismo usando como referência Fante (2005), sem comentar que a autora usa o termo em inglês bullying. Este é um grande problema, pois oferece um novo termo sem apresentar benefícios para seu entendimento ou justificativas para a mudança do termo, ainda mais diante de tantos outros pesquisadores que relatam a dificuldade em traduzir o termo para o português.

Outro exemplo é o apresentado por Macedo (2011) quando apresenta o termo "bulimento". O autor oferece uma discussão a respeito do anglicismo por trás do termo bullying, apresentando o termo já existente em português para o mesmo problema, tendo como referencia o verbo bulir. Segundo o dicionário Houaiss, o verbo bulir seria o mesmo que causar incômodo ou produzir apreensão em outra pessoa, caçoar, zombar e falar sobre, mexer ou tocar em alguém, entre outros. Macedo (2011) comenta que não há nenhum relato sobre o regionalismo do termo, pois no Nordeste o termo bulir também significa tirar a virgindade. O bulimento seria o ato ou efeito de bulir e o bulidor seria aquele que o pratica, não justificando o anglicismo do termo bullying, que dificulta seu entendimento.

Não nos posicionamos contra ou a favor do anglicismo no que se refere a importação do termo bullying para o nosso cotidiano. Como exposto neste trabalho, apresentamos o termo em inglês justamente por ser discutido pela grande maioria dos pesquisadores brasileiros e por haver uma tentativa de justificar o seu uso, o que não vemos em maior profundidade com os termos bulimento ou bulismo. Acreditamos que

mudar o termo agora, após sua nacionalização e crescente preocupação com suas consequências, traria ainda mais estranhamento e dificuldades para o seu entendimento. Por isso optamos pelo termo em sua língua original neste momento, propondo um novo olhar sobre seu uso, seu conceito e suas características no Brasil.

O termo foi importado para designar um fenômeno que ocorre no ambiente escolar que tráz consequências graves para seus envolvidos, mas tem sido usado para designar vários tipos de violências sem apresentar o real benefício de seu uso quando já ocorrem citações sobre estas violências na língua portuguesa. A partir desses levantamentos, se faz necessária uma nova discussão sobre seu conceito apresentado de forma conflituosa entre os autores brasileiros.

Com base na definição apresentada por Fante (2005) propomos uma nova reflexão. Para isso reapresentamos a definição, onde o bullying seria “um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro(s), causando dor, angústia e sofrimento” (FANTE, 2005, p. 27). Outros autores brasileiros, ao citarem o conceito de bullying, apontam que estas ações agressivas são adotadas por: um indivíduo, ou grupo de indivíduos (SILVA, 2010, MOREIRA, 2010); por uma pessoa, ou grupo de pessoas (CALHAU, 2009). Ao apresentarmos na definição os termos pessoa ou indivíduo para o agressor, o fenômeno é generalizado, podendo ser usado facilmente em outros campos ou ambientes diferentes do escolar, assim como apresentado por Calhau (2009) e Silva (2010).

Observamos que o termo “aluno” apresentado por Fante (2005) apresenta o fenômeno ligando-o ás relações conflituosas nas escolas. A palavra aluno, do latim *alumnus*, *alumnié*, seria o indivíduo que recebe formação e instrução de um ou vários professores para adquirir ou ampliar seus conhecimentos. Em sentido figurado ou metafórico, porém, aluno significa simplesmente “discípulo” ou “pupilo”, alguém que aprende de forma coletiva em estabelecimento de ensino pela mediação de um ou vários professores (FARIA, 1962).

Entretanto, mesmo diante desta definição, ainda não há a facilidade de entendimento do fenômeno como inerente ao ambiente escolar. A provável inclusão do local “ambiente escolar” na definição, possibilitará um direcionamento maior do

entendimento do bullying. Assim, a definição seria apresentada como um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro(s) no ambiente escolar, causando dor, angústia e sofrimento.

Contudo, esta definição ainda não apresenta todas as características citadas por Farrington (1993) e Rigby (2006) para facilitar seu diagnóstico. Como citado anteriormente, para os autores seriam sete os elementos que devem estar presentes para termos realmente um caso de bullying: 1) Práticas de agressões verbais, psicológicas ou físicas; 2) As agressões são repetitivas; 3) A vítima não provoca o agressor; 4) As agressões são intencionais e visam causar angústia e medo à vítima; 5) O agressor é mais forte ou é visto desta maneira por sua vítima; 6) Os agressores alcançam seus objetivos; 7) satisfação do agressor diante da prática cruel exercida e da sensação de opressão constante da vítima. A definição, portanto, deveria apresentar estes elementos para sua caracterização.

A partir dessa reflexão, podemos sugerir uma nova definição para o termo bullying, construída a partir de várias proposições anteriores, que seria: o conjunto de atitudes hostis e agressivas, que ocorrem de maneira direta ou indireta, intencionais e repetitivas e sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro(s) no ambiente escolar, sem distinção de gênero ou de idade, que apresenta a diferença de poder entre os envolvidos, causando dor, angústia e sofrimento para a vítima e o sentimento de satisfação para o agressor.

Espera-se que uma definição levando em consideração todos os elementos necessários para sua caraterização pode facilitar o entendimento não só entre os pesquisadores, mas também entre a população em geral. Podemos observar que o fenômeno bullying é complexo, assim como o seu diagnóstico. Não devemos levar em consideração apenas o perfil dos alunos para dizer que naquele ambiente escolar o fenômeno está presente e a presença dos sete elementos que o caracterizam muito importante.

Assim, se faz necessário o uso de questionário e/ou entrevista para obter os dados daquela escola e então obter o diagnóstico do fenômeno. Observamos que muitos estudos sobre o bullying se utilizam de questionário para a coleta dos dados para

auxiliar no entendimento de suas manifestações. Segundo Gil (1987), pode-se definir questionário como “a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc” (GIL, 1987, p. 128).

As vantagens do uso do questionário em pesquisas sobre o bullying estão no fato de atingir um número maior de pessoas, envolvendo uma grande área geográfica, garantindo o anonimato das respostas. Durante a elaboração de um questionário para pesquisa sobre o bullying é necessário levar em consideração os mecanismos de defesa social. Segundo Gil (2002) estes mecanismos podem ser: a) A defesa de fachada, onde o aluno acredita estar correndo o risco de ser julgado, podendo oferecer respostas defensivas ou socialmente desejáveis, encobrindo os fatos. Desta forma, convém evitar que o questionário seja iniciado por perguntas que trazem o risco de provocar respostas de fachada. Convém, ainda, formular respostas articuladas, a fim de que se possa verificar a autenticidade de uma resposta a partir de outra, ou chegar à verdadeira resposta por inferência, a partir de questões que isoladamente não trazem o risco de provocar a defensiva; b) A defesa contra a pergunta personalizada, onde perguntas diretas e pessoais, do tipo “o que você pensa sobre...”, “Em sua opinião...” etc. tendem a fazer com que os alunos respondam com recusas ou hesitações do tipo “Sei lá!”; c) A deformação conservadora, onde o aluno pode responder “sim” de preferência a “não” e ainda oferecer respostas que indicam conformismo. Deve-se tomar cuidado com a maneira de construção das perguntas, mesmo em sua simples expressão escrita; d) O efeito de palavras estereotipadas, onde algumas palavras predispõem os alunos a escolhê-las em virtude de outras apresentadas. Deve-se evitar palavras chocantes, efetiva ou socialmente carregadas e substituídas por equivalentes mais neutros; e) A influência da referência a personalidades de destaque, que podem influenciar nas respostas, tanto positiva ou negativamente. Devem ser evitadas, nas questões, a pessoas que lembrem simpatia, antipatia, autoridade moral ou desprezo público.

Outro fator importante do uso do questionário está no fato de que podemos usa-lo nos mais variados objetivos de uma pesquisa. Segundo Cervo e Bervian (1996), o questionário é a mais utilizada técnica de coleta de dados. Desta maneira, seu uso em pesquisas sobre o bullying, constituindo-se um meio de obter respostas sobre as infinitas

perguntas que o pesquisador tem sobre o tema, dando ao aluno a possibilidade de fornecer as informações de seu domínio e conhecimento. É por isso que o questionário proposto por Olweus (1993) vem sendo usado como referência mundial quando se pretende apurar as situações de vitimização/agressão segundo o olhar da própria criança. A adaptação do questionário é voltada para a promoção de um redirecionamento maior às características e peculiaridades regionais, sendo usada para o complemento de coleta de dados e na caracterização das manifestações do bullying, sua frequência, tipos de agressões, locais de maior risco dentro da escola, tipos de agressores e relações de gênero.

Outro instrumento que podemos utilizar para o diagnóstico do bullying é a entrevista. Segundo Gil (2002), a entrevista é aplicável a um número maior de pessoas, inclusive às que não sabem ler ou escrever. Também, em abono à entrevista, convém lembrar que ela possibilita o auxílio ao entrevistado com dificuldade para responder, bem como a análise do seu comportamento não verbal. O entrevistador deverá ser bastante habilidoso ao registrar as respostas. Deverá ter a preocupação de registrar exatamente o que foi dito e garantir que a resposta seja completa e suficiente (GIL, 2002).

Dessas acepções, podemos observar que a estigmatização dos envolvidos no fenômeno bullying deverá ser evitada. Não devemos deduzir que os perfis mostrados pelos autores em relação ao agressor, a vítima ou a testemunha, serão colocados como um atestado de culpa. Este perfil levantado pelos autores serve apenas para facilitar o entendimento do fenômeno, apresentando o comportamento mais comum desses alunos. Por tanto, não podemos concluir um aluno é vítima de bulliyng apenas ao observar um aluno tímido, que não tem um bom relacionamento com outras pessoas. Ou ainda que um agressor seja sempre um delinquente ou que terá passagens pela polícia, como se ele não tivesse mais salvação.

Vale ressaltar que estamos apenas iniciando uma discussão que, como vimos, não ocorreu entre os autores brasileiros, no intuito de que os profissionais que atentam a esse fenômeno e suas possíveis consequências possam, a partir de então, se juntar neste caminho ou promover uma discussão ainda maior no que concerne ao uso do termo bullying e sua definição no Brasil. Ao apresentarmos uma nova definição não podemos evitar que o termo continue sendo usado de maneira banal como apresentado nas redes

sociais ou por humoristas. Contudo, com o direcionamento do termo para o uso exclusivo no ambiente escolar, podemos facilitar o entendimento e as ações de enfrentamento do fenômeno.

Observamos que alguns autores brasileiros utilizam o termo bulismo ou bulimento para apresentar o fenômeno bullying. Entretanto não há um relato justificando o uso do termo bulismo ou uma discussão a respeito do uso do termo bulimento, sendo o termo em inglês o mais discutido e empregado no Brasil. Com base na definição apresentada por Fante (2005), podemos perceber que o uso do termo aluno é o mais indicado, mas que ainda falta um direcionamento maior do conceito para o ambiente escolar, deixando claras as sete características básicas apresentadas por Farrington (1993) e Rigby (2006), necessárias para o diagnóstico do bullying. É difícil chegar a um diagnóstico de algo tão complexo como o bullying sem a aplicação de questionário ou de entrevista, para atingir um número maior de pessoas na pesquisa e caracterizar as manifestações do bullying, sua frequência, locais com maior risco no ambiente escolar, etc.

CONCLUSÕES

Ao longo deste trabalho nos preocupamos em mostrar indícios de uma banalização do termo bullying. Observamos, assim, a necessidade de compreendermos mais sobre seus potenciais e também sobre os limites no uso do termo no Brasil. Os autores brasileiros sugerem que o bullying está em todo lugar, fazendo com que a população em geral acredite que agora tudo é bullying e que o termo pode ser usado para justificar todo e qualquer ato de violência.

O bullying se apresenta como um fenômeno social complexo, com características próprias que o diferencia de outros atos violentos. A importância de se estudar o fenômeno decorre do aumento da incidência da violência no ambiente escolar nas últimas décadas. Esse fenômeno é apresentado como sendo físico, verbal, relacional, sexual e/ou virtual e as vítimas podem ser atacadas pela combinação destas formas de bullying.

O bullying físico se configura pela natureza física dos ataques: batendo, empurrando, chutando... e, pelas marcas deixadas no corpo, é a forma mais visível dessa prática. O bullying verbal/direto se diferencia por apresentar atitudes como insultar e apelidar de maneira humilhante as vítimas. Já o bullying indireto é a forma de bullying considerada a mais praticada por meninas, em que os agressores excluem ou isolam suas vítimas a fim de destruir suas reputações. O bullying sexual ocorre quando há abusos sexuais praticados pelos agressores e o chamado bullying virtual ou cyberbullying, usa o poder de propagação da internet para desmoralizar e espalhar notícias que acabam com a honra das vítimas.

Há também uma classificação para os vários atores envolvidos nesse fenômeno, dependendo das perspectivas e do papel que desempenham diante das situações de bullying. Eles podem ser: agressores, vítimas e testemunhas e cada aluno, em um determinado momento, pode transitar entre cada um destes papéis, podendo sofrer agressões, agredir ou presenciar as atitudes hostis e de desrespeito. Os alunos agressores apresentam um comportamento agressivo, explosivo e com forte tendência ao crime. As vítimas mostram uma personalidade frágil, tímida e de isolamento. Já as testemunhas podem ser classificadas como passivas, ativas ou neutras e sofrem sérias consequências para a vida adulta, podendo desenvolver diversos tipos de transtornos. Assim, entendemos que, independente das situações que os estudantes vivenciam, todos os

envolvidos sofrem de alguma maneira com suas consequências trágicas e que não podemos estigmatizá-los. Não se pode afirmar que os agressores serão criminosos e que terão passagens pela polícia ou serão condenados por algum crime. Ou afirmar que aqueles alunos mais tímidos e retraídos serão alvos de bullying e que as testemunhas necessariamente terão algum tipo de transtorno durante a fase adulta. A generalização a partir da definição de um perfil aproximados desses indivíduos é bastante prejudicial no diagnóstico e combate dessa prática.

Observamos ainda que o índice de ocorrência do fenômeno bullying, mesmo diante dos esforços das últimas décadas para sua redução, continua alto, independente das faixas etárias, da diferença sociocultural ou do tipo da escola. Constatamos que há uma fragilidade na padronização dos métodos utilizados na obtenção dos dados para análise do fenômeno e na maneira com que os dados são obtidos em diferentes pesquisas, o que dificulta uma comparação efetiva entre os diferentes países e culturas. Os programas antibullying devem ser implantados tendo em mente que o bullying se apresenta de maneiras diferentes em cada escola e que estes devem ser mantidos por um longo período e com a participação de toda a comunidade escolar.

Em relação aos conflitos com a lei, existe uma grande dificuldade em definir o termo bullying, seja ao formalizar processos judiciais indenizatórios, seja na criação de leis preventivas e de promoção de programas que combatam e conscientizem sobre o fenômeno. O bullying tem sido considerado como injúria e/ou lesão corporal e é tratado de maneiras diferentes por leis municipais e estaduais, dificultando seu entendimento e gerando uma abordagem diferenciada em cada região do país.

Esse consenso também não é alcançado entre os autores brasileiros em suas publicações, que apresentam o fenômeno de maneiras diferentes. A grande maioria desses autores adota o termo em inglês por uma dificuldade na tradução. Entretanto, no Japão, houve um movimento para caracterizar o fenômeno em sua cultura e realidade escolar, optando pelo uso do termo japonês *Ijime*. Já no contexto brasileiro essa discussão não foi realizada, sendo apresentado um conceito que, segundo Fante (2005), não se confunde com outras formas de violência. Porém, esta afirmação não é confirmada por outros autores pesquisados, pois diversos estudiosos apresentam dúvidas sobre o conceito de bullying.

O uso do termo bullying para designar ações comuns nas relações pessoais e de conflitos presentes em outros campos das relações humanas provoca diversos problemas na identificação do bullying na sociedade brasileira e possibilita uma assimilação onipresente do fenômeno. Na literatura nacional o bullying é apresentando como um fenômeno que acontece nas casas, nas ruas, nos quartéis militares, nos presídios e no local de trabalho. Nosso posicionamento é de que esta abordagem generalista não apresenta benefícios ou avanços em relação a conceitos e termos que já estão em uso. Vale ressaltar que o termo em inglês é usado de diferentes formas, sendo realmente necessário expressar os locais de referência que se deseja tratar, como no trabalho, na escola ou quartel militar. O problema está na importação não apenas do termo bullying e de seu conceito no ambiente escolar, como também da tradição destes países em determinar o uso do termo. É esta generalização do fenômeno que vem prejudicando seu entendimento e têm contribuído para sua banalização.

Em função disso, o termo bullying tem sido visto como uma simples brincadeira e as redes sociais acabam ajudando a divulgar o termo de maneira equivocada, sem um direcionamento para o seu verdadeiro significado. Não será surpresa caso ocorram publicações que levem em seus títulos os termos bullying animal ou bullying jornalístico e seu combate poderá ser tratado como descartável, sem importância.

A partir deste pensamento, iniciamos uma reflexão que não ocorreu entre os autores brasileiros, no intuito de que mais estudiosos do fenômeno no Brasil possam se juntar neste caminho e aprofundar a discussão sobre o uso do termo bullying e sua definição. Observamos que alguns autores brasileiros utilizam o termo bulismo ou bulimento, mas o uso do inglês é o mais empregado no Brasil e que não é possível o diagnóstico do fenômeno sem a aplicação de questionário ou de entrevista.

Assim entendemos que um direcionamento do uso do termo bullying para os conflitos que ocorrem entre os alunos, e na escola, poderá ajudar no seu entendimento, deixando claro que para ocorrer seu diagnóstico é necessário apresentar as sete características que o diferencia de outras formas de violência. Em função disso, acreditamos que o bullying no Brasil deveria ser entendido como um conjunto de atitudes hostis e agressivas, que ocorrem de maneira direta ou indireta, intencionais e repetitivas e sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro(s) no ambiente escolar, sem distinção de gênero ou de idade, que apresenta a diferença de

poder entre os envolvidos, causando dor, angústia e sofrimento para a vítima e o sentimento de satisfação para o agressor.

A banalização e o descaso, se não especificarmos de maneira urgente o uso do termo e o limitarmos ao ambiente escolar, será não só inevitável como também a *causa mortis* de todos os esforços despreendidos para evitar as ocorrências do fenômeno bullying e de minimizar suas consequências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ANDO, M.; ASAKURA, T. **Psychosocial Influences on Physical, Verbal, and Indirect *Bullying* Among Japanese Early Adolescents.** Journal of Early Adolescence, Vol. 25 No. 3, August 2005 268-297

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989

ARAÚJO, Ulisses F.; AQUINO, Júlio G. **Os Direitos Humanos na sala de aula – a ética como tema transversal.** São Paulo: Moderna, 2007.

BALISTA, Carolina; et al. **Representações sociais dos adolescentes acerca da violência doméstica.** Revista Eletrônica de Enfermagem, v. 06, n. 03, 2004. Disponível em http://www.revistas.ufg.br/index.php/fen . Acesso em 20/12/2010.

BAUER, N., LOZANO, P., & RIVARA, F. P. **The effectiveness of the Olweus Bullying Prevention Program in Public Middle Schools**: A controlled trial. Journal of Adolescent Health, 40, 266-274. 2007

BEANE, Allan. **Proteja seu filho do bullying**. Tradução: Debora Guimarães Isidoro. Rio de Janeiro: BestSeller, 2010.

BLACK, Sally. **An ongoing evaluation of the bullying prevention program in Philadelphia schools**: Student survey and student observation data. Paper presented at Centers for Disease Control's Safety in Numbers Conference, Atlanta, GA. 2003.

BLACK, Sally. Black, Sally. **Evaluation of the Olweus Bullying Prevention Program:** How the program can work for inner city youth. Proceedings of Persistently Safe Schools: The 2007 National Conference on Safe Schools, October 29-31, 2007, Washington, DC. http://gwired.gwu.edu/hamfish/AnnualConference/2007

BLACK, Sally, & JACKSON, Ericka. **Using bullying incident density to evaluate the Olweus Bullying Prevention Programme.** School Psychology International, 28, 623-638, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Tradução Fernando Tomaz. 3ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência intrafamiliar:** orientações para a prática em serviço. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2002.

CALHAU, Lélio Braga. **Bullying: o que você precisa saber**. RJ, Impetus, 2009.

CAMARGO, Carolina Giannoni. **Brincadeiras que fazem chorar! : Introdução ao Fenômeno Bullying.** São Paulo: All Print, 2009.

CASSIDY, Sarah. **Beware the "pure bully" who never takes time off**. Times Educational Supplement, p. 3. 24 December, 1999.

CEREZO, Fuensanta. **Violência e victimización entre escolares.** El "bullying": estrategias de identificación y elementos para la intervención a través del Test Bull – S. Revista eletrônica de investigação psicoeducativa, v. 4, n. 9. 2006.

CERVO, Amando Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. São Paulo: Makron Books, 1996

CHALITA, Gabriel. **Pedagogia da amizade – bullying: o sofrimento das vítimas e dos agressores.** São Paulo: Gente, 2008

CHAUX, Enrique. **Buscando pistas para prevenir la violência urbana en Colombia:** Conflictos y agresión entre niños y adolescentes de Bogotá. Revista de Estudios Sociales, 12, p. 41-51, 2002.

_____. **El programa de prevención de Montreal:** lecciones para Colombia. En publicacion: Revista de Estudios Sociales, n. 21. p. 11-25. 2005. Disponível em: http://res.uniandes.edu.co/view.php/455/1.php . Acesso em 20/12/2011.

COLOROSO, Barbara. **The bully, the bullied and the bystander:** from preschool to high school – how parents and teachers can help break the cycle of violence. New York: HarperCollins Publishers, 2004.

COLUMBIER, Claire. **A violência na escola.** São Paulo: Summus, 2006.

COSTANTINI, Alessandro. **Bullying: como combatê-lo?** Tradução de Eugênio Vinci de Moraes. São Paulo: Itália Nova, 2004

CRAIG, Wendy M. **The Relationship Among Bullying, Victimization, Depression, Anxiety, And Aggression In Elementary School Children**. In *Person. individ. Dif/:* Vol. 24, No. I, pp. 123-130, 1998.

FANTE, Cléo. **Fenômeno Bullying**: Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas – SP: Verus, 2005.

FANTE, Cléo; PEDRA, José Augusto. **Bullying escolar: perguntas e respostas**. Porto Alegre: ARTMED, 2008.

FARIA, Ernesto. **Dicionário escolar latino-português**. MEC, 1962.

FARIS, Robert; FELMLEE, Diane. **Status Struggles: Network Centrality and Gender Segregation in Same and Cross-Gender Aggression**. In: American Sociological Review. Vol. 76, num. 1, February 2011.

FISCHER, Rosa Maria. **Bullying Escolar no Brasil**: Relatório Final. São Paulo: CEATS/FIA, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas. 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOFFMAN, Ervin. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

GÓMES-BUENDÍA, Hernando. (Ed.). **El conflicto, callejón com salida.** Informe Nacional de Desarrollo Humano. Bogotá, Colômbia: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo PNUD, 2003.

GOMES, Marcelo Magalhães. **O bullying e a responsabilidade civil do estabelecimento de ensino privado.** Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 2844, 15 abr. 2011.

GÓMEZ, Juana M R . **Acoso escolar** – Medidas de prevención y actuación. Educação, Porto Alegre, v. 32, n.1, p. 51-58, jan./abr., 2009 Disponível em http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5135/3772 Acesso em 08/05/2012

GREENE, Michael B. **Bullying in schools:** a plea for measure of human rights. Journal of social issues. v. 62, n. 1, p. 63-79, 2006. Disponível em: http://www.blackwell-synergy.com/doi/pdf/10.1111/j.1540-4560.2006.00439.x Acesso em 20/12/2010.

JU, Yucui; WANG, Shuqiong e ZHANG, Wenxin. Intervention research on school bullying in primary schools. In: **Frontiers of Education in China**. Vol 4, nº 1, p. 111-122, 2009.

LIMBER, S. P.. Implementation of the Olweus Bullying Prevention Program: Lessons Learned from the Field. In D. Espelage & S. Swearer (Eds.) **Bullying in American Schools: A Social-Ecological Perspective on Prevention and Intervention** (pp. 351-363). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum. 2004.

LISBOA, Carolina. BRAGA, Luiza de Lima; EBERT, Guilherme. **O fenômeno *bullying* ou vitimização entre pares na atualidade: definições, formas de manifestação e possibilidades de intervenção.** Contextos Clínicos, vol. 2, n. 1: (59-71), janeiro-junho 2009.

LOPES NETO, Aramis A.; SAAVEDRA, Lúcia Helena. **Diga não para o Bullying.** Rio de Janeiro: ABRAPIA, 2007.

LOPES NETO, Aramis A. **Bullying – comportamento agressivo entre estudantes.** Jornal de Pediatria. Rio de Janeiro, 2005, pags. 164-172.

MACEDO, Roberto. **Bullying é bulir com a língua portuguesa**. Disponível em http://www.estadao.com.br/noticias/geral,bullying-e-bulir-com-a-lingua-portuguesa,726993,0.htm Acesso em 16/06/2012.

MAINES, B Y ROBINSON, G. **Don't beat the bullies**! Educational Psychology in Practice, *7*, 168-172. 1991.

MALMANN, Alexandre; OLIVEIRA, Dijaci David de. **A rede social Twitter e o processo de banalização das consequências do fenômeno bullying**. II Simpósio de Ciências Sociais: Subalternidades, Trânsitos e Cenários. 2011. Disponível em http://zutto.com.br/IISCS2011_UFG/PDFS/GT3_Alexandre.pdf Acesso em 27/01/2012.

MARTINEZ, José Maria Avilés. **El maltrato entre escolares en el context de las conductas de acoso.** Bullying em la escuela. Modelos de Intervención. Disponível em

http://www.intersindical.org/salutlaboral/stepv/vall_bullying.pdf Acesso em 20/05/2012.

MELTON, G. B., LIMBER, S. P., CUNNINGHAM, P., OSGOOD, D. W., CHAMBERS, J, FLERX, V., HENGGELER, S., & NATION, M.. **Violence among rural youth**. Final report to the Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention. 1998

MENDONÇA, Nadir Domingues. **O uso dos conceitos**: uma questão de interdisciplinaridade. Bagé, FAT/FUnBa, 1983.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec/Rio de Janeiro: ABRASCO; 1996.

MUNARIM, José Carlos. **A escola como espaço de convivência**: a prevenção e a redução do bulismo escolar. Disponível em http://tede.unoeste.br /tede/tde_arquivos/1/TDE-2007-06-22T123638Z-40/Publico/DISSERTACAO_Munarin _revisao_Jak.pdf Acesso em 15/06/2012.

OLWEUS, Dan. **Bully/victim problems among schoolchildren:** Basic facts and effects of a school based intervention program. In D. J. Pepler & K. H. Rubin (Eds.), The development and treatment of childhood aggression. Hillsdale, NJ: Erlbaum. 1991.

OLWEUS, Dan. **Bullying at school: What we know and what we can do**. London, Lackwell, 1993.

OLWEUS, Dan. Bully/victim problems in school: Facts and intervention. **European Journal of Psychology of Education,** 12, 495-510. 1997.

OLWEUS, Dan. The Olweus Bullying Prevention Programme: Design and implementation issues and a new national initiative in Norway. In P. K. Smith, D. Pepler, & K. Rigby (Eds.), **Bullying in schools: How successful can interventions be?** (pp. 13-36). Cambridge, UK: Cambridge University Press. 2004.

OLWEUS, Dan. A useful evaluation design, and effects of the Olweus Bullying Prevention Program. **Psychology, Crime & Law**, *11*, 389-402, 2005.

OLWEUS, Dan. **New positive results with the Olweus Bullying Prevention Program in 37 Oslo schools**. Report. Bergen, Norway: Research Center for Health Promotion, University of Bergen. 2005b.

PAGLIOCCA, P. M., LIMBER, S. P., & HASHIMA, P.. **Evaluation report for the Chula Vista Olweus Bullying Prevention Program.** Unpublished report prepared for the Chula Vista (CA) Police Department. 2007.

PARDER-POPE, Tara. **Web of Popularity, Achieved by Bullying**. The New York Times. February 14, 2011. Disponível em http://well.blogs.nytimes.com/2011/02/14/ web-of-popularity-weaved-by-bullying Acesso em 02/06/2011.

PELLEGRINI, A.D. **Bullies and victims in school: A review and call for papers**. Journal of Applied Developmental Psychology, 19:165-176. 1998

PEPLER, Debra J.; CRAIG, Wendy. **Making a Difference in bullying.** Disponível em: http://www.melissainstitute.org/documents/MakingADifference.pdf . Acesso em 26/05/2012.

PEREIRA, Sônia Maria de Souza. **Bullying e suas implicações no ambiente escolar**. São Paulo: Paulos, 2009

PEREIRA, Silvana Maria; SANTANA, Judith Sena da Silva; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho. **Violência rima com adolescência?** In: ABEn. Associação Brasileira de Enfermagem. Adolescer: compreender, atuar, acolher**.** Brasília (DF): Associação Brasileira de Enfermagem, Ministério da Saúde, 2001. p. 95-103

PERRET, Raphael. **A inteligência coletiva segundo Pierre Lévy**. Disponível em http://webinsider.uol.com.br/2002/09/09/a-inteligencia-coletiva-segundo-pierre-levy Acesso em 26/01/2012.

PIKAS, A.. The common concern method for the treatment of mobbing. En Roland, E. y Munthe, E. (Eds.), **Bullying: Aninternational perspective**. (pp. 91-105). London: David Fulton. 1989.

REBOUÇAS, Fernando. **Estigma e Identidade Social**. In: InfoEscola/Sociologia. 2008. Disponível em http://www.infoescola.com/sociologia/estigma-e-identidade-social Acesso em 28/05/2012.

RIGBY, Ken. **Children and Bullying:** how parentes and educators can reduce bullying at school. Blackwell Publishing, 2008.

RODRIGUEZ, Nora. **Guerra em las aulas.** Buenos Aires: Temas de Hoy, 2005.

ROLAND, Erling; GALLOWAY, David. **Classroom influences on Bullying.** Educational Research, n. 44, p. 299-312, 2002.

ROLIM, Marcos. **Bullying: o pesadelo da escola**. Porto Alegre : Ed. Dom Quixote, 2010.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Decreto nº. 48.781/04**, de 7 de julho de 2004. Institui o Programa Escola da Família - desenvolvimento de uma cultura de paz no Estado de São Paulo. In: SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Legislação de ensino fundamental e médio – estadual. Compilação e Organização de Leslie Maria José Rama e outros. São Paulo: SE/CENP, 2004. v. LI.

SCHILK, Ana Lúcia Tarouquela- **A educação além dos muros da escola**, 1º Encontro Nacional Sobre Atendimento Hospitalar. Universidade do Estado de São Paulo; Psicopedagogia Hospitalar- Reflexão do Evento Psicopedagógico Sedes Sapientiae realizado em Agosto de 2007.

SCHWANDT, Thomas A. **Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa**. In: Denzin N, Lincoln Y, organizadores. O planejamento da pesquisa qualitativa - teorias e abordagens. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed Bookman; 2006. p. 193-218.

SEGUNDO, Luiz Carlos Furquim Vieira. **Síndrome da Alienação Parental**: O Bullying nas Relações Familiares. 25 de outubro de 2009. Disponível em http://www.jusbrasil.com.br/noticias/1983425/sindrome-da-alienacao-parental-o-bullying-nas-relacoes-familiares-luiz-carlos-furquim-vieira-segundo Acesso em 14/06/2011

SEIXAS, Sônia Raquel. **Violência escolar.** Metodologia de identificação dos alunos agressores e/ou vítimas. Análise Psicológica, 2 (XXIII): p. 97-110, 2005. Disponível em/; http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v23n2/v23n2a03.pdf . Acesso em 20/12/2010.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Bullying: mentes perigosas nas escolas**. Rio de Janeiro : E. Objetiva, 2010.

SILVA, Elenice. **Corredores de Justiça: Combatendo a prática do bullying nas escolas, educando uma sociedade para a paz**. São Paulo: Edição do Autor, 2009.

STOCO, Rui. **Tratado de responsabilidade civil**. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. p. 1678.

SULLIVAN, K. **The anti-*bullying* handbook.** Oxford University Press, 2001.

TATTUM, Delwyn; TATTUM, Eva. **Social education and personal development.** London: David Fulton, 1992.

TREMBLAY, R. E. et al. **From childhood physical aggression to adolescent maladjustment:** The Montreal Prevention Experiment. In: PETERS, R.D.; MCMAHON, R.J. (Eds.) Preventing Childhood Disorders, substance abuse, and delinquency. v. 3, Thousand Oaks, CA: Banff International Behavioral Science Series, 1996.

TTOFI, M. M., FARRINGTON, D. P. & BALDRY, A. C. **Effectiveness of programmes to reduce school bullying**. Swedish National Council for Crime Prevention. Disponível em http://www.crim.cam.ac.uk/people/academic_research/maria_ttofi/s08.pdf Acesso em 13/04/2012.

VIANA, Nildo. **Cultura, poder e juventude**. In: Região e Poder: representações em fluxo. Organizadores Dilamar Candida Martins, Izabel Missagia de Mattos, Mauro Victoria Soares. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2010**. Anatomia dos homicídios no Brasil. Instituto Sangari: São Paulo, 2010.